

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS**

VIVIANE FERNANDA DOS SANTOS

A LEI DO DESEJO OU O DESEJO DA LEI?

**Pacto edípico e pacto social no sentimento de pertença familiar de
adolescentes em conflito com a lei**

ASSIS

2007

VIVIANE FERNANDA DOS SANTOS

A LEI DO DESEJO OU O DESEJO DA LEI?

**Pacto edípico e pacto social no sentimento de pertença familiar de
adolescentes em conflito com a lei**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências
e Letras de Assis – UNESP – Universidade
Estadual Paulista, para a obtenção do título de
Mestre em Psicologia.

Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade.

Orientadora: Dra. Marlene Castro Waideman

ASSIS

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Santos, Viviane Fernanda dos
S237I A lei do desejo ou o desejo da lei? Pacto Edípico e pacto social no sentimento de pertença familiar de adolescentes em conflito com a lei / Viviane Fernanda dos Santos. Assis, 2007
156 f. il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

1. Família. 2. Adolescência. 3. Crime organizado. I. Título.

CDD 301.42

155.5
364.106

*À minha família, que sempre esteve próxima, ainda que geograficamente distante; de onde trago muito da ética que faz de mim quem eu sou hoje.
A todas as famílias.*

AGRADECIMENTOS

Há muitas pessoas a agradecer, pois essa pesquisa é fruto de um trabalho em que inúmeras pessoas contribuíram; algumas delas mesmo sem saber. Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, pelo apoio sempre presente e por me 'autorizarem' a viver com o mínimo de amarras, ao menos as conscientes! Aos meus irmãos, os únicos que podem dividir comigo o sentimento de pertença que nos une, o que inevitavelmente influenciou nos rumos do trabalho.

Agradeço muito ao Fernando, que acompanhou durante um longo tempo minha trajetória pessoal e acadêmica, dividindo comigo alegrias e angústias. Na época um companheiro que sempre me deu força para continuar quando batia o desespero, o medo e a vontade de parar tudo. E que me fazia parar quando necessário.

Aos amigos que perceberam o significado do que eu estava fazendo e participaram, cada um ao seu modo, de minhas inquietações - Fábria, Mônica, Melissa, Claudia, Guinão, Graziela, Gislene, Branco, Amanda, Rogério, Natanael, Adna, Fernandinha, Paula, Vinicius... Em especial à Sandra, parceira de trabalho nos anos de atendimento, que acompanhou de perto minhas angústias, conquistas, dúvidas, instigando minhas reflexões e sempre tão ansiosa e envolvida quanto eu.

Agradeço ao Edson e à Rosana, na época Diretor e Encarregada Técnica da Unidade, sem os quais esse trabalho não teria ocorrido, por me autorizarem a mostrar, ainda que sob as exigências judiciais e éticas, um pouco da vida cotidiana entre aquelas muralhas. Ao Dario e à equipe de supervisores, fiéis escudeiros para que eu pudesse concluir a pesquisa.

À equipe técnica com a qual vivi as angústias que me mobilizaram a buscar sentidos para permanecer ali. Pela troca e apoio recíprocos, principalmente nos momentos de perplexidade que pulsaram em nós. Pelo cuidado de todas com o grupo, restituindo o pensamento e o equilíbrio quando dos rompantes de raiva e indignação ou quando da paralisação pelo medo – quando alguém entrava *'em choque'* – como diriam os meninos.

Agradeço à Marlene, pela confiança no rumo que o trabalho foi tomando, pela paciência e atenção nos períodos de intensa produção, pelo respeito quando das marchas lentas, pelo cuidado e preocupação e por ter me apresentado ao Grupo de Pesquisa da Família, onde a professora Maria Luíza e meus colegas foram fundamentais para o amadurecimento das idéias.

E por fim - mas não com menor importância - agradeço aos *meninos* que colaboraram com o trabalho, (se) permitindo expor suas vidas, sonhos, medos, experiências, erros, acertos, alegrias, sofrimentos, opiniões... E que isso não tenha sido em vão.

*A minha alma está armada e apontada
Para a cara do sossego
Pois paz sem voz
Não é paz é medo
Às vezes eu falo com a vida
Às vezes é ela quem diz
Qual a paz que eu não quero conservar
Para tentar ser feliz
As grades do condomínio são para trazer proteção
Mas trazem a dúvida se é você que está nessa prisão
Me abrace e me dê um beijo
Faça um filho comigo
Mas não me deixe sentar na poltrona no dia de domingo
Procurando novas drogas de aluguel
Nesse vídeo
Coagido
É pela paz que eu não seguir admitindo¹*

¹ Marcelo Yuka. Faixa – Minha alma (a paz que eu não quero). CD Lado B Lado A. O Rappa. Warner Music Brasil Ltda. WEA. 1999/2000.

RESUMO

SANTOS, Viviane Fernanda dos. *A lei do desejo ou o desejo da lei? Pacto edípico e pacto social no sentimento de pertença familiar de adolescentes em conflito com a lei*. Assis. 2007. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade, Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

Esta pesquisa nasce da experiência de alguns anos de acompanhamento psicossocial a adolescentes que cometeram atos infracionais, cumprindo medida sócio-educativa de internação em uma das unidades da FEBEM, hoje chamada de Fundação CASA. Partindo da perplexidade diante do mundo entre grades e muralhas que o trabalho cotidiano desvela, este estudo vai tomando direção com a lapidação de sentimentos e com a incessante busca de sentido para as relações que o 'outro' mundo revela. A organização peculiar do grupo de internos, regida por códigos e regras trazidas das leis do 'crime organizado', cuja história e relações com a dinâmica dos adolescentes são traçadas, inclusive em suas peculiaridades institucionais, demanda o questionamento da 'lei' que nos fundamenta a viver em sociedade. Diante do trânsito constante entre vítimas e agressores, pacto edípico e pacto social aparecem com toda a contradição evidenciada nas histórias familiares e na cultura institucional criada por esses meninos – homens – vítimas – bandidos. Apesar das considerações do vivido durante esses anos de trabalho, especialmente em 2003, o material de análise é produzido por meio de entrevistas a três adolescentes, cuja investigação foi pautada nas relações do adolescente com sua família, com a lei social e com a lei do crime, fundamentada pela teoria e método psicanalíticos, via leitura do sentimento de pertença familiar exposto por cada um deles. Tendo como objetivo geral analisar a relação entre crime e violência com o sentido de lei introjetado pelo adolescente no decorrer de sua história, da qual faz sua leitura expondo o inconsciente familiar que fundamenta seu sentimento de pertença, analisamos o efeito do cumprimento ou rompimento do pacto social sobre o pacto edípico e sobre a lei da cultura. Dentre os objetivos específicos, buscou-se compreender a implicação da desigualdade social e jurídica no envolvimento infracional do adolescente e em sua família, assim como o ideal contemporâneo de felicidade e meios de alcançá-la aos quais estamos sujeitos, o que por sua vez, exigiu a compreensão dos valores ético-contemporâneos que estão a pautar a subjetividade e os relacionamentos. Como 'perspectiva político-transformadora', o trabalho propõe reflexões sobre as necessárias condições para a construção de sujeitos políticos e co-responsáveis pelo bem comum, resgatando o papel da família, de organizações vicinais como a escola, da sociedade e do espaço público para a reversão dos focos de violência e para a formação de pessoas capacitadas a trazer os conflitos para o plano do simbólico.

Palavras-chave: família, lei, pacto social, crime organizado, adolescência.

ABSTRACT

SANTOS, Viviane Fernanda dos. *The law of the desire or the wish for law? Edipic pact and social pact in the sentiment of family belongs of the adolescents in conflict with the law.* Assis. 2007. Dissertation presented for the obtaining of the title of Master in Psychology, in the Program of Masters Degree in Psychology and Society, University of Sciences and Languages of Assis - UNESP.

This research is based on the experience of some years of psychosocial accompaniment to adolescents that committed acts of infraction, accomplishing socio-educational measure of internment in the units of internment of former FEBEM, today called CASA Foundation. Considering the perplexity of the world's view behind bars and walls that the daily work demonstrates, this study will be molded by the feelings and with the incessant sense pursuit of different kinds of relationships that the other world reveals. The peculiar organization of the interns' group, governed by codes and rules brought of the organized crime, whose history and relationship with the adolescents' dynamics are traced, besides in their institutional peculiarities, the questioning of the law that bases the living in society. Facing the constant transit between victims and aggressors, edipic pact and social pact appears controversial and evidenced in their family histories and in the institutional culture created by those boys - men - victims - thieves. In spite of the experience of those years of work, especially in 2003, the material was analyzed and produced through interviews at three adolescents that they were deprived of freedom, whose investigation was ruled in the adolescent's relationships with their family, with the social law and with the law of the crime, based by the theory and method psychoanalytic, through comprehension of the feeling of belongs exposed for the adolescents. Tends as general objective to analyze the relationship among crime and violence with the sense of law introjected for the adolescent in elapsing their familiar history, which makes their interpretation by exposing their family unconscious that bases their feeling of belonging, we analyzed the effect of the execution or breaking of the social pact on the edipic pact and on the law of the culture. Among the specific objectives, we tried to comprehend the implication of the social and juridical inequality in the adolescent's and it's repercussion in their family, as well as the contemporary ideal of happiness and means of reach it, therefore it demanded the understanding of the contemporary ethical values that rules the subjectivity and the contemporary relationships. As perspective political transformations, the work proposes reflections about the necessary conditions for the construction of political and co-responsible subjects for the common good, aiming for the ransom of the family, of local organizations as the school, of the society and of the public space for the reversion of the violence focuses and for the people's formation qualified to bring the conflicts for the symbolic plan.

Key-words: family, law, social pact, organized crime, adolescence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: GENOSSOCIOGRAMA JOÃO.....	25
FIGURA 2: GENOSSOCIOGRAMA PEDRO.....	31
FIGURA 3: GENOSSOCIOGRAMA ANTONIO.....	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A PESQUISA.....	21
2.1	A HISTÓRIA DE JOÃO.....	22
2.2	A HISTÓRIA DE PEDRO.....	26
2.3	A HISTÓRIA DE ANTONIO.....	32
2.4	PSICANÁLISE E FAMÍLIA.....	36
3	A INSTITUIÇÃO DA LEI E A LEI DO CRIME.....	40
3.1	A INSTITUIÇÃO DA LEI.....	42
3.2	A LEI DO CRIME.....	54
4	A ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO E ‘EM CONFLITO COM A LEI’	68
5	A LEI DA FAMÍLIA E A FAMÍLIA DIANTE DA LEI.....	78
5.1	A FAMÍLIA DIANTE DA LEI.....	86
5.2	A LEI DA FAMÍLIA.....	96
6	A LEI DO DESEJO OU O DESEJO DA LEI?.....	132
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147
	ANEXOS	
	ANEXO A – Estatuto do Primeiro Comando da Capital.....	153
	APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	155

1 INTRODUÇÃO

*Hei Joe
Onde é que você vai
Com essa arma aí na mão?
Hei Joe
Esse não é o atalho
Pra sair dessa condição
(...)
Meu irmão, só desse jeito
Consegui impor minha moral
Eu sei que sou caçado
E visto sempre como um animal
(...)
Hei Joe,
Assim você não curte o brilho
Intenso da manhã
Hei Joe
O que o teu filho vai pensar
Quando a fumaça baixar?
(...)
Meu irmão, aqui estou por causa dele
E eu vou te dizer:
Talvez eu não tenha vida
Mas é assim que vai ser
Armamento pesado
Corpo fechado
Quero mais ver
Mas vai ser difícil de entender²*

Fruto de quatro anos de acompanhamento psicossocial a adolescentes privados de liberdade, autores de atos infracionais, a semente dessa pesquisa começa a brotar, com muita dificuldade, logo no primeiro ano de trabalho na Febem³. Nesse ano, nada foi mais difícil do que entender aquele mundo que nunca se abria nem se mostrava, embora eu estivesse dentro dele. Nesse ano, a violência e a morte, em todos os seus sentidos, se tornaram adubos diários da perplexidade que passou a me acompanhar. Nada mais difícil de entender do que a violência. Muito mais difícil que o amor – tão abstrato – e a morte – tão desconhecida.

² Bill Roberts. Vs: Ivo Meirelles, Marcelo Yuka. Faixa – Hey Joe. CD - O Rappa Mundi. Warner Music Brasil Ltda. WEA. 1996.

³ Hoje chamada de Fundação CASA – Centro de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente, conforme Lei nº 12469 de 22/12/2006 – Seção I – Poder Executivo – Diário Oficial. Para fins de esclarecimento, as referências ao nome FEBEM, denominação da instituição na época da realização das entrevistas, serão descritas como Fundação, exceto nas falas dos entrevistados e citações.

No entanto, essa constante perplexidade diante do vivido entre grades e muralhas só fazia crescer, quando as desconstruções das inúmeras violências também mostram outras faces da morte, da amizade, do amor, do desamor e da 'lei'. A intensidade do vivido impõe, enquanto necessidade de sobrevivência e como exigência ética, a lapidação dos sentimentos, muitas vezes ambíguos, que nunca ficavam dentre os muros quando eu atravessava o pesado portão de ferro para a rua.

Assim, da incessante busca de sentido para as relações que esse 'outro' mundo revelava, por enredar e engendrar situações tão conflitantes, inesperadas e temidas, momentos gratificantes também existiram. Algumas histórias, algumas pessoas, algumas vidas, foram significativamente sublimes em meio a tantos dilemas éticos. E algum 'entendimento' de tudo aquilo só foi possível por conta dos adolescentes que permitiram que fossem vistos como 'meninos', despindo-se de máscaras, me dando chaves para esse mundo, deixando frestas para que eu pudesse enxergar esse mundo, e assim, enxergá-los. E isso fazia com que eu retornasse àquele lugar todos os dias, ainda que com medo.

Com muita dificuldade tentarei contar um pouco dessa história, já que escrever é como reviver. Por outro lado, os objetivos a serem apresentados também impõem um determinado afastamento, assim como os prazos impõem a necessidade de minimizar divagações sobre meus sentimentos.

Imprescindível apresentar aquele ano: 2003. Em dezembro de 2002, quando chamada para integrar a denominada Equipe Técnica de uma das unidades de internação da Fundação, ainda em fase de acabamento de sua construção - me deparei com o primeiro dilema, já que a proposta implicava em fazer parte de um contexto institucional que eu conhecia através da mídia, que me despertava tanto a curiosidade quanto o medo - juízos difíceis de serem desvinculados das imagens associadas à instituição.

Aceito o desafio, encontrei muitas pessoas com as mesmas dúvidas e angústias, época em que não tínhamos a menor idéia do que iríamos ver pela frente, apesar da Fundação nos oferecer uma capacitação de uma semana, com a intenção de nos fazer 'imaginar' como seria o atendimento direto aos adolescentes em conflito com a lei. Dentre todas as pessoas, a maioria sem experiência na Fundação, predominava o pensamento de que nosso trabalho seria diferente do que víamos na

televisão, considerando que tínhamos uma equipe formada por funcionários livres dos vícios institucionais a que estamos sujeitos.

Ciente de que integraria a equipe de trabalho de uma unidade de 'alta contenção' - para primários e reincidentes avaliados como graves e gravíssimos, com capacidade para 120 adolescentes divididos em quatro alas - recebemos, na madrugada de dezesseis de janeiro de 2003, vinte e dois adolescentes vindos de uma unidade da capital, onde acabara de ocorrer mais uma rebelião.

E apesar de uma unidade de internação oferecer inúmeras possibilidades de análises e discussões, o primeiro ano de trabalho - 2003 - coloca em cena, diariamente, como em alto relevo, um contexto no qual a história e a situação de cada adolescente - em seu modo de situar-se dentro do grupo - determina as condições de convivência entre eles e com os funcionários, e onde essas 'condições' também se fazem enquanto 'obrigações' - modos de convivência, normas, regras, leis, impostas ou aceitas de diferentes formas.

Nesse contexto, o que até então não conhecia nem imaginava antes presenciar, era a rigidez das condições e das leis do grupo de internos - permeadas pela violência; pelo sofrimento físico e psicológico dos mais 'fracos' diante dos mais 'fortes'; pelo desespero e pelo medo de alguns, abafados pela imposição tirânica de não delatar ninguém; as armas feitas de materiais inimagináveis; o poder das ameaças de uns sobre os outros; a corrupção e a coação de funcionários através de chantagens, pressões e ameaças, mantidas veladas em nome da preservação da integridade física e da necessidade de manutenção do emprego; o pedido de vários adolescentes para sair do convívio - do espaço comum; a retirada de adolescentes banhados em sangue, cheios de furos, porque em algum aspecto não se adequaram às leis de conduta; a morte como sentença durante uma rebelião; a fuga em massa; os usos constantes de reféns; o crescente número de funcionários afastados, enfim, o sentimento de impotência, decepção, frustração e medo, já que, dentro da unidade, nada garantia que sairíamos, nem como sairíamos.

Daí a angústia e a necessidade de compreender o que estava vivendo, enquanto imposição ética, pois os sentimentos sempre tendiam a tomar conta das considerações e decisões. É dessa perplexidade diante do que estava a viver que as reflexões acerca do ser humano, da relação entre os homens e destes com o mundo aparecem, com intensa força, já que o dia-a-dia dentro das muralhas, pouco a pouco foi desvelando a novidade e a curiosidade diante do estado caótico em que o

sofrimento físico e psicológico era o modo de punição, podendo incluir a morte como sentença e o 'debate' como um tribunal, surgindo sempre outros grupos e outras disputas.

O cotidiano dentro de uma instituição fechada nos trouxe, antes mesmo da chegada dos adolescentes, a idéia e sensação de perigo e de medo. Mas também trazia uma grande expectativa de êxito. O primeiro atendimento foi um divisor de águas pois embora tivessem vários cuidados a serem seguidos no que se refere à segurança, o contato quase diário com cada um dos adolescentes foi desmistificando muitas imagens e conceitos pré-concebidos.

Eram muitas histórias com realidades impressionantes, seja pela miséria, violência, drogas, álcool, armas, balas, tiros, mortes ou histórias que, por si só, não nos levaria a traçar o seu destino para lá. E várias delas existiram. Furtos de bicicleta, fios de cobre dos postes de eletricidade, animais, trator, lesão corporal por brigas entre adolescentes alcoolizados, ameaças. Mas também tinham os tráficos, seqüestros, roubos grandes, homicídios, latrocínios, ocultação de cadáveres.

No entanto, só o tempo para, aos poucos, mostrar a relação de cada uma dessas histórias com o funcionamento da ala e da unidade em geral, quando os vínculos com adolescentes e funcionários possibilitaram ter conhecimento de fragmentos dos bastidores da rotina das alas e da unidade e quando pedidos de ajuda passam a ocorrer, quase sempre num rompante de desespero, no limite do suportável, seja na confrontação com líderes e seus respectivos 'soldados' ou no pedido em segredo para sair do 'convívio'.

O 'debate' – nome para a discussão, tomada de decisões ou meio de 'sumariar', 'zerar' – esclarecer – um fato ou situação, tenso na maioria das vezes, era constante, assim como o 'psico' – como chamam o meio de convencer, através de argumentos, o lado oposto da negociação, ainda que com pressões psicológicas de fato, as quais tinham um limite muito tênue com o combate físico, que podia entrar em cena num repente. Uma 'cena' – quando da atuação de alguma transgressão, infração, crime – rompimento com a lei – tem a adrenalina como componente unanimemente citado, cuja intensidade torna a 'fita' – o fato ocorrido - de 'mil grau' – que requer coragem - e 'quente' – verdadeira.

A maioria dos adolescentes foi mostrando mais articulação e organização em seus objetivos e interesses do que os próprios funcionários, onde a malícia e malandragem estavam presentes nas atuações estratégicas, já que os 'pilotos' –

líderes, mandantes, que impunham as normas e determinavam quem deveria dar a 'testa' – executar tarefas que implicavam em prejuízos processuais ou institucionais - nunca apareciam. Assim, grupos de adolescentes brigavam pela liderança, utilizando-se de outros adolescentes como soldados para a luta entre as 'bancas' – grupos normalmente formados por adolescentes de uma mesma cidade ou bairro - ou para a execução de ações, por vezes cruéis, o que podia ser aceito por alguns ou sob ameaças até de morte, numa configuração em que muito mais que pequenas regras de convivência passaram a ser ditadas, mas uma norma rígida de conduta que usava de mais fracos ou imparciais. Assim também passaram a utilizar funcionários para a garantia de determinados benefícios, também sob ameaças de morte ou à família.

Dentre os critérios de escolha dos coagidos, pressionados e ameaçados a tomar algum partido, executar alguma vingança ou 'testar' algum funcionário, predominavam os desafios perante o grupo, da honra de 'bandido' ou de 'sujeito homem', muito forte dentre os internos. Existem ainda, como importante massa de manobra - os 'seguros' – repudiados quase sempre unanimemente dentre o grupo de internos em decorrência de suas 'mixas' – segredos que colocam em xeque essa honra de homem ou bandido, sendo os principais, ter sido abusado sexualmente, ter delatado parceiros ou ter cometido a infração de atentado violento ao pudor ou estupro. Esses segredos eram trazidos por alguém de seu bairro, cidade ou com quem dividiu o espaço num 'corró' – cela da delegacia - durante o período de custódia. Assim, as transgressões da lei do crime sempre são passíveis de punição.

Para os que não se permitiram aceitar desmandos, chantagens, coações, ameaças e ainda permaneciam no convívio com os demais, a vida era sob um fio. O sono era de sobressalto. A força da 'idéia' – da resistência e da palavra - era de uma bravura extrema, até porque não podiam contar com intervenção da segurança, também impotente e rendida. Os limites dessa rotina de sobrevivência se davam em rompantes.

O desespero decorrente da insustentável convivência levou, aos poucos, a um sem número de adolescentes acautelados nas dependências da administração e da portaria da Unidade. Dezenas de jovens chegaram a ficar abrigados, meses, em salas destinadas ao trabalho técnico e administrativo. Passaram a ter aulas e atividades em horários diferenciados, permaneciam do lado de fora das grades e ajudavam os funcionários da área operacional a cuidar do prédio e do jardim.

Nessas condições, os atendimentos e conversas com esses meninos passaram a ser mais constantes, quando o que estava acontecendo lá dentro era um assunto tratado com muito cuidado, principalmente por parte deles, já que ainda assim, havia o grande medo da punição diante de qualquer tipo de 'caguetagem', a delação de como eram exercidos os poderes dos que faziam valer aquela lei.

E ao mesmo tempo em que era possível permanecer tranquilamente dentre um grupo de adolescentes acautelados no prédio da administração, dentro das alas e da galeria – corredor que liga as quatro alas - tornou-se comum estar em meio a uma roda de quinze a vinte adolescentes, onde a despeito do calor de mais de 30 graus, os agasalhos eram necessários para esconder as 'naifas' - facas, estiletes e algumas vezes, espadas, esculpidas com materiais inimagináveis, sendo questionada ao mesmo tempo por diversos deles, na maioria das vezes por algum benefício que não fora concedido ou sendo pressionada a prometer algum outro. Nessas conversas, imperava a importância de um enfrentamento cara a cara, olho no olho, da fundamentação da negação e da frustração causada, numa proximidade que demandava passos para trás e uma necessária parada, sem perder de vista a lógica do diálogo que estava sendo acompanhado pela platéia interessada nas mesmas coisas. Atitudes como essas podiam representar a manutenção de um respeito, já que conceder o que não era viável, por medo, acabava por destruir qualquer possibilidade ou resquício de vínculo.

Contudo, nem sempre a conversa tinha um fim consensual. Nesses momentos entravam em cena alguns adolescentes com os quais o vínculo formado através dos atendimentos os fazia tomar posições de proteção. A formação de algum vínculo com um adolescente não era tarefa fácil. Demandava muita escuta, acolhida e provocação simbólica. Também tinham os adolescentes com necessidade de falar e pensar sobre o que estavam vivendo. Eram momentos extremamente produtivos, onde a troca se estabelecia além da sala de atendimento.

A relação de confiança com o profissional que acompanha o adolescente dentro de uma Unidade vai além do sigilo de sua história pessoal enquanto domínio do privado, íntimo e particular. O sigilo de qualquer informação a respeito do que acontecia dentro dos muros era o modo de avaliarem se podiam confiar ou não em alguém, além do cumprimento do que se compromete a fazer por ele. A negação de algum pedido tendia a ser respeitada quando colocada com postura firme e argumentada, muito mais do que nos momentos em que o medo de causar alguma

frustração era evidenciado, o que abria brechas para o exercício da coação e da ameaça. Para os técnicos – psicólogos e assistentes sociais - extremamente delicadas eram as situações em que o código de ética profissional entrava em choque com a necessidade de preservação da vida do próprio adolescente ou de outras pessoas.

Os que mais temiam falar sobre o que acontecia e que conseguiam adiar, por vezes, a ‘tarefa’ imposta, mantinham-se em silêncio por um determinado tempo sem que nenhum funcionário percebesse a tortura física ou psicológica a que eram submetidos dentro dos quartos. E sobre os torturados a vigilância era constante. Cada passo, cada momento era monitorado, mesmo nos atendimentos alheios – o que em outras condições é muito respeitado entre os adolescentes. Os responsáveis por policiar se alguma informação estava sendo passada aos funcionários ficavam na porta e na janela durante os atendimentos técnicos. Para que se pudesse falar sobre o que acontecia, o papel, a caneta e a conversa em códigos eram fundamentais. Nos dias de telefonema, vários utilizavam o benefício para fingir que falavam com a família ou namorada, dissimulando conversas de saudade, momentos em que os que vigiavam geralmente se afastavam, tornando possível contar o que estava acontecendo dentro dos quartos de modo muito breve, como se estivessem falando com alguém ao telefone.

Tornando o atendimento técnico extremamente importante para a compreensão do que estava acontecendo dentro das alas, na configuração do grupo, além da situação e da condição peculiar de cada um desses adolescentes, a procura de seus lugares de meninos, recorrendo ao seu histórico familiar e ao modo como entendem a lei social e a lei do crime direcionou o rumo deste trabalho para a análise do que os prendem ou não a essas leis. E assim, diante das mais diversas possibilidades de estudo que o trabalho na Fundação propicia - o projeto de pesquisa foi tomando direções até se prender às peculiaridades da lei do grupo de internos, em suas relações com as leis básicas de convívio social e com a dinâmica da família.

E por ser um trabalho que contribuiu significativamente para a desconstrução e compreensão, de modo muito cauteloso, da perplexidade que passei a sentir diante do ser humano e do mundo, considerando o contexto da história contemporânea em que, além dos muros e de minha vida profissional, o ‘crime organizado’ atuava, instigando sentimentos, mobilizando opiniões e reações,

enriquecendo discussões e dificultando ainda mais as reflexões produzidas no decorrer da pesquisa, é que o considero em 'carne viva'.

Com influência dos acontecimentos de maio de 2006, quando dos ataques aos postos policiais, delegacias, bancos, fóruns, escolas, ônibus, carros de polícia, policiais, residências, lojas, além das mais de 80 rebeliões ocorridas quase que simultaneamente⁴, todos atribuídos à facção criminosa conhecida como PCC – Primeiro Comando da Capital – que matou mais de cem pessoas, entre militares e civis, tornou-se difícil analisar racionalmente os objetivos da pesquisa e conseguir delimitar seu foco, seja em decorrência dos meios televisivos, que não paravam de transmitir imagens e informações cujas mobilizações primeiras que nos causavam eram as emocionais, ou pelas reações da grande maioria das pessoas, para as quais a solução se reduzia à adoção de atitudes mais severas diante do crime, circunscrevendo a violência a um problema de segurança pública.

Desse modo, esses fatos puderam ser abordados com os três adolescentes entrevistados, as quais foram realizadas, respectivamente, em maio, junho e julho de 2006. Neste ano, a dinâmica do grupo de internos da Unidade se apresentava de modo bastante diverso do funcionamento de 2003 – ano que despertou o interesse pelo estudo das leis do grupo. No entanto, os entrevistados também expõem suas visões sobre o que aconteceu em 2003, já que sabiam da história da unidade, além das condições da configuração grupal que estavam a vivenciar na época da entrevista. A diferença entre esses dois momentos possibilita a visualização dos eixos principais de sustentação da lei do grupo, do crime e da instituição.

Enquanto pontos em comum - a atual articulação do 'crime organizado', as estatísticas cada vez maiores de crimes praticados por adolescentes de classe média e alta, para os quais a privação de liberdade nem sempre é imposta, o desejo de transgressão permeado pela satisfação do reconhecimento, discursos e atitudes que colocam a infração enquanto meio de obtenção de respeito, para além da aquisição de bens materiais - direcionam o problema da pesquisa para além das justificativas sócio-econômicas para a vivência da criminalidade.

Portanto - “A lei do desejo ou o desejo da lei? Pacto edípico e pacto social no sentimento de pertença familiar de adolescentes em conflito com a lei” - tece

⁴ Segundo o Jornal Folha de São Paulo - Caderno Cotidiano de 17/05/2006 ocorreram 158 ataques a forças de segurança, 11 ônibus foram queimados, 31 ataques a bancos, 02 ataques a propriedades e uma mega-rebelião totalizando 83 presídios participantes, conforme divulgado pela Secretária de Administração Penitenciária.

relações entre o discurso desses jovens diante de suas vivências infracionais, do crime organizado e da lei social com a dinâmica familiar, sob o prisma da transmissão da lei dentro da família e sua sustentação no sentimento de pertença familiar.

Embora o objetivo geral da pesquisa esteja circunscrito aos aspectos da transmissão da lei, dentro de uma cultura familiar peculiar e única, as análises tomam como referências considerações acerca dos valores éticos e morais que estão a pautar a subjetividade e as relações contemporâneas, trazendo contribuições extremamente relevantes para a compreensão da problemática da pesquisa e para a abertura de novas perspectivas para a prática (não só 'psi') com um sem número de implicados e co-responsáveis pela reversão dos focos de violência.

A partir do objetivo geral de analisar a relação entre transgressão, infração, crime e violência com o sentido de lei introjetado pelo adolescente em sua constituição familiar, a fim de entender os significados e importância que atribui à lei da cultura e à lei do crime, estão os objetivos específicos a serem considerados:

- a compreensão dos modos de implicação da desigualdade social e jurídica no envolvimento infracional do adolescente e em sua família;
- análise do ideal contemporâneo de felicidade e meios de alcançá-la aos quais estamos sujeitos;
- pensar nos caminhos para a construção de sujeitos políticos e co-responsáveis pelo desenvolvimento de perspectivas político-transformadoras.

Assim, iniciamos o trabalho com a apresentação da pesquisa, especificando os procedimentos e critérios usados para a coleta de dados, bem como algumas considerações sobre a recorrência à psicanálise como método de investigação, primando pela importância da leitura psicanalítica da subjetividade e da configuração familiar estarem articuladas às condições contemporâneas. Neste capítulo são apresentados os entrevistados e suas famílias, através do genossociograma de cada um deles.

Apresentados os protagonistas com um breve resumo de suas histórias, iniciamos um traçado teórico das relações entre adolescente, família, lei social e crime, partindo das relações entre família e psicanálise enquanto base metodológica desse trabalho. O terceiro capítulo traz reflexões relativas às características da

instituição executora da medida sócio-educativa de internação, a legislação a que está submetida e ao lugar do psicólogo neste processo. Num segundo momento, da instituição passamos para o outro lado da lei – os códigos que regulam o convívio entre os internos em suas extensões da lei do crime dito organizado. Este capítulo pretende ser uma porta de entrada para um mundo entre muralhas e grades, mas que tem estreitas relações com o contexto histórico-social que atravessamos.

No quarto capítulo tratamos das relações do adolescente, em suas peculiaridades, com a lei e com o conflito com a lei, buscando compreender os sentidos e os desejos por trás da transgressão, conforme os modos de subjetivação a que está submetido. Em seguida chegamos à família, onde uma discussão sobre sua constituição e transformações pelas quais passou nos conduzirá ao estudo de seu modo de perceber a lei. Passando pelo estudo da dinâmica familiar em suas funções ligadas à transmissão da lei de seu grupo e de valores que serão referenciais para futuras relações, este capítulo nos levará para a costura das análises que foram sendo realizadas em seu percurso e para as considerações finais do trabalho.

2 A PESQUISA

Quanto aos dados, formalmente coletados para a pesquisa, tratam-se de três entrevistas a adolescentes autores de ato infracional - 'em conflito com a lei', que estavam em cumprimento de medida sócio-educativa de internação. Tais entrevistas, semi-estruturadas, tiveram a investigação pautada em três eixos temáticos:

- o adolescente e sua família;
- o adolescente e o conflito com a lei e;
- o adolescente e a lei do crime.

Dentro desses três eixos norteadores, os objetivos do trabalho buscaram compreender as relações do adolescente dentro de sua dinâmica familiar e como ele percebe tal dinâmica, com a leitura sobre o modo de sua família encarar as leis que regulam o convívio em sociedade, o 'conflito com a lei' e as leis do crime. De outro ângulo, a entrevista também leva o foco para o modo como o próprio adolescente entende sua vivência infracional, a privação de liberdade, a instituição e as leis que regulam o convívio institucional, as quais são analisadas neste trabalho, em suas extensões das 'leis do crime'.

Alguns pontos nortearam a entrevista, sem torná-la rígida, preservando a fala livre do entrevistado dentro de um determinado tema, sendo as intervenções realizadas com objetivo de aprofundar os temas discorridos em cada momento. Como o referencial teórico psicanalítico é utilizado para a análise dos discursos, a entrevista semi-estruturada permite que o entrevistador tenha liberdade para a realização de perguntas e intervenções, com a flexibilidade necessária a cada caso particular, embora tomemos partido do cuidado de Bleger (1980, p. 85), quando aponta que o fundamento dessa técnica não é perguntar ou recolher respostas, mas flexibilizar as condições que permitem ao entrevistado manifestar-se de acordo com a sua personalidade. Sendo a entrevista um campo delimitado pelo entrevistador, este deve apenas esclarecer e aprofundar a narrativa do discurso do entrevistado, sem emitir juízos de valor ou opiniões.

Os critérios de seleção dos adolescentes foram, por vezes, discutidos junto à equipe técnica da Unidade, pensando nos possíveis efeitos de cada modo de escolha. Apesar da maior parte dos integrantes da equipe técnica ter defendido a

importância das entrevistas serem realizadas com adolescentes atendidos por diferentes duplas de profissionais, a ocorrência de um vínculo de confiança, decorrente de um acompanhamento já existente, contribuiu significativamente para a circunscrição da seleção dentre os adolescentes que já estavam sob meu acompanhamento. Tal critério pretendeu evitar possíveis obstáculos à entrevista, no que se refere à sua fidedignidade, as quais podiam ser geradas pelo temor do uso institucional do conteúdo da entrevista.

Como um cuidado técnico, pensando em possíveis efeitos institucionais da escolha de apenas três dentre cento e vinte adolescentes, na hipótese de associarem a participação na entrevista com a troca por algum benefício em sua situação processual, coordenadores de todos os setores foram informados da realização das entrevistas, da autorização da entrada com o gravador, da autorização judicial e esclarecidos sobre o destino das informações.

2.1 A HISTÓRIA DE JOÃO

A primeira entrevista fora realizada em maio de 2006, na sala de atendimento técnico da unidade (já freqüentados pelos adolescentes), num final de tarde e com duração aproximada de uma hora e trinta minutos. A escolha do dia da entrevista dependeu do plantão de um coordenador de ala específico, por sua compreensão da importância de não interromper a entrevista e por sua aceitação, tranqüila, em deixar o adolescente sozinho, sem a presença de nenhum agente de segurança aguardando, com portas encostadas e sem previsão de término.

No entanto, por ter ocorrido no final da tarde ao anoitecer, essa primeira entrevista teve como fundo muito barulho dos carrinhos de comida da hora do jantar e das travas de segurança do portão de entrada e saída de funcionários que estavam em horário de troca de plantão.

Com dezenove anos na época da entrevista, o jovem a que chamamos de João era primário no cumprimento de medida sócio-educativa de internação, estava privado de liberdade há um ano e três meses em decorrência de 'roubo qualificado' - assalto à mão armada:

Assalto qualificado. A gente, eu tava sem dinheiro, precisando de dinheiro de qualquer jeito...

E - A gente quem?

Eu e minha família. Tinha minha namorada também (...). Surgiu a oportunidade de eu podê me levantar. Quando a gente fala surgiu, a gente chama de fita dada. O cara vem, passa a sintonia pra você pegar, aí eu fui. Era setenta mil reais, não era coisa pouca, não podia dispensar, só que, no mundo do crime, crocodilagem é mato. A hora que eu entrei dentro do assalto, o cara que deu a fita pra mim chamou a polícia. Aí vim preso...
(JOÃO)

Embora o relatório que sugeria sua progressão de medida para Liberdade Assistida já tivesse sido protocolado junto ao Fórum, o que pode ter contribuído para que se colocasse à vontade, sem receio quanto à sua exposição, João era um adolescente que sempre teve participação ativa nos atendimentos psicossociais, com vínculo suficiente para não temer o uso indevido de sua entrevista. Além disso, um componente exibicionista fazia parte de seu modo de falar, não pela autoria de crimes, por atos de coragem, frieza ou por reconhecimento, mas por sempre ter respostas e justificativas para qualquer situação. A facilidade de verbalização, expressão e argumentação estão presentes tanto no jovem como em seus pais, em especial na mãe. Seus pais sempre foram muito presentes, não somente pelas visitas semanais, telefonemas e inúmeras cartas, mas também pelo acompanhamento processual, pela busca de esclarecimento sobre o funcionamento da medida, sobre as exigências do juiz, do promotor e do acompanhamento psicossocial.

Logo no início da entrevista, após as explicações sobre os objetivos e sobre o termo de consentimento, foi traçado seu genograma com as informações básicas de sua família. João, com 19 anos, era concluinte do ensino médio, muito embora afirmasse que nunca gostou de estudar. Possui apenas uma irmã mais velha, de 26 anos, residente no litoral com o companheiro e na época, grávida de poucos meses. São os únicos filhos de um casal em que para ambos trata-se de primeira união. João tem descendência oriental por parte de sua mãe, balconista de uma loja, na época com 40 anos, o que aponta que tivera a primeira filha aos quatorze anos de idade. O pai de João, com 47 anos, é aposentado por invalidez em decorrência de um acidente de moto há quatro anos, quando alcoolizado, que lhe afetou a coluna vertebral. Seu pai já esteve preso por porte de arma e já cometeu um homicídio.

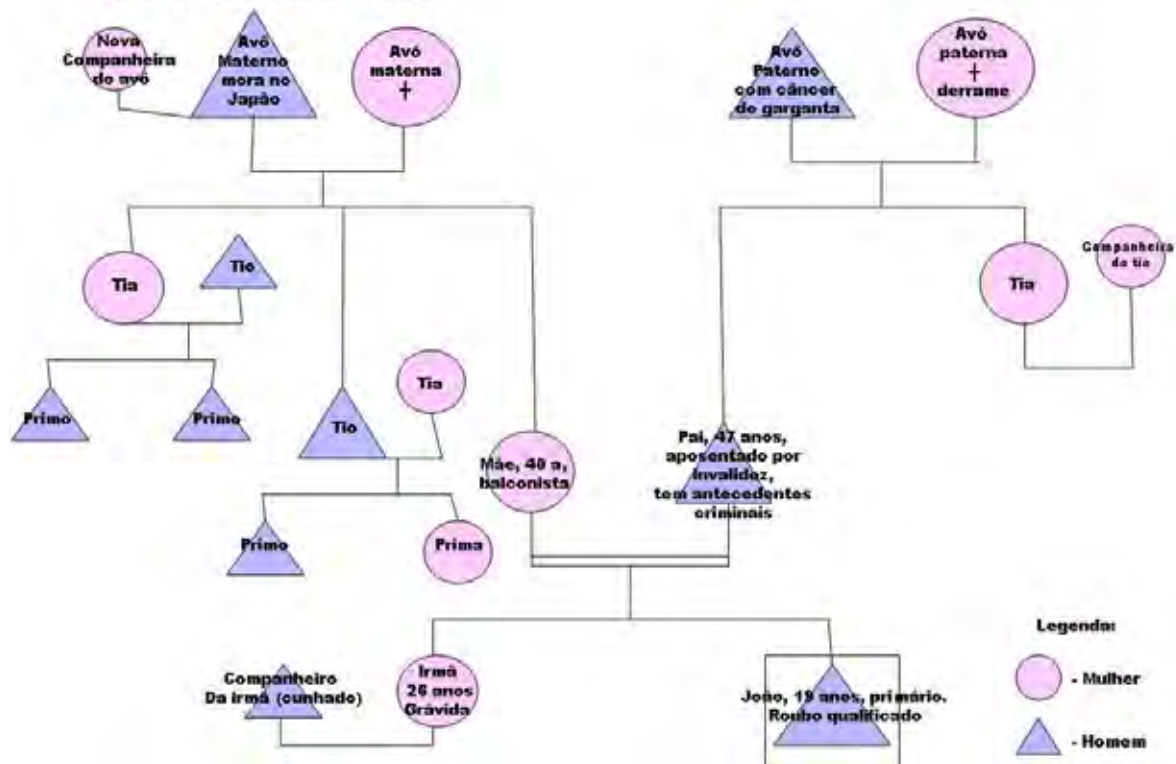
A tia e o tio maternos, ambos casados, com dois filhos, são tios e primos dos quais não soube dizer o que estão a fazer e de quem pouco falou. Sobre sua avó

materna, só disse que é falecida por doença desconhecida e também não soube falar sobre a época ou circunstâncias da morte. O avô, pai de sua mãe, mora no Japão com a nova companheira, de quem também não soube falar. Sua tia materna é 'amigada com outra mulher'.

Seu avô paterno é portador de câncer de garganta e sua avó é falecida por 'derrame'. João não apontou, durante a construção do genograma, o tio de seu pai, apresentado posteriormente. João não soube dizer idades ou outras informações sobre avós e tios. Disse não saber histórias da família transgeracional, delimitando sua história à família nuclear. Porém, no decorrer da entrevista, contou sobre o tio de seu pai:

Tem o meu Tio Belizário, que foi... Foi, não sei nem mais se ainda tá vivo, foi um dos integrantes da quadrilha do CV – Comando Vermelho. Tio do meu pai. Foi conceituado na cidade. Maior ladrão de banco da cidade. Hoje não faço idéia de onde ele tá, mas, o movimento já se multiplicou. Assim né, eu não tenho mais notícias, pra família não tem mais notícias. Mas, espero eu que ele esteja vivo, porque ele é um cara legal. Eu gosto dele. Eu era pequeno, morava no sítio, aí ele apareceu, com um carrão novo lá em casa, não sei que marca que era. Eu sabia que ele tava preso, aí eu perguntei: "tio, senhor era pra sair daqui uns cinco ano?". Aí ele: "não, o tio é amigo do diretor da cadeia, o diretor da cadeia deixou eu saí pela porta do fundo e emprestou o carro pro tio". Mas aquele tempo eu não sabia, né, fiquei contente. Meu tio saiu pela porta de trás da cadeia até então. Aí ele foi, mostrou a arma pro meu pai. Meu pai falou que dentro da minha casa ele não queria mais arma porque meu pai já tinha sossegado. Aí deu o carro pra mim dirigir, tentar dirigir, o carro pra mim dirigir. Aí que eu fui ficar sabendo que ele fugiu com o carro do diretor da cadeia. Meu tio, ele já tirou em Bangu, Pirajuí, Casabranca, Venceslau e mais um monte de penitenciária. Hoje o Comando Vermelho se instalou na baixada santista também... (JOÃO)

FIGURA 1 GENOSSOCIOGRAMA JOÃO



2.2 A HISTÓRIA DE PEDRO

A segunda entrevista desta pesquisa foi realizada em junho de 2006, na sala de atendimento técnico da unidade, com duração de pouco mais de duas horas. Em decorrência do barulho de carrinhos e da tranca do portão, presentes na primeira entrevista, esta fora realizada no período da noite, após a troca de plantão das 19 horas e do jantar. Durante a noite o fluxo de entrada e saída de funcionários é significativamente menor, o que em muito contribuiu para maior tranquilidade da entrevista.

Seguindo os mesmos procedimentos da primeira entrevista, também não houve nenhum funcionário acompanhando ou aguardando. A porta estava encostada e por estar de frente para a porta, uma fresta permitia perceber que em alguns momentos o coordenador da ala passava, na intenção de verificar se tudo estava bem, já que durante a noite a sala de atendimento fica praticamente isolada.

Pedro não demonstrou nenhuma resistência ou dúvida em relação ao termo de consentimento, destacando sempre que seu nome e sua história poderiam ser divulgados. É um jovem com ensino médio completo, fala fluente e atravessada por conteúdos sádicos. Esta entrevista demandou maior atenção ao redirecionamento para os eixos norteadores, pois a fala livre de Pedro detinha-se por longo tempo no relato minucioso do seu envolvimento infracional, de sua família ou de cada ato infracional praticado por ele, que contava com riqueza de detalhes, carregado de emoção, alterando o tom de voz e sempre chamando a atenção para sua frieza.

Com dezoito anos na ocasião da entrevista, Pedro estava privado de liberdade há um ano e dez meses, em decorrência de ato infracional caracterizado como homicídio. Apesar de primário no cumprimento da medida de internação - a história de Pedro revela intensa vivência infracional desde pouca idade.

Ao traçar o genograma descreveu cinco irmãos: Arthur com 24 anos e Renata de 22, irmãos por parte de pai e mãe, separados judicialmente há cerca de dez anos. Referiu que a mãe possui 50 anos e não soube dizer a idade do pai. Ariane de 29 anos, Téo de 27 e Joana com 26, são irmãos maternos, sendo cada um deles fruto de relacionamentos distintos e anteriores da mãe, homens sobre os quais não soube falar. O pai constituiu nova família com outra mulher, com a qual possui dois filhos, de oito e sete anos.

Dos irmãos, todos têm filhos, exceto ele. A irmã mais velha – Ariane – separada do marido – mora sozinha com o único filho num bairro próximo da casa da mãe de Pedro, irmã que ele afirmou não ter nenhum envolvimento criminal.

Téo possui dois filhos com a atual companheira e apareceu, no decorrer da história familiar, envolvido com o tráfico de drogas muito mais como usuário do que como traficante. Joana, que possui dois filhos com o atual companheiro, foi assim descrita por Pedro:

Joana é traficante. Mora numa periferia pesada. Marido dela mora com ela, é um bêbado. (PEDRO)

Arthur, irmão com o qual Pedro mostrou nutrir, no decorrer da entrevista, um vínculo mais forte, possui três filhos, sendo um deles falecido. A princípio teve dois filhos (gêmeos), mas um deles faleceu logo após o nascimento. Depois teve o terceiro filho. Sobre o Arthur:

Ladrão, seqüestrador, traficante. Saiu agora (da cadeia). Ele mora com a mulher dele... (PEDRO)

Quanto à Renata, também têm dois filhos com o atual companheiro:

Traficante. Mora com marido dela, do lado de casa. (PEDRO)

Pedro mora com a mãe, também com intenso envolvimento com o tráfico de drogas, como aparece mais adiante em sua história. No entanto, falou que ela não mais traficava e que estava vivendo da pensão que seu pai – avô de Pedro - lhe deixou, bem como de uma cozinha industrial e de uma pousada que possui. Não apresentou a mãe de modo taxativo como assim fez com os irmãos e com o pai:

Meu pai senhora... Meu pai é um dos grande. É ladrão, traficante, com uns disbaratino de trabaiadô. Tá solto. (PEDRO)

Descreveu o tio materno Edilson – também chamado como tio Nano – casado – com cinco filhos: Elias, formado em Química e residente no Japão; Alexandre; Joice – que trabalha na prefeitura; Daniela e Manoela, das quais não soube dizer o que fazem, mas frisou que ‘não fazem nada de errado’. Em seguida,

descreveu outra irmã de sua mãe - a tia Helena – médica – casada e com dois filhos
- um deles preso, condenado à trinta e dois anos de prisão:

Elis vive nas custas da mãe dela. Fabio é seqüestrador. Família Laranjeira.
(PEDRO)

A tia Alba, aposentada, também casada, possui os filhos Isac – eletricista - e uma filha da qual Pedro referiu não se lembrar. Depois se lembrou do tio Tales, embora ele tenha sido apontado como distante, sendo com o tio Nano o maior contato de sua mãe.

Quanto aos tios paternos, a princípio falou somente do tio Zico – traficante. Disse não saber o nome dos outros, mas sabia que um deles faleceu em decorrência do vírus HIV, em 2001. Depois se lembrou da tia Sara, a qual disse que conheceu, mas não manteve contato.

Os tios maternos e a mãe de Pedro são filhos da mesma união, avós que o jovem não conheceu. E embora tenha dito que não conheceu nenhum desses avós, a princípio, também apresentou a avó de modo taxativo, como se a conhecesse:

Rúbia Benesse. Era alemã. Era ruim. Era louca. Era doida, pinel. Tinha problema na mente. Se matou, se amarrô na linha do trem sozinha. Se amarrô. Agora, como ela se amarrô eu não sei. Vai sabê se minha mãe não amarrô ela lá... (PEDRO)

Em seguida, ao falar que não conhecera os avós, contou que soube das histórias da família através de sua mãe, que lhe conta as histórias trágicas da família – sua e do pai de Pedro. Quanto ao avô materno, depois se referiu a ele:

É o pai da minha mãe, esse daí. Pensionista. Não conheci. Acho que, se não me falha a memória, esse aqui eu já até vi ele, senhora, se não me falha a memória. Eu tenho uma lembrança de quando ele, assim que meu pai foi preso, ele chamô eu pra tomar uma coca-cola e tal e eu não fui não, no bar. Ele ficava num bar perto de casa, mas assim, eu memo conversá com ele não. (PEDRO)

Sobre os pais de teu pai, Pedro não soube dizer o nome da avó – assassinada pelo próprio filho – pai de Pedro:

Matô... Ah, pergunto pra ele, é o seguinte: ele fica bravo. Quer atacá ele é perguntá disso aí. Mas ele fala que quando ele era pequeno, ela jogou ele da escada. Acho que ele nem lembra disso. Ele tem um tumor no ouvido

dele. Ele fala que é por causa disso que a cabeça dele é meio afundada. Aí, ela mandô ele pá rua. Aí, acho que alguma mulher pegô ele, de rua tamém, começô a criá ele. Aí um certo dia ele tava jogando bola, acho que ele tinha uns dezesseis anos, aí ele descobriu que a mulher que tava assistindo era a mãe dele. Aí é o seguinte: ele pegô e voltô a morar com ela. Aí nesse tempo que ele tava morando com ela, ela tava judiando dele, pra trazê home pá dentro da casa dela e tirando ele, na casa dela. Aí é o seguinte, foi onde ele decidiu matá ela. Ele diz que... Ele falô que bateu na porta, encheu ela de bala e depois picô ela na chave. (PEDRO)

Questionado sobre o modo como o assunto é abordado pelo pai e por outras pessoas da família, Pedro disse que o pai não gosta de falar, mas guarda um jornal com a reportagem do assassinato, o qual mostra ao filho, como quem comprova o fato. No entanto, como os detalhes das histórias são contados por sua mãe, a idéia e a idealização do 'pai' enquanto homem e enquanto filho, lhe são transmitidas sob a ótica da mãe:

Não. Ele conta não querendo né, senhora. "Ah, porque cê qué sabe cara? Acho que cê não tem que sabê de nada não, pára de me enchê o saco". Fora outras coisa... Sei que no jornal que ele tem, o depoimento dele é que se ela tivesse viva ele mataria ela de novo. E ele fala até hoje.
E – E o que a tua mãe fala sobre isso, sobre essa história. Ela confirma ou conta alguma outra coisa?
Confirma. Confirma. Hoje em dia ela não gosta dele assim, tipo... Na verdade, acho que um ainda... né, com o outro, porque vinte e três anos casados os dois... Gosta do outro ainda... Eu acho, mas tipo assim... Acho, mas não sei né senhora. Só que ela tem raiva dele. Ela fala que ele sofreu, tal, mas que ele não merece nada mais. (PEDRO)

Quanto ao avô paterno – 'Seo Leonel' – Pedro também reproduziu a história do modo como lhe foi transmitido: falou como se tivesse presenciado seu avô 'fazer a cabeça' de seu pai para que matasse a mãe. Parece ter tomado de seu pai a culpa direcionada à figura paterna. Faz como o pai, já que o pai do pai não cuidou de seu pai, que também não cuidou dele:

O pai dele fez a mente dele, pra ele matá a mãe dele, também um pouco. Um pouco é isso aí tamém. Ah, ficava falando pra ele, que a mãe dele era isso, era aquilo... Porque quando meu pai matô ela, ela já não tava mais com meu vô. Aí ele ficava fazendo a mente do meu pai. De vez dele ficá com meu pai, pra cuidá do meu pai, ele fez meu pai matá ela. (PEDRO)

A história de seu pai é contada por sua mãe, pela irmã mais velha e pela atual mulher dele, que parece acentuar, para Pedro, o que seu pai é capaz de fazer:

Ah ele dava, ele tinha muito homicídio senhora.

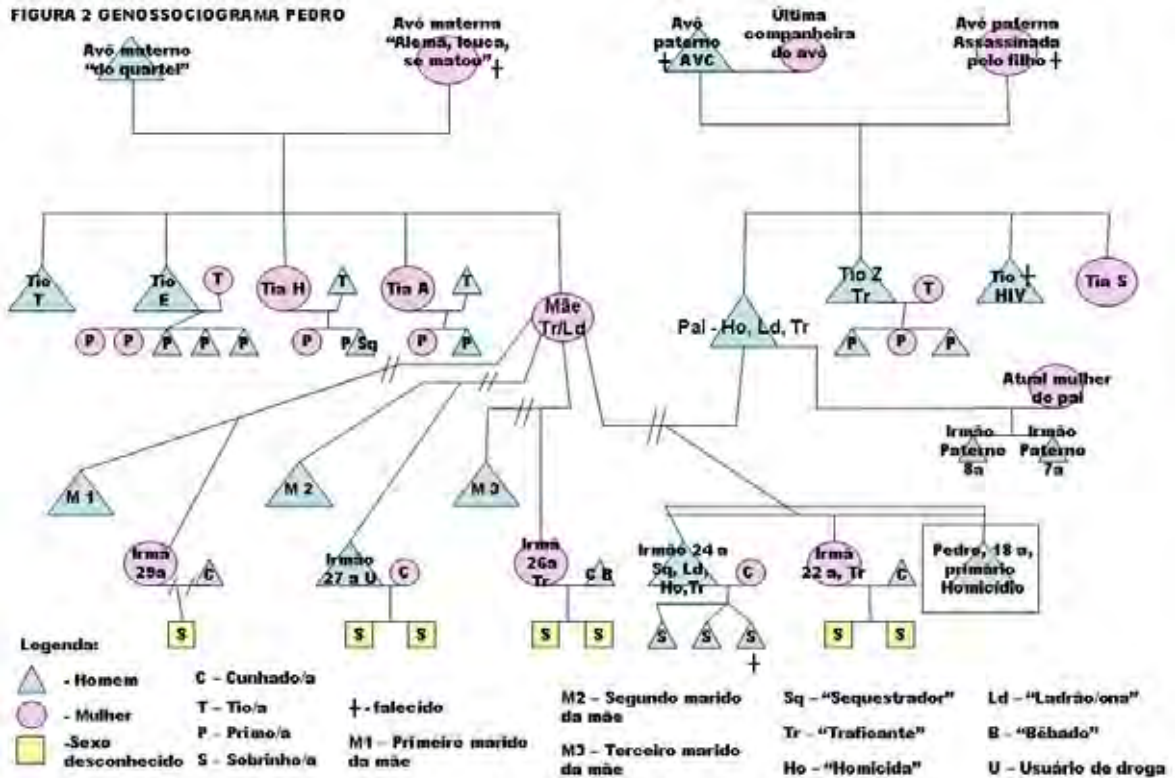
E – E ele conta pra você?

Não conta por nada. Sei através da minha mãe senhora.

E – Ela conta tudo?

Não, ela não conta tudo. Ela fala que ele é ruim, só que a mulher dele é boca aberta. Falou já, porque ela gosta de fazer, tipo, chantagem: “Que ele é isso, é aquilo, que ele põe fogo naquela casa, que ele já matou...”. Vai contando história. (PEDRO)

FIGURA 2 GENOSSOCIOGRAMA PEDRO



2.3 A HISTÓRIA DE ANTONIO

A terceira e última entrevista deste trabalho, realizada em julho de 2006 teve suas condições similares à segunda – realizada na sala de atendimento técnico, no período noturno, com duração de quase duas horas.

Por sua segunda passagem pela Fundação, Antonio é avaliado como reincidente. A primeira medida foi em função de ato infracional caracterizado como homicídio e a segunda, em decorrência de roubo qualificado – assalto à residência. Com dezoito anos de idade, Antonio têm oito irmãos, sendo ele e outros cinco, frutos da mesma união.

Dos nove irmãos, os três primeiros são paternos, frutos da primeira relação do pai de Antonio com esposa já falecida. A irmã mais velha é Taís, com aproximadamente 39 anos, casada, com oito filhos, residente em Jaú, com quem não tem muito contato. Seus quatro últimos filhos são quadrigêmeos. Antonio não soube dizer nada sobre o cunhado.

Em seguida vem Maria José, de 29 anos, casada, com dois filhos, residente em Ribeirão Preto com o marido. Depois vem Marco Antonio, de quem não soube falar a idade. É casado e possui dois filhos: o primeiro de um relacionamento anterior e o último da atual companheira, com quem reside em Guarulhos.

Do primeiro relacionamento de sua mãe, anterior à união com seu pai, Antonio possui o irmão Rogério, de 27 anos, casado, com quatro filhos. O pai de Rogério era envolvido com o tráfico de drogas. Embora Antonio não saiba precisar a causa de sua morte, refere ter sido em decorrência de seu envolvimento criminal. Este irmão Rogério encontra-se preso por tráfico de drogas, assim como sua atual companheira - cunhada de Antonio - também por tráfico. Dos quatro filhos de Rogério, somente um é fruto da relação com a atual mulher. Os três anteriores são de três relacionamentos distintos, anteriores. Antonio conta ainda, que o irmão entregou um de seus filhos para a adoção, o qual não incluiu na contagem. Com a privação de liberdade dos dois, os filhos estão sob a guarda da sogra de Rogério.

Dos irmãos de Antonio, por parte de sua mãe e pai, o mais velho é Marcinho, de 24 anos, casado, com dois filhos, residente em Sumaré com a mulher e com antecedentes criminais pelo envolvimento com o tráfico de drogas. Depois vem Patrícia, 22 anos, casada e tem um filho com um rapaz que também já esteve

envolvido com o tráfico de drogas. Residem em Minas Gerais. Dorival, com 20 anos, também é casado e tem um filho. Mora com a mulher em Minas Gerais e não é descrito com envolvimento infracional. Em seguida está Baré – apelido dado ao irmão Alessandro, de 19 anos, solteiro, sem filhos, mora com o pai. Na seqüência está o jovem em pauta e a irmã mais nova – Ercília, de 17 anos, que mora com a mãe.

Quanto aos avós, conheceu apenas a avó paterna, já falecida, não soube dizer a causa. Sobre os tios, disse a princípio que conheceu somente um já falecido, sem saber a doença. Posteriormente falou de outra tia paterna, também já falecida.

Dos tios maternos, descreveu a tia Berê, separada do marido, apontando seu filho como ‘louco’. Em seguida há a tia Candinha, que mora com o marido, também em Sumaré, com os filhos. Depois vem Tulinho, falecido por infarto; tia Laura - casada e tia Carlota, também descrita como ‘louca’:

Ah, ela coloca, como que fala... gilete na unha pra brigá. Gosta de matá essa muié aí. Se ela tivé dentro de um ônibus e uma muié ficá olhando pra ela, ela já qué arrumar briga. Ela gosta de arrumá briga. Sempre foi assim. Ela meia louca ela. E ela queria batê na minha mãe já uma vez. Dei um coro nela. Porque ela queria batê na minha mãe. Aí eu falei: “pára tia, não quero encostar a mão na senhora não”. Aí ela pegou e me agrediu, deu um tapa na minha cara e tal. Aí eu peguei e dei uns box nela. (ANTONIO)

Antonio contou ter mais de vinte sobrinhos, mas a filha de seu irmão Marcinho, com quem a ligação é mais estreita, é a única sobrinha a que se refere. Dos cunhados e cunhadas, a esposa do irmão Marcinho é a única referência afetiva:

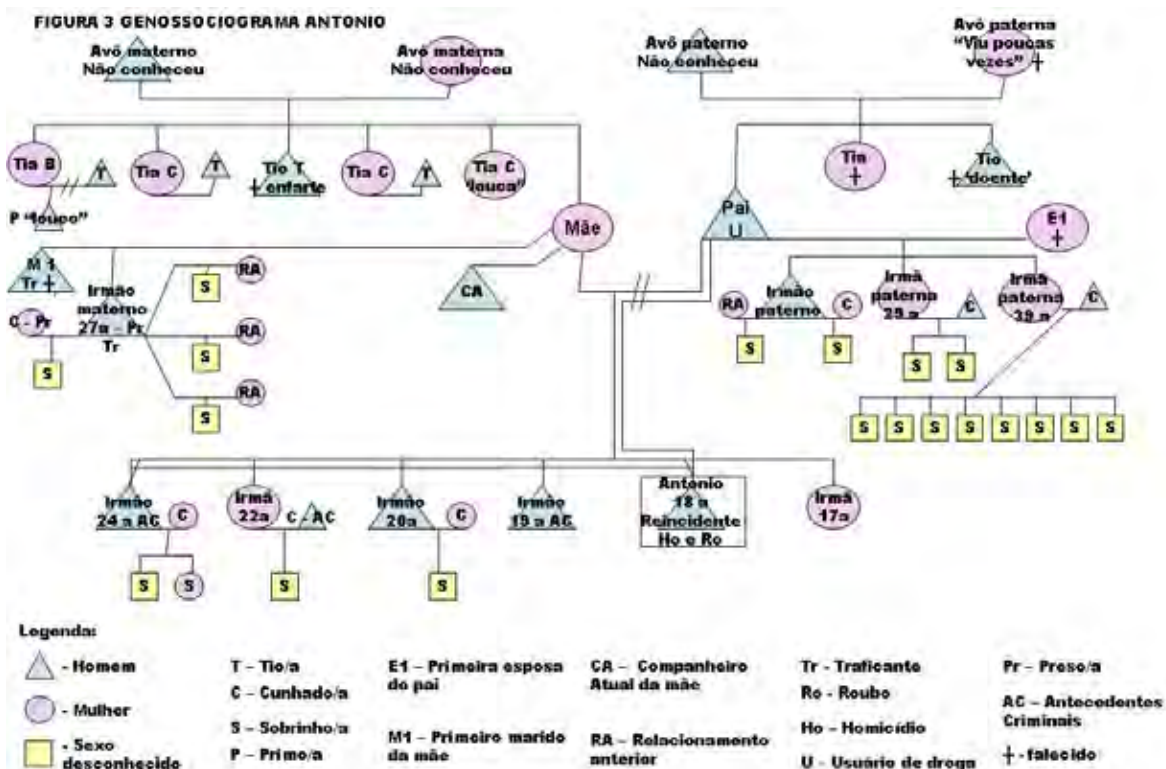
Conheço, eu morava com eles, porque praticamente ele foi meu pai e ela foi minha mãe senhora, por uns tempo. (ANTONIO)

Dos familiares com envolvimento infracional, apontou o irmão Rogério e a cunhada, presos, afirmando que este irmão passa por cadeia desde os dezesseis anos. Entre os demais, contou que o irmão Alessandro já passou pela Febem, por conta de assalto à residência, mas “saiu do crime, tá trabalhando”. O irmão Marcinho, embora nunca tenha sido preso, tinha envolvimento com o tráfico de droga, assim como seu cunhado, marido da irmã Patrícia. No entanto falou que os dois não estão mais no tráfico. Excetuando o irmão preso e o marido da irmã Taís, a

quem Antonio chama de 'folgado', refere que os irmãos e cunhados são trabalhadores:

O pai de Antonio, após separar-se da mãe, em decorrência da traição conjugal, mudou-se para Guarulhos levando os filhos. A mãe constituiu nova família com o homem que fora motivo de sua separação do pai de Antonio, seu atual companheiro. O pai de Antonio, aposentado, fazia acompanhamento médico e foi, durante um tempo considerável, usuário de droga. A mãe de Antonio, também aposentada, junta papelão para reciclagem. Nem pai nem mãe são descritos como envolvidos com o crime:

Minha família do meu pai foi sempre uma família mai rígida né senhora, mais mão de vaca, assim, como posso falá pra senhora... mais sossegada, uma família que nenhum, nem meu pai tem envolvimento com o crime. Nenhum memo. Só meu pai que usô uns tipo de droga, mais parô tamém, por causa dos pobrema dele, parô e tal. Da família da minha mãe só o Tulinho, que era envolvido com droga tamém. Ele usava. (ANTONIO)



A princípio, a coleta de dados primava pela realização de entrevistas aos adolescentes e de suas famílias, em momentos separados. No entanto, diversos fatores apontaram para a complexidade de tal procedimento, como o montante de informações diante dos limites dos prazos. Consideramos também o fato de nem todos os adolescentes receberem visitas; a dificuldade da maioria dos familiares em dispor de tempo para a realização de entrevistas mais longas por conta das caronas e da distância de seus municípios de residência do município da Unidade; dificuldades institucionais para a realização de tais entrevistas quando de uma visita domiciliar. Fundamentalmente, optamos por realizar entrevistas apenas com os adolescentes porque o projeto desta pesquisa teve sua origem numa época de convivência cotidiana com a atuação das leis e dos códigos informais do grupo de adolescentes, dentro da instituição, o que decerto não me permitiu abrir mão da visão do próprio adolescente diante de tais fatos e sobre sua família.

E ainda que Freud, ao construir a Psicanálise, não tenha trabalhado em especial a família e os processos particulares que nela se desenvolvem, percebe-se esse grupo a todo o momento como plano de fundo, como nos casos das histéricas ou na própria teoria do Complexo de Édipo. É a partir dos relatos de suas pacientes que Freud percebe que nem sempre a família trazida para a clínica é a mesma que existe de fato. A família presente no discurso do analisado é, na maior parte das vezes, fruto de suas fantasias, de seus desejos e, por conseguinte, é esse discurso – do paciente da clínica de Freud e do participante da pesquisa - que leva ao trabalho do inconsciente, objeto principal da Psicanálise.

Assim, sendo o método psicanalítico originário na clínica terapêutica, ele pode ser transportado para a pesquisa, na perspectiva que é adotada por Herrmann (2004, p.60): “Clínica e pesquisa estão separadas pelas técnicas respectivas, mas unidas pelo método”. Assim, quando se propõe a investigação em Psicanálise, é preciso uma escuta peculiar que privilegia o discurso do outro, onde se faz poucas interrupções, afastando-se de pré-conceitos e julgamentos e buscando no próprio discurso o conteúdo latente e aí as manifestações do inconsciente.

Nesse sentido, a história dessas famílias, trazidas pelos adolescentes, são fundamentais, pois para pensar em códigos ou leis informais necessariamente partimos do que seja a lei formal, entendida aqui não simplesmente em seu caráter jurídico, mas em sua dimensão social, enquanto parâmetro para a convivência humana, recorrendo ao pacto edípico enquanto estruturante do pacto social. E

pensando nas leis, normas, regras e limites que a família transmite para um filho, o que implica diretamente na constituição de sua subjetividade e identidade, partimos das considerações de Pellegrino (1987) quanto ao efeito do cumprimento ou rompimento do pacto social sobre o pacto edípico:

(...) o amor e o respeito oferecidos pelo casal parental, vão garantir a aceitação pela criança da Lei primordial e essa aceitação possibilitará a sua identificação com a cultura. (...) Como o pai é o representante da sociedade junto à criança, a má integração da Lei da Cultura, em decorrência de conflitos familiares não resolvidos, pode gerar condutas anti-sociais. Porém, uma patologia social também pode ameaçar, ou mesmo quebrar, o pacto com a Lei do Pai. (...) se o acordo foi rompido e a sociedade não oferecer o prometido ao trabalhador, negando-lhe condições mínimas de dignidade e sobrevivência, o pacto social pode se romper. Esse rompimento redundará na produção de diferentes estratégias, por parte do saboteado, sendo que algumas delas não implicam o rompimento com a Lei da Cultura. Todavia, na situação em que o contratante vê-se reduzido à condição de humilhação e pobreza, ele não teria motivos para manter o pacto social com uma sociedade que o marginaliza ao mesmo tempo que possibilita o exercício da corrupção e do deboche. (...) Entretanto, o rompimento com o pacto social que não vem acompanhado de nenhuma perspectiva político-transformadora rompe, por retroação, com a Lei da Cultura. Dessa forma, acontece no mundo inconsciente, o parricídio, podendo destruir as barreiras associadas aos impulsos primitivos, abrindo-se as comportas para o exercício do roubo, da delinquência, do homicídio (...) (PELLEGRINO, 1987, p.128-129)

Portanto, o traçado das relações entre adolescente, família, lei social e crime, partindo das considerações psicanalíticas acerca do efeito do rompimento ou cumprimento do pacto social, parte da análise da família do adolescente, trazida na leitura que ele faz dela por meio de seu sentimento de pertença familiar:

(...) os sentimentos de cada membro da família em relação ao conjunto do grupo: uma sensação de proximidade particular, de ser considerado e tratado aí de modo diferente do que ocorre nos outros grupos que não a família; a recordação de um passado comum, uma genealogia comum; um tipo de intercomunicação conhecida e identificada. (EIGUER, 1985, p. 38)

Para o autor, os membros familiares compartilham de um funcionamento fantasmático inconsciente, que dependem de organizadores que alimentam o segredo da vida psíquica do grupo, permitindo que seus membros se sintam próximos. Tendo como ponto de partida a escolha do parceiro, fundamentada no Édipo e suas transformações já que a escolha do objeto sexual mobiliza inconscientes individuais que dão origem ao inconsciente do casal, e enquanto primeiro organizador da família, Eiguer (Op. cit, p. 34) descreve que com a vinda do

filho, os objetos do mundo interno são projetados nele dando origem ao inconsciente familiar.

O sentimento de pertença, componente do segundo organizador - o eu-familiar – “traduz o amor dedicado à família, em troca da integração do eu individual e da identidade de cada membro, através de uma marca tranqüilizadora que o remete a uma origem”. Sendo a história familiar representada e fantasmada compartilhada por seus membros, a pertença aparece “sob a forma de reconhecimento de semelhanças físicas e morais, de uma religião comum, de ideais morais partilhados, de representações e de gostos culturais semelhantes” (Op.cit, p. 39-40).

Desse modo, o inconsciente familiar, por ser fantasmado e compartilhado é sempre transmitido entre gerações, incidindo diretamente na constituição da subjetividade, que se dá, a princípio, pelos processos de identificação parental. E se o sentimento de pertença é constituído por essa representação inconsciente da história familiar, por ele também é possível analisar a representação da ‘lei’ para a família, em especial para os pais, assim como a maneira de encarar a ruptura do pacto social, onde circunscrevemos nossas análises e objetivos.

Salientando que para Pellegrino (Op. cit, p.129), a ‘perspectiva político-transformadora’ diante da ruptura do pacto social é fundamental para o não rompimento com a lei da cultura, esta colocação muito nos interessa por sua importância no que consideramos como crise ética do contemporâneo. Para a relação entre psicanálise e contexto contemporâneo, Mezan (2002) contribui ao destacar que a psicanálise, enquanto método de investigação, também depende de uma apropriação inventiva e metaforizada daquilo a que chamamos contexto, destacando que:

(...) é importante estudar a relação da psicanálise com a cultura que forma o pano de fundo, tanto para a construção das subjetividades que serão estudadas pela psicanálise quanto para a elaboração da teoria com a qual ela abordará essas subjetividades, pois é evidente que a teoria é também uma forma de refração, no plano dos conceitos, dessas condições. (...) a psicanálise é então, uma parte da cultura (...) (que engloba tanto crenças, valores e práticas de uma sociedade quanto suas variadas instituições), (...) como uma obra, formação social, um elemento do imaginário pessoal ou coletivo - torna-se objeto do exame psicanalítico. (MEZAN, 2002, p.447-448)

Para pensar conceitos psicanalíticos, articulando-os com as características atuais de subjetivação e as formas de se relacionar do homem contemporâneo, Costa (1989, p. 29) fundamenta o modo da subjetividade e de seus conflitos serem entendidas, destacando que o foco das análises “não passa pela busca de substância sexual escondida, mas por aquilo que ouvimos na superfície do discurso, onde o ego narcísico mostra ao outro sua faceta ideal”.

3 A INSTITUIÇÃO DA LEI E A LEI DO CRIME

*Um brinde com taça de vinho
Cheiro de asfalto no sangue
Um atalho com fuzil no caminho
No cardápio bitterusso champagne*

*Cordão de fé tirado do peito
Uma luz no fim do presídio
Mais um buraco cavado às pressas
Pra aliviar o suplício*

*A esperança no orifício
Na revolução
Quanto mais tiram de nós
Lá dentro corrupção*

*Os atentados civis
Viram showmício
Dos que nunca estão no controle
E vão crescendo os vícios*

*Caído por terra
Pela classe discurso
Sofrimento pr'alguns é ser feliz
Pra quem nunca teve nada
É tudo que sempre quis⁵*

Embora seja inegável que crianças crescendo em um meio social de risco - onde a violência em seus mais variados aspectos já se tornou banal, muitas vezes por existir dentro de casa junto da pobreza material ou afetiva – acabem por levá-los a escolher meios rápidos de satisfação de desejos, ao entorpecimento, à transgressão e ao conflito com a lei - a postura perante o ato infracional cometido e sua representação, assim como a trajetória que leva a atuação da infração são decisivos para o direcionamento e planejamento do acompanhamento psicossocial. O objetivo de analisar a subjetividade desses meninos de modo a considerar suas relações com um discurso tomado como possibilidade de atuação, reconhecimento e visibilidade, demanda o entendimento desta 'organização' (ou organizações) com discursos e leis próprias, regras rígidas e à margem da lei social que regula os princípios básicos de convivência entre os homens.

⁵ Marcelo Falcão / Marcelo Lobato / Xandão / Lauro Farias. Faixa – Bitterusso Champagne. Cd - O Silêncio que precede o esporro. O RAPP. Warner Music Brasil Ltda. WEA. 2003.

A negação do acesso aos códigos sociais, enquanto vetor para condição mínima de subjetivação, traz a transgressão como meio de entrada na sociedade como seres de ação e não como cidadãos de direito. No entanto, o que nos chamou a atenção não está necessariamente vinculado às razões que levam ao ato infracional, mas aos fatores que estão em jogo para mantê-los ou não nessa trajetória, quando o conceito de respeito e o reconhecimento individual decorrente dessa atuação, encontram abrigos nas leis não escritas do grupo de internos e do 'crime'.

Para Sennett (2004, p. 29-31), o respeito, enquanto reconhecimento que se ganha dos outros por fazer bem alguma coisa, "produz um prazer por si mesmo, sendo um valor pessoal que não depende de terceiros". Assim, o respeito à força obtido pelo uso da arma, seria o resultado da ausência deste precioso e necessário reconhecimento para a formação da subjetividade. E em lugares onde há poucos recursos e a aprovação do mundo está em falta, a honra social é frágil, tendo de ser assegurada a cada dia. Há ainda, uma "divisão real no significado de "respeito", entre o social e o pessoal, entre ser respeitado e sentir que o que se faz é inerentemente digno de mérito".

E se o modo de vida que enfatiza a auto-suficiência, cuja emergência é situada por Sennett (Op.cit) no Iluminismo, através de um homem que deve utilizar sua própria compreensão dos fatos e se preparar para o trabalho enquanto principal fonte de respeito e para o qual a educação passou a ser destinada, o resultado direto dessa condição é a vergonha da dependência.

Embora muitos dos adolescentes em cumprimento de medida sócio - educativa de internação atribuam o início da vivência infracional e seus atos de conflito com a lei social às necessidades e desejos de ordem material ou como resultado de intensa dependência química, o conceito diferenciado de respeito que acabam por apreender também é decorrente do fato de se depararem com leis não escritas, códigos que os mantêm unidos, onde está presente uma cultura de rua, argumentos de protesto social, teorias que fundamentam a criminalidade, vindos do sistema prisional de penitenciárias, como o PCC (Primeiro Comando da Capital).

E assim, muitos desses jovens não demonstram nenhum constrangimento em apontar criminosos conhecidos como ídolos e o sistema carcerário de presídios como um ambiente digno de 'bandidos', preterindo uma unidade da Fundação, cuja

função é executar uma medida sócio-educativa, onde não podem circular livremente pelos pavilhões ou receber visita íntima.

Por outro lado, é evidente que o imaginário social acerca do adolescente em conflito com a lei alimenta e reforça a identidade que esses meninos se apropriam, o que é perceptível nas reações extremas, ora medo, ora raiva, compondo um processo de contratransferência da sociedade que se evidencia também dentre os funcionários das instituições que executam tais medidas.

Neste aspecto, Araújo (2001, p. 04) coloca de modo muito pertinente o quanto as imagens da mídia potencializam as emoções dos atos violentos que causam indignação da sociedade, que por sua vez, ao se sentir ameaçada, clama por leis mais rígidas para lidar com os infratores. Winnicott (1987) também aponta que o crime provoca sentimentos de vingança pública que resultariam num processo muito perigoso se não fosse a lei e aqueles que têm a missão de implementá-la.

3.1 A INSTITUIÇÃO DA LEI

Um breve resgate da história da legislação que direcionou o modo de lidar com o adolescente infrator é apontado por Espíndula (2004), com origem no código de menores, em 1927, que consolidou o sistema de atendimento a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos quando houvesse descumprimento das obrigações estipuladas aos pais, imposta pelo Código Civil de 1916, que vigorou até o ano de 2003.

No entanto, a partir dos escritos de José de Anchieta⁶, Melo e Couto (1998, p. 20-21) apontam que a 'infância tutelada no Brasil' nasce em 1549, quando os primeiros jesuítas chegaram com o objetivo de civilizar os povos indígenas, a fim de desenvolver o "temor a um Deus e a um Rei". Diante das dificuldades em alterar hábitos dos adultos, direcionaram seus esforços para as crianças, inclusive as que eram frutos de ligações entre brancos e negros com índias, que as abandonavam acreditando que o grau de parentesco vinha somente da parte do pai. Assim, recolher estes órfãos e as crianças indígenas em lugares que foram denominados

⁶ Cartas do Brasil, 1931, nota, p. 90.

como “Casa dos Muchachos”, com o objetivo de educá-los dentro de preceitos da igreja, foi a primeira medida de afastamento da criança de seu convívio sócio-familiar praticada no Brasil. Quando adolescentes, os índios retornavam às suas tribos e os que não a tinham ficavam pela cidade, dando formação aos aglomerados urbanos da periferia.

Segundo os autores, em 1543, é instalada a primeira Santa Casa de Misericórdia com objetivo de prestar auxílio, principalmente médico, passando posteriormente a receber crianças abandonadas, por questões econômicas ou morais, pelo sistema da “Roda dos Expostos”: “um dispositivo giratório de madeira, em forma de cilindro, (...) inserido em uma parede (...). A criança era depositada no compartimento, e o depositante “rodava” o cilindro para que a abertura se voltasse para dentro”. Funcionando no Rio de Janeiro até 1938, a roda institucionalizou o abandono, que aumentou consideravelmente, e o destino das crianças só passou a ser resolvido quando criado os Juízes dos Órfãos, em 1775. (MELO e COUTO, Op.cit, p. 22-23).

Na época da Independência, já contando com dificuldades provenientes dos aglomerados urbanos, os preceitos morais abarcavam o simples fato de assobiar ou perambular pelas ruas – “atitudes passíveis de prisão”, quando o serviço policial começa a ter destaque na função de encaminhamento da massa – especialmente os destinados à pobreza – aos presídios – chamados na época de Casas de Correção, para onde também eram levadas as crianças e os adolescentes que cometessem crimes.

Segundo as autoras, de acordo com o Arquivo Nacional, em 1861 foi criado o “Instituto de Menores”, tutelando não somente as crianças abandonadas, mas também as que praticassem alguma infração. Eram locais com educação moral e religiosa que objetivavam a disciplina do corpo e da mente que funcionaram até 1865 e deram início à idéia de pobreza como crime e perda de liberdade como pena.

No Brasil República, já com intensos problemas sociais, surgiram as idéias higienistas que permearam as lutas por novos modos de assistência à infância, agora com maior culpabilização das famílias pobres pelo aumento da criminalidade e do abandono, exigindo do Estado intervenções que moralizassem os hábitos da população. Assim, afastar essas crianças do meio sócio – familiar foi a solução vista pelos higienistas e a luta pela criação de uma lei específica para os menores levou à criação do Juizado de Menores em 1923, e em 1927, do Código de Menores.

Classificando as crianças até 07 anos como expostos e os menores de 18 anos como abandonados, o código de menores descrevia, de acordo com Espíndula (2004), os meninos em situação de rua como vadios, os que pediam esmolas ou vendiam coisas nas ruas como mendigos e aqueles que frequentavam prostíbulos como libertinos. Em 1940, com a promulgação do Código Penal Brasileiro, é decretada a inimputabilidade criminal do menor de 18 anos.

Melo e Couto (1998, p. 31) apontam a criação do SAM (Serviço de Assistência ao Menor), em 1941, pelo governo Vargas, com a intenção de juntar o aparato público com instituições particulares, a partir de normas de funcionamento pautadas em estudos científicos que transformavam a miséria em questão moral. Seguindo esta lógica, as instituições passaram a receber cada vez mais internos, e a não dar conta da demanda, quando começaram as ocorrências de fugas, revoltas, castigos corporais, enfim, problemas que se estenderam à instituição sucessora – FUNABEM – Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor – criada em 1964, concomitante ao golpe militar, um ano após a extinção do SAM. (Op.cit, p. 32). Em 1979, a ocorrência de um novo código de menores não deixa de associar pobreza com possibilidade de cometer crime.

Para Espíndula (2004), a passagem do código de 1927 para o de 1979, deu-se mediante a criação da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor) e FEBEM (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor), criadas para terem autonomia financeira e administrativa, incorporando todas as estruturas do Serviço de Assistência ao Menor dos estados – atendendo não só infratores, mas também carentes e abandonados. Assim, criadas durante a reforma ocorrida no período do golpe militar de 1964, fazendo com que a política nacional de atendimento ao menor passasse a ser do âmbito da Segurança Nacional, Funabem e Febem se tornaram reflexos da sistemática de internação que o Brasil passou a adotar no seu modo de lidar com crianças e adolescentes carentes, abandonados e infratores.

A Constituição Federal promulgada em 1988, que trouxe a pauta dos direitos humanos, mais exatamente em seu artigo 227, foi o ponto de surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - em julho de 1990, legislação à qual estão submetidas as execuções das medidas sócio-educativas, dentre elas a de internação, objetivando passar a Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, eliminando a rotulação de menor, infrator, carente, abandonado e

classificando todas essas crianças e adolescentes como em situação de risco pessoal e social.

Assim, o ECA passou a garantir direitos pela criação de oportunidades que possibilitassem o desenvolvimento físico, moral, mental, psíquico, espiritual, afetivo e social, em condições de dignidade e liberdade, através das medidas protetivas e das medidas sócio-educativas – aplicadas somente para os maiores de doze anos, onde encontramos a primeira prova do quanto as leis que estão no papel e as práticas sociais da realidade brasileira se encontram desarticuladas, abrindo margens para o que encontraremos a seguir.

A FEBEM, hoje Fundação CASA – Centro de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente - chamada a funcionar sob os parâmetros do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (2006)⁷, passa por um processo de descentralização administrativa e técnica, por meio da criação de dez Divisões Regionais pelo Estado de São Paulo e da construção de unidades menores, em gestões compartilhadas com organizações não-governamentais, visando implementar a articulação do trabalho com a rede social - preconizado pelo artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, referente à incompletude institucional - e buscando maior integração das medidas privativas e restritivas de liberdade com as de meio aberto.

No entanto, a medida sócio-educativa de internação continua sendo a mais aplicada embora devesse ser a última medida a ser imposta, representando a instituição-prisão de jovens entre 12 e 18 anos, podendo ir até os 21 anos, não ultrapassando três anos de privação de liberdade. Assim, conforme destaca João, embora a medida sócio-educativa de internação não comporte prazo determinado e não possa ultrapassar três anos de privação de liberdade, diferindo significativamente da legislação penal, os códigos do sistema prisional – do crime dito organizado – estão fortemente presentes dentre os adolescentes com envolvimento infracional e, conseqüentemente, dentro da Fundação, de um modo ou de outro:

⁷ “Conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medida sócioeducativa”, pautado no princípio da democracia participativa e na articulação entre os atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). (BRASIL, 2006, p.22)

Aqui (na Febem) tem benefícios e coisas que não são benefícios né. Aqui eu só posso pegar três anos. Meu artigo, do jeito que tá minha pasta, é artigo pá uns vinte e cinco... só que no máximo pego três...

É um aprendizado muito duro que eu escolhi pra mim. Podia ter aprendido de uma forma assim, mais... Já fiz tanta promessa pra Deus e quebrei que essa ele deixou passar batido... Essa me colocou aqui dentro, me fez ver uma realidade que eu não conhecia... Eu sou primário, nunca entrei, coloquei o pé dentro de um portão de aço... Hoje é um ano e três trancado. Um aprendizado. Muitas coisas boas, muitas ruins... Mais ainda as ruins né, porque aqui você encontra homicida, ladrão de loja, ladrão de tudo, até ladrão de bolsa você encontra aqui nesse lugar. Então você aprende muita coisa. (JOÃO)

A organização dos grupos de internos, o modo como participam da execução da medida e como encaram a privação de liberdade apresentam diversas variações entre unidades e entre momentos distintos dentro da mesma unidade, dependendo da articulação e da aplicação das 'leis informais' – do crime, como revela Pedro:

Tem unidade que eu vou falá pra senhora, é camisa pá dentro, num pode ficá muito de perna aberta, coisa assim. Aqui é unidade que tem mais estrutura, tipo, vamo dizer assim, tem uns menor mais estruturado, que não se preocupa tanto com esse tipo de atitude, a não ser que também for desrespeitá a visita do próximo. Mas tem que respeitá a opinião, tem que respeitá, cê é obrigado a ouvir às vezes coisas que você não quer. Tem que respeitá o espaço. Palavra do ladrão aqui dentro é dignidade. Cê tem que respeitá o que ele fala. Se for certo é aquilo mesmo. Se você tiver errado, cê tem que se redimir. Eu falo no meu ponto de vista. Cê tem que respeitá até o funcionário, porque independente, ele é home, certo. Ele é home, toma as atitude dele, mais ele não deixa de ser home. Eu sô home tamém. Respeitá a senhora da gaiola, que ela tem a família dela. Respeitá a pedagógica, técnica, qualquer um, independente se tivé bravo ou nervoso, ou se tivé calmo, tem que medir as palavra. Cê tem que falá pro cara, até porque essa unidade aqui, tem gente que chega, um ou outro, e pensa que aqui não tem maldade, tipo: "ah, aqui não tem maldade, eles não vão fazê eu passá por errado". A questão não é passar por errado, a questão é você se pôr no seu lugar e se conscientizar que aquilo ali não deve ser feito, mano. É mais uma idéia. A maldade, vou falá pra senhora, fica na mente. Só que aqui é mais rígido que uma penitenciária. Aqui não tem o shampoo, não tem o sabonete... Essa unidade aqui, ela é um por hora, negativo. Ela anda de ré. Tô falando pra senhora porque eu convivo aqui dentro eu sei o que eu tô falando. Se você ganha uma coisa aqui você perde duas. Mas é o seguinte: aqui dentro, em parte é mais rígido, em parte não é. Porque lá dentro da cadeia, da penitenciária, pelo que eu... Eu nunca fiquei lá, mais, pelo que eu conheço, que minha família viveu todo dia, cê tem que ter um proceder assim, mais adequado, né senhora. Aqui tem pessoa que é criança, não sabe o que fala, acha que aqui é um parque de diversão, acha que é bonito falá que tirô febem, contenção: "pô tava lá, no parque de monstro". Que monstro? (PEDRO)

Diante das colocações de Pedro fica claro que para ele a lei do crime não deve ser respeitada só pela possibilidade de punição se não for cumprida. Ela deve ser introjetada – respeitada pelo seu fundamento, já que “a questão é você se pôr no seu lugar e se conscientizar que aquilo ali não deve ser feito, mano”. Sua experiência sobre a cadeia – transmitida pela família – lhe traz a bagagem das leis do crime – de seu ‘proceder’, o qual Pedro avalia como autêntico e não o que fazem as ‘crianças’, como se estivessem num ‘parque de diversões’. Sua história e postura o autorizam a assumir uma função de liderança dentro do grupo, o que chamam de ‘piloto’, já que ele não aprendeu as regras dentro da Febem. Já é dele, como verbaliza:

Eu moro com um moleque que acha que é bonito falar que é do crime. Às vezes é o seguinte, eu falo: “é o seguinte, eu sô o crime. É o seguinte: é esse, esse e essa”. Eu falo que eu sô o negócio, porque o seguinte: porque eu sô. Mas tem moleque que aprende a falar aqui. Aprende, ouve aqui, ele acha bonito. Eu não acho legal, senhora. Eu não saio falando nada não. Quem fala de mim é os funcionário. Eles falam: “aquele ali, tal; aquele ali, tal”. Falam até que eu sô piloto. Num sei se já chegô no ouvido da senhora. Falam que eu sô piloto. Não é que eu sô piloto, senhora. Vou falar uma coisa pra senhora: “eu sou o crime” - é assim que eu falo. Eu sô bandido e é o seguinte: eu acho que o que é certo é certo. “Vem cá, rei. Por quê que cê falô um monte po home ali?”. Eu requisito, eles acham chato e os moleque num gosta de mim. Não gosta de mim, assim, acham: “é, tá conspirando contra eu porque eu tô falando um monte pá funcionário”. Eles falam: “não, tal fulano é pilantra”. “Porque tal moleque é pilantra?”. “Porque ele fez isso e isso em outras caminhada”. “É, mais eu falo po cê, que se você precisá dele ele vai tá aí com você”. Então é o seguinte, a gente tem que trabalhar com a oportunidade, independente da situação, entendeu senhora. Não é porque o moleque errou aqui que ele vai errá lá na frente, isso aí é falta de oportunidade. “Por quê que cê acha que tá certo batê no moleque?”. Aqui, na ala não tem cobrança – menor batendo em moleque não. Aqui ninguém toma sobremesa e mistura de ninguém não. (PEDRO)

Pedro fala da lei do crime trazendo o conceito de respeito à tona e a predominância de um senso de justiça peculiar dentre eles. Assim, ao falar que o crime requer um ‘proceder’ mais adequado, como quem diz que essa lei é para adulto – homem - impõe a necessidade da dignidade do respeito ao outro para ser do crime de fato, afinal, prova maior de que se é do crime mesmo é saber ‘tirar a cadeia de boa’, ou seja, se relacionar bem com os funcionários, saber negociar com os funcionários, deter a malandragem que o capacita a ser do crime sem precisar falar que é. Embora seja, juridicamente, primário, a autenticidade de seu vínculo com o crime, representada por sua história familiar, lhe garante a posição para requisitar

respeito entre o grupo e destes para com os funcionários e vice-versa, o que sempre tem um preço, já que por isso, gozava de privilégios como assistir à televisão, sozinho. Evidente que para o corpo funcional, que permanece doze horas em contato direto com o grupo, essa postura torna-se significativamente estratégica para a manutenção da segurança, pois se comparado a outras configurações das leis do grupo, esse modo de articulação torna muito mais fácil o trabalho. No entanto, evidente que essa dinâmica institucional atua como reforço de suas leis e da representação acerca do crime e seus modos de obtenção de reconhecimento.

O funcionamento da unidade no decorrer de 2003 - primeiro ano de trabalho com adolescentes privados de liberdade que cometeram atos infracionais dos mais graves - período em que as leis do grupo, do crime, existiam, mas nem elas eram respeitadas e que nos colocava diariamente diante das situações mais tensas e ameaçadoras, tanto física quanto psicológica até vias de fato atravessadas de violência brutal, é definida por Pedro com elementos de compaixão diante da humilhação:

Essa é a lei da injustiça senhora. É a lei da injustiça. Isso aí é o seguinte: é um querendo ser mais que o outro. Eu não sô mais que o outro. Posso ter mais dinheiro. Posso ter um conhecimento a mais. Um conceito a mais. Até que ele rouba um milhão. Aí sim, mai pá ser melhor do que o outro não. Pá ser mai inteligente, eu vou fala pá senhora... Eu vejo moleque aí que é ignorante. Mais é o seguinte, eu vejo moleque sofrido. Mas é o seguinte, isso é coisa de, vamo dizê assim, moleque primário. Sai lá fora e fala assim pás menina: "é, lá dentro tomava todas, só tinha zé ruela lá". (PEDRO)

Para João, seu entendimento acerca do funcionamento da unidade nesse ano, com a cobrança e a crueldade rompendo as próprias regras do crime, evidencia a não aceitação dos 'seguros' dentro do grupo, em defesa do cumprimento das regras do crime organizado:

Aqui, nessa Unidade, era assim: era seguro da Vila Maria, seguro do Tatuapé, que vinha pra cá e virava piloto. Só que como uma cadeia vai girar bem na mão de um piloto que era seguro? Onde menino toma o bandeco, comida do outro; o cara mexendo com a visita do outro; cara jogando bola, sai o nego lá, só esperando? Isso pra mim não é uma cadeia pra ser tirada. Hoje, eu falei, eu não sou a favor da cadeia na mão do funcionário memo não, mas aqui eu agradeço por tá assim, pra eu chegar e tá daquele jeito, porque uma cadeia que é de seguro, pra mim é de CDL e eu não vou atracar pra dentro. Se eu atracar vão me matar... Mesmo sendo do 15, tenho medo de morrer também. E essa era a verdade daqui... (JOÃO)

Antonio descreve o reconhecimento vivenciado durante a primeira internação, em decorrência do homicídio de um 'estuprador', considerado unanimemente no crime o principal ato para se tornar 'seguro':

Ai eu cheguei na Febem, cheguei na Febem e tal, os moleque já tinha assim, uma simpatia pra mim e tal, porque eu tinha matado um estropador. Tinha moleque lá que já tinha tirado com esse estropador quando ele foi preso no estropo e tal. Aí os moleque falava assim: "então, cê matô ele e tal..." Aí eu falava: "é, matei". Os moleque já deu uma assistência pra mim também, já falaram: "ó, se precisá de qualquer coisa cê me avisa e tal...". Fiquei reconhecido. Os moleque tinha um respeito por mim e tal, graças a Deus. Nessa parte eu nunca tive treta à toa não, entendeu senhora. (ANTONIO)

Traz ainda, um recorte dos aspectos moralistas e machistas que também atravessam o grupo. Chamar os meninos de 'moçada', falar que estão de 'galinhagem' – termo frequentemente utilizado para se referir às brincadeiras de mão entre eles, é considerado, em sua primeira experiência na instituição, um insulto à honra masculina, já que é 'tirar como penosa'. O respeito à visita alheia vai desde a postura até as roupas com que aparecem. A camiseta cavada ou a perna aberta diante das visitas pode ser entendida como provocação sexual à visita alheia, o que chamam de 'instiguiha', assim como a masturbação e o 'castelar' – fantasiar, sonhar - no dia da visita podem significar que as fantasias sexuais estão vinculadas a alguma visita feminina de outro adolescente – namorada, irmã, mãe. Fotos de namoradas são facilmente motivos de brigas entre eles. De sua primeira passagem, Antonio destaca o quanto as leis do crime podem humilhar e zombar diante da traição feminina, através de constantes desafios à honra masculina. A traição e a reação diante dela aparecem constantemente em suas falas, em situações pessoais que sofreu, como relata a seguir, mas também em sua história familiar, quando da traição da mãe para com seu pai e da irmã para com o cunhado:

A lei é tipo, você fazê sua caminhada, não mexê com ninguém, não falá mal de ninguém... Tipo assim eu conheço a senhora e a senhora faz alguma coisa que eu não gostei e eu vou falá pra outro moleque, aí o moleque já fala que ce tá isqueirando e tal, aí ele já vai querê pegá ocê e tal. E como cê é home, cê vai quere honrá sua dignidade e tal, cê não vai deixá. É perigoso até se matá e tal. Eu fui aprendê lá dentro. Meu irmão passou. No dia que eu fui me apresentá no distrito ele falô: "Ó, se você for prá Febem, é assim, assim, assim. Cê tem três dia pra pegá as regra dos menor e tal. Se cê não pegá os moleque vão pra cima." E é assim mesmo. Pelo menos na época que eu tirei, em 2004. Se eu não pegasse as regra em três dia, os moleque mandava eu pro seguro e tal. Aí eles falou: "é assim, assim, assim, assado", o moleque falou pra mim. Agora, quando eu

desci pra outra Unidade eu comecei a tê atrito, já apanhei, já bati, várias vezes... Por causa de bobagem. Vamo supor, eu tô brincando com a senhora e tal, os moleque lá tinha umas brincadeira lá, como que eu posso falá pra senhora, vamo supor, moleque bate na bunda do outro lá, outro já leva a mal, já quer sair brigando e tal. É uma coisa que se fizé isso comigo eu já saio pegando no maior barato e tal, né senhora. Que é uma coisa que não vira, né senhora, batê na bunda de home. Aí essas coisinha né senhora, um olha pra cara do outro e dá um tapinha na cara do outro aí vem um e já dá um forte e tal...

E - É o que vocês chamam de galinhagem? Ou mula?

É mais mula, porque se falá que é galinhagem os moleque já fala que tá tirando como penosa e tal... Aí firmeza e tal né senhora. Aí, o seguinte, os moleque, qualquer coisinha e tal... Cê tá tirando uma mula verbal, conversando com o moleque e tal, aí eu tenho uma namorada... Os moleque mula mais com isso, com namorada: "é, cê tá namorando, sua namorada tá...", como que eu posso falá pra senhora... ah, não sei como falá, senhora... Tipo: "sua namorada tá pulando lá fora, tá dando pá outro, que não sei que lá e tal", falando essas coisa e tal, "tá...", ah, fazendo os negócio lá e tal, tá ligado senhora, aí eu memo já fiquei bravo, várias vezes, já saí pegano vários moleque por causa disso e tal. Aí eu fui veno que não era assim, que o crime não era pra mim senhora. Aí eu fui descobrí dentro da Febem. Pra mim foi uma coisa que eu perdi um tempo da minha vida. Eu devia tê aprendido antes de acontecê. Mas já que aconteceu, foi bom pra mim aprendê, pra não tá tirando mais cadeia, penitenciária, entendeu senhora. Só atrasou minha vida, perdi a menina que eu gostava. Os moleque pesava na minha por causa dela, porque ela mandou uma carta pra mim, falando que, tipo, ah, como diz os moleque, que já tinha dado pá outro, tá ligado, que tinha feito amor com outro e que não gostava mais de mim. Nossa, aí pronto, os moleque pegou a carta e tal. Moleque pega a carta, abre sem sua autorização e tal... Tipo, os moleque fazia isso po cê fica nervoso e tal. Aí se você perde a linha e passa de uma certa altura e tal, que os moleque já não guenta tamém, os moleque já junta num bolão e... (ANTONIO)

Quando em liberdade, após essa primeira passagem pela Fundação, Antonio fica apenas um mês na rua e retorna por um roubo qualificado. Nesta segunda experiência, relata um modo diferente de relacionamento entre os adolescentes, mas ainda com os elementos da defesa da honra masculina:

Aqui nessa unidade é respeito. Os moleque pede respeito não só da nossa parte, como da parte dos funcionário tamém. Os moleque pede pá respeitá. Vamo supor que eu tô brincando com a senhora e a senhora fala: "não, não tô de brincadeira hoje não, é uma brincadeira que eu não tô gostando", então tá, eu não vou continuá. Que nem, na outra Febem que eu tava era assim: os moleque continuava, não tava nem vendo. Aí firmeza. Agora aqui não. Aqui é sossegado e tal. Se eu não tivé gostando de alguma coisa, chegá e fala: "ó, não gostei", então tá, "vamo conversá, vamo vê o que ta acontecendo e tal". Aí os moleque resolve da melhor maneira e tal, não tem briga. Difícil. Desde quando eu tô aqui eu nunca vi briga de menor aqui. Não, vi uma só, que foi ocorrida na ala e tal, mas que era outra coisa.

Lá os moleque por qualquer coisinha já esticava ocê e mandava falá que você era pilantra. Mandava ocê pro seguro. Mas sempre tem uma regra. No crime sempre tem uma regra. Vamo supor, a senhora namora com um criminoso e tal, ou com um trabalhador memo, mais que tenha uma coleta com os cara, aí vô e peço pra ficá co a senhora e tal, e fico co a senhora e

tal, aí já é uma regra que eu quebrei, né. No crime não tem talarico e tal. Talarico é quem catá a muié dos otro, cobiça a muié dos otro e tal. Ai firmeza. Cagueta tamém. Cê pode falá uma palavra que não queira caguetá os mano mas acaba caguetano, acaba se prejudicando. Cê xingá, passá dos limite tal, e mesmo se eu for matá um cara ali, eu tenho que chegá nos irmão do comando e tal... É o PCC. Em várias Febem tem. Na unidade em que eu me encontro, nesse momento não. Não tem nem contato, não tem nem como entrá em contato tamém né senhora. Mas tem que respeitá a lei do Comando né senhora, porque se não respeitá a lei do Comando, Comando que eu falo, como que eu posso falar pra senhora, é tipo, se desrespeitá as regra deles, cê vai tá fazendo uma coisa que pros cara é a mais, tal. Os cara vai querê sabê o porquê cê tá fazendo aquilo. Se não tivé idéia é caixão e vela preta senhora. Das regra, batê na cara dos otro tamém, que é uma coisa que nenhum home aceita né senhora. Eu memo não aceito. Pode ser o que for, pode batê, mas a partir do momento que encostar na minha cara é diferente. Aí eu não aceito memo não, porque é uma coisa que vai tirá minha dignidade, batê na minha cara. (ANTONIO)

No entanto, nas três entrevistas ficam evidentes que as leis predominantes no grupo dentro da instituição, estão presentes em suas histórias antes da privação de liberdade, ou seja, as principais regras que regem quem está envolvido com o crime se fazem valer na rua. A instituição e o grupo de adolescentes condicionam diferentes configurações para suas aplicações, mas os fundamentos e requisitos principais que determinam condutas para que seja possível a permanência no grupo estão presentes dentro e fora das muralhas.

Isso se mostra na fala de Antonio quando conta um de seus envolvimento amorosos, assumindo que tratava-se de uma mulher do bairro para a qual seu amigo e parceiro já havia demonstrado muito mais que interesse, pois já havia lhe contado que gostava dela. Quando soube de seu envolvimento com a tal mulher, a reação do amigo de Antonio salienta o julgamento que o grupo pode impor para quem quebra alguma regra, mesmo na rua:

Ah, não tinha como me segurá, senhora. Que quê eu ia fazê? Aí o Junior ficou sabendo, meu parceiro. Ele ficô muito loco, ele gostava dela, ele falô: "Ô loco mano, cê tá catando a Lia...". Aí eu falei: "não, é só pá curti, cê tá ligado". Aí ele falou: "é, mai eu gosto dela e tal, agora que eu ía tê uma oportunidade de ficá com ela...". Aí eu falei: "mano, é o seguinte, eu não tive culpa". Ele queria até levá pá debate isso daí, só que ele era meu parceiro e eu cascava o bico. Aí firmeza e tal, ele queria leva pá debate com os cara, e eu falei: "demorô". Aí é o seguinte, eu falei pra ele: "ô mano, ela tava loca pá ficá comigo, não sei o quê ela viu em mim. Acho que ela viu em mim o que ela não vi no cê". Nossa, ele fico muito loco: "é, eu vô levá pá debate isso aí". É, tipo levá pra um tribunal pá debatê com os irmão do Comando.

E – E nesse tribunal faz parte o pessoal daquele bairro?

A – É, daquela região ali...

E – Isso é a banca?
A – É, que vai tá presente ali pá vê, mai eu não ia tê culpa...
E – E se eles ficassem contra, o que ia acontecer com você?
A – Aí eu ía tê que me defendê né senhora (rindo)
E – E dependendo da sua defesa ia acontecer o quê?
A – Ah, ia tê morte né senhora.
E – Chega às vias de matar?
A – Nossa senhora! Orra... Muitas pessoas já morreu por causa disso.
(ANTONIO)

Ao criar novas categorias jurídicas, já que lesão ao bem jurídico não é crime é ato infracional, reação a este ato não é pena, é medida sócio-educativa e privação de liberdade não é prisão, é internação, temos a primeira evidência de cisão entre o que a lei preconiza e sua prática, já que as unidades da Fundação, embora sejam executoras de medidas sócio-educativas, são lugares que os adolescentes estão sempre tentando fazer funcionar como no sistema prisional quando se deparam com regras e normas que não conseguem, ou não querem seguir - visto a vida completamente desregrada de sua maioria.

Nessas condições, Goffman (1961) descreve a instituição total – que por seu caráter de 'fechamento' é simbolizada pela barreira à relação social com o mundo externo, com proibições já delineadas pela estrutura física, onde existe uma divisão básica entre um grupo de 'controlados' (internos) e o grupo de dirigentes, a quem este grupo 'homogeneizado' deve obediência, sob o signo da vigilância, estrutura essa chamada 'binária' pelo autor.

Na instituição total Goffman (Op.cit.) coloca que é comum que os internos cheguem com uma “cultura aparente” – derivada de um “mundo da família” – uma forma de vida aceita até então sem discussão até serem internados e que essas instituições não substituem o que já é formado por sua cultura específica. Porém, o trabalho na Fundação mostra que, não sendo substituída, essa cultura pode ser reforçada pelo estímulo ao ‘proceder’ – modo de conduzir a medida sócio-educativa pautada na postura definida, entre os próprios adolescentes, como a do ‘bandido’ de verdade, já que, dentre os internos, quem é 'do crime' sabe como manter sua cultura sem questionar as regras impostas pela instituição com o único objetivo de alcançar a liberdade o quanto antes e assim serem ‘respeitados’.

No entanto, a lei também é imprescindível para que a falta traduzida pelas diferenças de realidades subjetivas seja suportável e se transforme em convivência social através de trocas simbólicas. A contenção, a interdição, a Lei, em algum

momento é preciso se fazer presente de forma concreta, pois para que haja o reconhecimento de uma imagem egóica é preciso uma relação com um outro que lhe dê significado, que deve ser atravessada pela dimensão simbólica - a lei - sem a qual o indivíduo se mantém sem noção de diferença, com a fantasia que o outro é seu objeto fálico - de gozo total, podendo aniquilá-lo, o que pode se tornar mola mestra de futuras relações.

Para Lira (2002, p. 20-30) o indivíduo enclausurado se depara com a perda do seu próprio nome, com uma insegurança física diária e com a perda total de sua intimidade, seja nos ritos de higienização corporal ou na relação afetiva com o outro, o que provoca a violação de sua própria identidade e de toda linhagem simbólica que o significou até então. No entanto, os anos de trabalho na instituição revelam que a padronização da rotina e das regras de convivência institucional nem sempre resultam na violação de “toda a linhagem que o significou”, pois os “ajustamentos secundários” expostos por Goffman (1961) como movimentos ego - narcísicos para se livrar da humilhação, acionam os mecanismos de defesa e de preservação dos ideais enquanto sustentação subjetiva.

E se para manter essa linhagem simbólica que sustenta a subjetividade é preciso criar uma série de codificações e uma ética informal de convivência, que possibilite um mínimo de exercício de autonomia, então, ao colocarem a Lei maior da sociedade entre parênteses, fazem valer uma outra norma que assegure um nível de atuação, por vezes radicais, que se tornam razões da raiva ou do medo sentido pelo corpo funcional e pela sociedade.

E por serem práticas que podem levar à satisfação do que é proibido ou conseguir, por meios proibidos satisfações permitidas, burlando regras através da convivência de funcionários, o autor destaca que os internos “tendem a desenvolver um sentido de injustiça comum e um sentido de amargura contra o mundo externo”, além de refletir “um processo de confraternização e rejeição da equipe dirigente, cuja solidariedade não torna possível a discriminação de uma fonte individual a ser castigada, como gestos de desafio anônimos ou coletivos – bater grades, batidas em bandejas, rejeição coletiva do alimento, que, segundo o autor, podem apresentar-se sob a forma de rebeliões” (GOFFMAN, Op. cit, p. 56-57).

Assim, consideramos que nem sempre a linhagem simbólica que os sustenta é violada, visto que os ‘ajustamentos internos’ têm muito das regras já presentes nas vivências infracionais – na rua. Estimamos ainda, alguns elementos peculiares

presentes no ato infracional cometido e no modo de lidarem com a privação de liberdade, como a intensidade da violência física, com itens de crueldade, as armas que chegam a adquirir e a utilizar, a articulação e organização que os mantém unidos, a adesão às leis que sustentam o grupo, ainda que contra algum princípio pessoal e o reconhecimento que hoje envolve o pertencimento a um grupo com essas características.

Com pertinência, Spagnol (2005, p. 06) analisa a relação dos internos com a situação de 'encarceramento' e suas leis informais, como um modo de resistência diante de práticas historicamente constituídas. No entanto, o que mais nos interessa se refere à sua formação enquanto meio estratégico de se tornarem empreendedores, mostrando uma luta que não visa rejeitar ou criticar a cultura, mas se adaptar às oportunidades e aos recursos para pertencerem a essa cultura.

3.2 A LEI DO CRIME

*Experimental o experimental...
A fala da favela
O nóculo decisivo
Nunca deixou de ser o ânimo de plasmar
Uma linguagem convite
Para uma viagem
E agora, o que é que eu sou?⁸*

Para além dos ajustamentos secundários descritos por Goffman (1961) acerca da configuração do mundo dos internos, algumas considerações sobre o crime organizado esclarecem relações do atual perfil dos adolescentes que cumprem medida sócio-educativa de internação com o PCC – muito presente em seus discursos.

Jozino⁹ (2005) traz a história do PCC – Primeiro Comando da Capital ou Partido do Crime e de seus fundadores, apontando o massacre dos 111 presos do

⁸ Wally Salomão - Trecho do texto – faixa 11 - Intro 5. CD - O silêncio que precede o esporro - O RAPPÁ. Warner Music Brasil Ltda. WEA. 2003.

⁹ Ex-repórter da edição de polícia do Diário de São Paulo e Diário Popular, cujas reportagens resultaram na publicação do livro sobre a fundação e história do PCC – Primeiro Comando da Capital, o chamado Partido do Crime, a partir de entrevistas, principalmente com as mulheres dos presos envolvidos com o PCC.

pavilhão 09 da Casa de Detenção, executados por Policiais Militares da Tropa de Choque em 02/10/1992, os maus tratos ocorridos na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté – conhecido como ‘Piranhão’ e a lei do crime hediondo¹⁰, como os mais fortes motivos para que os presos começassem a se organizar¹¹. Com o decorrer das situações o degolamento se tornou a marca do PCC, nascida oficialmente em 31/08/1993, também conhecido pelos números 15. 3. 3.¹² Adotaram ainda, o slogan do Comando Vermelho que hoje finalizam muitas das cartas dos adolescentes da Fundação: “Paz, Justiça e Liberdade”.

Para ingressar na facção, os presos tinham que se ‘batizar’ e prestar um juramento de lealdade. Também era necessário já possuir um padrinho na facção. Cada um dos presos participantes do primeiro escalão do PCC, ao ser transferido para outras unidades prisionais, foi divulgando as idéias do Partido e conquistando adeptos que, sendo ‘batizados’ como novos ‘soldados’, são chamados pelo PCC de ‘irmãos’. Assim, a sigla PCC e os números 15.3.3. se espalharam rapidamente nas Penitenciárias, nas cadeias públicas e nas carceragens dos distritos policiais, mas o grupo permaneceu clandestino durante três anos e nove meses, quando em maio de 1997, sua existência foi levada a público, inclusive no comando de rebeliões, quando divulgado seu Estatuto¹³ (APÊNDICE A).

Contando com a articulação de mulheres e parentes dos presos a partir de contribuições financeiras dos presos do Partido, a organização foi ganhando amplitude, principalmente com as centrais telefônicas clandestinas que colocavam os presos de diversos lugares do país e seus parceiros na rua em contato, possibilitando que acompanhassem a contabilidade da facção, contatassem advogados, familiares, mantendo-se informados sobre a situação de cada Penitenciária e possibilitando a armação de grandes assaltos que financiariam futuras ações da facção.

¹⁰ Até 2006, os presos por delitos considerados hediondos não podiam ter benefícios como o semi-aberto.

¹¹ Como os presos envolvidos na fundação do PCC, integrantes da chamada liderança de primeiro escalão, o autor cita ‘Sombra’, ‘Cesinha’, ‘Marcola’ (Marcos Willians Herbas Camacho) e ‘Mizael’, alguns com passagens anteriores pela Febem. Relata que esses presos passaram a utilizar os esporádicos encontros no pátio, para a criação de uma espécie de ‘sindicato’ dos detentos. Paralelamente, suas mulheres se aproximavam ao viajarem juntas e se hospedarem em mesmas pensões. (Op.cit. p. 26)

¹² Significam as posições das letras PCC no alfabeto congo, já utilizado pelo Comando Vermelho nos anos 80.

¹³ Segundo JOZINO (Op.cit. P. 35-38) o Estatuto fora levado a público no dia 25 de maio de 1997, pelo Jornal Diário Popular e no dia seguinte, pelo Jornal Folha de São Paulo.

No entanto, já em 1979, o Comando Vermelho através de suas siglas – CV – já representavam um fator de motivação e orgulho para os jovens dos morros do Rio de Janeiro, cuja organização vinha recebendo a adesão em massa de adolescentes. Segundo Barcellos (2004, p. 177-178) nenhum deles tinha algum vínculo formal com o CV, que desde a sua criação em 1979 nunca teve organização burocrática mesmo clandestina. Enquanto terceira geração do CV, “foram seus pais, tios, irmãos e amigos mais velhos que levaram o CV a conquistar, ao longo dos anos 80, o domínio do tráfico de drogas no Rio de Janeiro”.

Na história do Morro Dona Marta, Barcellos (Op.cit, p. 232-233) aponta que desde a formação da comunidade na década de 1930, o morro esteve sob o domínio de malandros de um único núcleo familiar, predominando, no passado, banqueiros do jogo do bicho. E assim o comando foi passando de pai para filho até a chegada dos chefões do tráfico, no início dos anos 80, quando o estímulo ao desenvolvimento comunitário, coletivo - marca das gestões anteriores - passou a ter caráter de ajuda individualista, paternalista e quando começaram as cobranças, já que:

(...) o código de conduta imposto aos moradores da favela transformavam cada barraco num potencial esconderijo do guerreiro em fuga. Todos obedeciam a regra não só por imposição das armas, mas devido à autoridade informal conquistada mediante o pagamento de pequenas benfeitorias públicas e de serviços (...) (BARCELLOS, Op.cit. P. 289)

A presença e a influência do PCC dentro de uma unidade da Fundação são descritas por João, que se coloca em defesa do partido como integrante do grupo, ainda que seja como o que chama de ‘primo leal’, pela honra aos valores morais associados à determinada conduta, ainda que para isso seja preciso matar para fazer valer uma dignidade e um conceito de respeito que diz não estar presente em outras facções:

Principalmente hoje, a gente define assim cadeia: cadeia do 15, cadeia de CDL. O quinze é o PCC, CDL é comando democrático e liberdade. Se eu tiver na cadeia do quinze, eu passo bem. Agora se eu for pra uma cadeia de CDL eu vou sofrer. Porque é facções rivais. Assim, o PCC, é a que eu segui, ela corre pelo certo. Não admite extorsão, estupro, ou seja lá, qual seja, a invasão, assim, de privacidade de uma pessoa. Ela corre pelo justo. Um sinal de que você tá errado, você vai aprender; se você matou, você tá certo, meus parabéns. Família, ninguém mexe, pelo menos na facção do 15. Agora, cadeia CDL já é assim, não tem nada na mente. Os cara aceita estrupador na cadeia. O cara vai estropá a filha, fica preso, fica firmão. Eu acho assim, o cara estropô uma filha, se eu pegá ele é lamentável...

Assim, a gente fala que nosso sonho de igualdade é paz, justiça e liberdade. Acho que a senhora já leu em várias cartas aí... Então PJJ é a sigla do Comando. Tem os que a gente chama de neutro, que corre sozinho, assim, nunca correu com ninguém porque nunca conheceu nenhum, ninguém do Comando. Tem os primo leal, que é a gente que segue o comando, e tem os coisa, que corre com o CDL. Seja numa Febem, na mão dos funcionário ou na mão dos menino, se entra um coisa morre. Tem rebelião, vai morrê, nem que pra isso a gente precise levantar a casa e desativá a Unidade, pra matar... Mata. Seguro é assim: quem vai pro seguro de imediato, numa cadeia do 15, porque a Febem também é do 15... Aqui é uma Febem do 15... Porque todo mundo corre pelo certo... Ninguém admite certas coisas. E a maioria, 90% de quem tá aqui é primo leal, corre com o Comando. Então, num seguro, numa cadeia que tem seguro, é Jackie, que é estuprador, 213, chega não tem nem idéia., se atracar vai morrer, CDL, cagueta... Tem várias coisas. Às vezes tem piloto da cadeia, que é aquele que comanda a cadeia inteira, tem o piloto de cada pavilhão, ou seja, de cada ala. Aqui não tem porque tá na mão dos funcionários, se tivesse na nossa mão, ia ter de cada ala. Ele dá uma idéia, sempre pra melhora da cadeia. Se o cara acatar... se não ele vai ser chamado pra idéia... Ele tem a oportunidade de batê o pé e falá que não quer, na hora, e se todo mundo concordar na hora, e ele também, ele não pode fazer mais nada, mas se ele concordou e não fez, uma vez vai passar batido, duas vez... terceira vez vai tomar um gancho. Vai ficar uns quinze dias sem participar de atividade nenhuma, sem jogar bola, sem anda pelo pátio. É como se ficasse de triagem. Se não deu jeito, vai ficar trinta. Se não deu jeito vai pro seguro.

Hoje, a gente tá pra cima de noventa mil irmãos do PCC. Irmão é só os batizado, a gente é primo, a gente nem conta. A gente conta só os patrão. Base de uns noventa mil, noventa e cinco mil, quer dizer, a gente tem eles no Brasil inteiro, e assim, a molecada vê que eles ajudam, sabe que é errado, mas é o único setor que ajuda aquele menino. Dá material pra ele ir pra escola, dá uma cesta básica pra ele poder comer, então ele começa a pensar, pô, passa na televisão o cara aí, maior casona, e eu aqui nesse barraco de tábua aqui. Pelo menos o cara ali tá me ajudando... (JOÃO)

Diferente de João e Antonio, que se colocam em seus discursos sobre o partido como simpatizantes, por encontrar nesse movimento um modo de reconhecimento, seja pela representação de luta em prol da igualdade e da justiça para os excluídos - atuação diante do pacto social rompido, por representar o caminho para o pertencimento a um grupo ou pela fantasia associada aos componentes de coragem, proteção, sedução ou honra masculina, Pedro situa o PCC em sua vida de outra maneira, sem o componente de defesa, admiração ou temor que se pode perceber em João e Antonio.

Ao falar da facção criminosa Pedro retorna para sua história de vida e para o desamparo do pai, a quem atribui a culpa por seu envolvimento. Não o toma como crítica social, como revolta contra injustiça social ou como bandeira de sedução para as meninas:

Eu memo é o seguinte: meu pai é um cara forte no crime, é um peixe grande. Não é por isso que eu vô pagá uma simpatia pra ele. Ele é ele e eu sou eu. Se eu quiser mudar de vida eu sei que eu posso. Eu tô ciente disso e eu quero e não quero senhora. Por isso que eu preciso da ajuda da senhora. É sempre bom a senhora tá conversando comigo, porque é o seguinte: eu quero ter meu filho; o que meu pai não me deu, eu quero dá pro meu filho. (PEDRO)

Sua preocupação é com a prisão que representa se submeter oficialmente às leis do Partido pois parece não deixar de associá-lo ao pai que, no decorrer de sua história, é apresentado como o culpado por seu envolvimento no crime, pelo desamparo que lhe causou quando não deixou o crime por ele. Assim, embora a lei do crime apareça em sua vida como sendo a lei da sua família, o que será observado adiante, Pedro sabe quanto sofrimento e desamparo ela causa, o que o faz desejar ter seu próprio e exclusivo julgamento dos fatos, sua própria lei:

Se chamá eu, eu não entro. Não entro, porque é o seguinte: não sô robô de ninguém. Não questão que os cara faz ninguém de robô, entendeu senhora? Mas os cara é aqui, aqui e aqui. Posso querer saí do crime, não vô podê. Se os cara me liga, vô ter que ir. Aquele cara do comando falô assim pra mim: “é mataram meu filho e tal, tem como cê í lá em São Paulo pra mim, vê isso aí, e tal”. Entendeu senhora? Então, acho que é o seguinte: eu, eu, por ter essa idade eu já tava muito envolvido. Hoje eu já penso que saindo daqui, eu não quero nem ouvir a voz direito do meu primo, porque meu primo que fechava o cerco pra mim senhora. Falava: “não, e isso e isso, você é um cara inteligente”. Só que é o seguinte: pra mim, não convém. O que eu ganhá vai ser meu e de quem ganhá comigo. Do contrário... Só quero o que é meu, senhora. Não quero ficá sendo mandado por ninguém.

Agora o Geléião montou o Terceiro Comando, que é os excluído. É excluído do PCC. Só que os cara é criminoso certo? Então, o que acontece. Eles pega raiva do PCC, vai po Terceiro. O Terceiro aceita. Só que o PCC não aceita quem vem do Terceiro. E por aí vai começá a guerra. Não sei se a senhora já ouviu... Acho que não ouviu até porque nós nunca rezamo aqui dentro, e eu nem quero que ninguém reze... é: “Paz, justiça e liberdade pra todos, 321 – CV, 15.3.3 – PCC”. Senhora já ouviu isso aí já? Febem de São Paulo vive fechando juntinho com os cara. Mas é o seguinte, senhora: agora ele deve tá com uns oitenta mil irmão. Padrinho só batiza depois de um ano e seis mês só. Só depois de um ano e seis mês dentro do Partido que pode batizá. E eu, saindo daqui, vou falá pra senhora que eu vô tê oportunidade de entrá mai num vô querê. Tô querendo, sinceramente, tô pensando em sair dessa vida. Num guento mais a pressão. Aqui dentro é pressão, lá fora é maior. Pressão, assim que eu digo, é muita coisa pá cabeça. Sabe o que é traficá, cê vendê droga e num sabê o quanto cê vendeu, quanto dinheiro cê tem? Cê vai ficando louco. Seu celular toca, dá dois minuto toca de novo. Já cheguei a chutá celular longe, quebrá tudo.

Mas isso aí sobre o PCC a população acha que assim: “ah, eles vão matar qualquer um”, porque é o seguinte: eles são bandido, eles tão contra o governo. Contra o governo até eu sô. Opa, pêra lá, sô memo. Não acho certo o que eles faiz. Aí, não é porque eu sô contra o governo que eu vô matá a senhora, pá família da senhora acioná o governo, não, lógico que não. Vou fazê pá quem merece. Queimá ônibus? É de empresa.

Carcereiro? Oprime os otro, preso, certo. Polícia? Prende, mata, toma dinheiro, esculacha... Quanto esculacho já não tomei, senhora? Já tomei soco pá cara. Já mijei nas calça de tanto apanhá senhora. De tanto apanhá eu já mijei nas calça senhora. Senhora não sabe a dor que é senhora. Mijei de mijá, de mijá memo, assim. Mais num chorei, num caiu uma lágrima de mim não. Superei o negócio, superei tudo senhora. Hoje eu tô aí ó. Os cara fala que eu sô piloto, que isso e aquilo, mais é o seguinte, falo pá senhora: tá de boa, tá. Às vezes sai um comentário, sai. Aí eu procuro sempre conversá cos moleque: “Vamo fazê isso, e isso e isso. Não custa nada. Vamo tentá de tal maneira. É o seguinte, é um negativo, mas é o seguinte, não mora só eu”. Vamo supor, tem trinta ladrão na ala, certo? Aí, os otro fermenta. “Rebelião”. E é o seguinte: Quem não ouviu os cara gritá aí da penitenciária? “Aí, representa”. Eu tenho visita senhora. Meu irmão é envolvido. Minha mãe sabe o que acontece. Aí, 22 desses 30 falam: “vamo fermentá a cadeia”. Oito fala: “tô de boa”. Desses vinte e dois, quatro é linha de frente. Eu sei quem é quem senhora. Tem moleque que me ouve viu senhora. Sobre essa idéia de facção é isso aí que eu acho. Os otro pensa que vai pra cima de qualquer um, mas não é bem assim.

As contradições do PCC, as relações de ajuda e castigo que os entrevistados descrevem, são trazidas também por Jozino (Op.cit) quando destaca que, ainda que tenha sido criado para lutar contra a opressão e pelos direitos dos presos, com determinados ‘valores’, a facção também exigia dinheiro de seus batizados, pois ser um ‘irmão’ significa gozar de alguns direitos e alguma proteção. Assim:

(...) cada soldado do comando em liberdade (e não necessariamente “bem estruturado”) era mensalmente obrigado a contribuir com R\$500,00 à organização. Quem estivesse fora da cadeia, que se virasse para arrumar o dinheiro, roubando, traficando ou pedindo emprestado. Quem estivesse no semi aberto deveria pagar R\$250,00 à organização. E nas cadeias, o PCC recebia, religiosamente, a mensalidade de R\$25,00 de cada um de seus batizados e até de muitos dos simpatizantes, os chamados ‘primos’ da facção criminosa. Afinal, o PCC precisava de muito dinheiro em caixa para contratar advogados, montar centrais telefônicas, financiar fugas, patrocinar resgates, corromper policiais e funcionários do sistema prisional, adquirir armas, comprar drogas e proporcionar algum conforto para as primeiras-damas.(JOZINO, Op.cit, p. 55).

No Rio de Janeiro Barcellos (Op.cit) aponta que a cobrança de mensalidades pelas facções do Comando Vermelho se apresenta na década de 80 quando alguns donos de boca de fumo já eram conhecidos por abusos como a cobrança de um pedágio de entrada para todo novo morador, sendo este preço mais alto para os nordestinos e para os comerciantes, uma taxa mensal.

Assim, o discurso dos internos da Fundação é permeado por regras de condutas visíveis nas suas relações cotidianas e nas suas falas, as quais são

tomadas do sistema prisional e utilizadas para justificar decisões, opiniões, atos infracionais ou alguma postura institucional como as rebeliões. Dentre diversas características da convivência dos detentos, as quais fazem parte também do grupo de internos da Fundação, o vocabulário se destaca – como algumas gírias que lhe são peculiares:

- Arrastar: prejudicar ou levar à morte.
- Barraco: cela, confusão.
- Boi: banheiro.
- Bonde: veículo de transferência de presos entre penitenciárias e fóruns.
- Casa cair: ir preso, "dançar".
- Fita: assalto.
- Irmão: integrante do PCC.
- Jackie: estuprador.
- Jumbo: sacola com alimentos e produtos para higiene pessoal levada aos presos nas visitas.
- Lagartos: aqueles que obedecem.
- Mulas: homens contratados para transportar drogas.
- Padrinhos: aqueles que batizam novos integrantes do PCC.
- Pagar pau, pagar madeira: dar dinheiro, corromper.
- Pé de pato: matador de bandidos, justiceiro.
- Primos: os simpatizantes do PCC.
- Proceder: atitude.
- Radinho / Diretinho: telefone celular.
- Salve: recado, aviso.
- Sangue bom: gente boa.
- Sangue nos olhos: alguém muito cruel e destemido ou alguém de confiança.
- Seguro: diz-se do preso que é isolado dos demais por correr perigo.
- Teresa: corda feita de panos.
- Tranca: castigo.
- Vermes: inimigos, rivais.
- Zerar: morrer. (JOZINO, Op. cit, p. 273-274)

Varella (1999) já havia descrito que a perda da liberdade e a restrição do espaço físico não conduzem à barbárie, ao contrário do que muitos pensam, pois em cativeiro, os homens criam novas regras de comportamento com o objetivo de preservar a integridade do grupo - um processo adaptativo regido por um código penal não escrito, cujas leis são aplicadas com extremo rigor:

Pagar a dívida assumida, nunca delatar o companheiro, respeitar a visita alheia, não cobiçar a mulher do próximo, exercer a solidariedade e o altruísmo recíproco, conferem dignidade ao homem preso. O desrespeito é punido com desprezo social, castigo físico ou pena de morte. (VARELLA, Op. cit, p. 10).

As observações do autor no decorrer de suas 'estórias' descrevem falas constantemente reproduzidas entre os adolescentes. "Como diz a malandragem: aqui, quem tem mancada no crime vive em sobressalto". Ao se referir aos 'sábios' na vida do crime, o autor ilustra de forma muito pertinente a visão de Pedro dentro da instituição: "Não se envolve em confusão. Olha, escuta e fica quieto. Não age, reage. Faz como cascavel: Só dá o bote quando pisam nele. (...) a alta concentração de jovens impetuosos é responsável pelas frequentes confusões criadas". (VARELLA, Op.cit, p. 63).

Ao falar da função do 'faxina', chamado nas Unidades da Fundação de 'correria', destaca sua função de 'pagar' a comida e cuidar da limpeza geral. Quando em uma unidade o corpo funcional não consegue impor que esses 'correrias' – sejam rodiziados, alternados, suas configurações tomam características do sistema prisional, sendo constituído de acordo com uma dada hierarquia, onde o faxina (ou correria):

não pode ter delatado companheiro nem ter sido responsável pela prisão de alguém; não pode estar endividado, não pode ter ameaçado de morte um desafeto e não cumprir, não pode ter levado um tapa na cara nem ter assumido o papel de 'laranja', ou seja, ter se responsabilizado pela ação cometida por outro. Enfim, não pode ter mancada no crime. (...) Tem que ter álibi na malandragem. Não pode ser pilantra. Preso abusado sexualmente só será admitido se matar seus ofensores. Para a manutenção da ordem, a cúpula da faxina dialoga com a administração. (VARELLA, Op. cit, p. 99 -100)

Esse funcionamento é possível acontecer na Fundação quando - conforme a fala institucionalizada de adolescentes e funcionários - a "casa está desandada", que caracteriza a unidade em que os internos dão as ordens e fazem valer suas regras e os funcionários mal conseguem trabalhar, pois muitas vezes são impedidos de entrar nas alas, ou se entram, passam o expediente de trabalho sob chantagens e ameaças.

Farias e Narciso (2005), ao relatarem suas experiências de trabalho na Febem, se posicionam diante das denúncias e mudanças provocadas, na época, pelo Presidente da Fundação:

(...) não se nega a ocorrência de tortura. Em toda instituição existem bons e maus funcionários (...). A tortura acontece quando alguém aplica a violência – física mas também mental – contra um outro indefeso, para

obter alguma vantagem imediata: quebrar a resistência ao sistema, se o torturador for um funcionário da Febem, causar medo ou obrigar as autoridades a acatarem suas exigências, se for um interno torturando um funcionário durante uma rebelião. O que causa inquietação é a insistência de vários setores da sociedade em enxergarem apenas uma prática, como se apenas alguém que em posição de poder, dentro de uma instituição, pudesse realizar a tortura – o que pode sugerir um reflexo que a sociedade brasileira trouxe do regime militar: ver apenas o agente de uma instituição do Estado como opressor. (FARIAS & NARCISO, Op. cit, p. 13)

Quanto a essas novas características dos internos de hoje, esses funcionários apontam igualmente para o fato de que as rebeliões anteriores tinham como objetivo a fuga, e atualmente, os motivos que predominam visam tornar os internos ‘donos’ do lugar; a intenção dos mentores é dominar as relações entre os internos (separar os ‘seguros’); derrubar a disciplina imposta a eles, como não cumprir horários ou não frequentar o ensino formal e todas as atividades que caracterizam a medida sócio-educativa; obter direito a visita íntima; conseguir a entrada de drogas ou ter televisão no quarto – no desejo de viver dentro de um esquema de cadeia sem regras. Não há nenhum interesse coletivo, nada dirigido a todos os internos, nenhuma reivindicação de melhorias ou melhores tratos. Os líderes fazem tudo por interesse próprio, por vantagens imediatas, mas colocam todos pra trabalhar por eles durante uma rebelião. E claro, toda rebelião é uma oportunidade para acertar as contas entre indivíduos ou grupos, mas especialmente contra os que estão no seguro e que formam uma subclasse dentro da comunidade de internos. Jovens que são vistos por seus colegas como menos que humanos (FARIAS & NARCISO, Op. cit, p. 72-73).

Assim, a imprensa costuma apresentar as situações dentro da Fundação em termos de funcionários versus internos e dificilmente aborda a realidade dos internos com os demais internos, especialmente durante uma rebelião, já que toda unidade possui uma hierarquia entre os adolescentes, com a ‘banca’ em cima e os ‘seguros’ embaixo:

O ‘seguro’ ou ‘pilantra’ é aquele que causa discussão entre os colegas, ou aquele que cometeu um crime que causa repulsa até mesmo entre os criminosos – especialmente estupro. Contra os seguros, os internos fazem a sua própria lei e medem sua capacidade de comando e de mobilização dos colegas, a partir de ações contra os seguros. A insegurança é grande entre esse grupo, e quando é transferido, um interno que foi seguro em outra Unidade, em geral usa a oportunidade para tentar mudar a sua imagem, dar uma de bandido. (FARIAS & NARCISO, Op. cit, p. 101 e 104)

A partir do discurso do crime, suas leis, origens e condicionantes que tentamos expor neste capítulo, este trabalho analisa o posicionamento dos adolescentes diante da lei da cultura, tanto por conta do conflito com a lei social como pelo modo de relacionamento com um código de leis informais e paralelas.

Desse modo, a apropriação do discurso do crime comumente aparece como meio de obtenção e sustentação de reconhecimento ou de protesto, como traz João, quando lhe perguntado sobre os ataques ocorridos em maio de 2006 - atribuídos ao PCC:

Assim, né senhora, a gente sabe parcialmente, que morreu muita polícia, muita gente, inocente. Dizem pra mim que na penitenciária não morreu funcionário, não morreu ninguém. Eu não acredito nisso. Porque a partir da hora que a bandeira vermelha foi hasteada, que é a bandeira da guerra, foi hasteada, ela só é levantada pra matar, Com a bandeira branca ninguém pode morrer na cadeia, penitenciária nenhuma pode morrer gente, mas a partir da hora que a vermelha levantou, aí é quem deve no crime... Marcola é o líder alto, fundador do comando. Sozinho. A mega é decretada de cinco em cinco anos. Essa ta atrasada já. Que se eu não me engano a última mega foi em 2000, ta meia atrasada, (...) mas Marcolão acho que, quis pega um tempinho a mais... É assim, senhora, o PCC ele tem uma força muito grande, só que durante cinco anos ele ficou oprimido, polícia matando, polícia prendendo injustamente, corrupção demais, esse foi a maneira de protesto deles, de dizer chega, daqui pra frente a gente vai comandar do jeito que a gente quer. O governo do Estado aí, diz que não negociou. Eu sei que negociou. Porque se não negocia não acaba, senhora. Porque botou o ladrão na tranca, soltou da tranca explodiu de novo. É assim. Então, é um modo de protesto, deles, do crime, mostrando que se eles quiser eles pode mostrar destruição, se eles quiser, isso foi só o começo. Eu penso assim, senhora, se ladrão morresse só, polícia não ia ter valor. Só que a gente, como senhora diz, em conflito com a lei, pra sociedade, a gente é só mais uma carta fora do trabalho, com pitbull na sua mão, então, a sociedade não tem culpa? O povo que tá aí na rua, tá trabalhando? Eu acho que tem. Porque são eles que põem os poderoso no governo lá. Até a gente também. Tanto que morre gente nossa também. Então, acho que assim, inocente – inocente, não morreu ninguém, porque todos fazem parte de um globo, opta, e se não tivessem cansados de ver tanta morte na periferia, polícia matando, às vezes o tiozinho ta vindo da igreja, com uns moleque da igreja, polícia pega e mata. Só que isso não é passado em televisão, não é passado em mídia. E o que a gente fez, a gente assim, que eu falo, é a nata fez, foi passado na mídia, por isso foi tão aterrorizante, mas acho que se não passasse na mídia ... (JOÃO)

Athayde et. al. (2005), em pesquisa sobre os jovens na vida do crime, em diferentes lugares do país e suas razões, nos mostram histórias de pessoas envolvidas nesse meio delituoso, onde o esquema contextual predominante é o tráfico de drogas, prática que percebem com certa naturalidade, como uma 'profissão', constituindo muitas vezes, o verdadeiro 'ganha-pão' de várias famílias,

que vivem um cotidiano que pode ser considerado como uma guerra, o que reitera que as regras da organização do crime, apesar de algumas características institucionais, já vêm da vivência nas ruas.

Os autores destacam a tendência nacional do tráfico funcionando como um ‘trabalho’ – literalmente - com relações hierárquicas e funções definidas, com uma dinâmica equivalente ao funcionamento do tráfico no Rio de Janeiro. De Belém do Pará, trazem a impressão de que os jovens das comunidades querem ser iguais aos que vivem fora dela, e os “fora-da-lei” tornam-se o espelho dos que moram fora do morro. “E o mais ilógico é que os de fora do morro, de alguma maneira, também querem xerocar a linguagem dos fora-da-lei”. (ATHAYDE et. al, Op. cit, p. 40).

Em Joinville, se surpreendem ao verem usarem as mesmas expressões do Rio de Janeiro. Chamavam os inimigos de ‘alemão’, diziam ser do ‘Comando Vermelho’, parecendo que os comandos do Rio de Janeiro tinham franchises espalhadas por lá, atentando para o quanto a televisão contribui para a nacionalização da criminalidade:

(...) nos surpreendemos com a incrível semelhança com o Rio de Janeiro, que parece ter se transformado em modelo da violência para os próprios bandidos. É como se a educação no crime se inspirasse na cópia do exemplo carioca, do estilo carioca, as estratégias e táticas, o vocabulário e seu falso e mortal glamour. (ATHAYDE et. al, Op. cit, p. 55)

Ainda há as grandes manchetes dos noticiários, dos jornais, revistas e dentro do próprio sistema carcerário, as figuras conhecidas que se tornam modelos de identificação para esses jovens, que os tomam sem nenhuma crítica quanto aos seus atos. São reconhecidos por sua coragem na transgressão das leis – fato através do qual se tornaram ‘celebridades’. No entanto, os autores destacam que há décadas a trama da violência criminal no Rio de Janeiro deixou de produzir a figura idealizada do bom ladrão, que rouba dos ricos e dá aos pobres e que só é violento com os exploradores:

Este tipo social desapareceu com o agravamento da brutalidade e o aprofundamento da crise econômica no Brasil. Do mesmo modo, a ruína das utopias revolucionárias apagou do mapa a legitimidade do processo cultural de idealização do criminoso. Há décadas, no Rio de Janeiro, os traficantes armados tornaram-se déspotas cruéis, que tiranizam suas próprias comunidades pobres. (...) os traficantes não tem qualquer compromisso social ou político. (ATHAYDE et. al., Op.cit, p.103-104)

Para Soares (Athayde et al, Op.cit, p. 122), o criminoso sem ambiguidades, síntese do mal absoluto, é assim representado para melhor nos protegermos do risco de confundirmo-nos com ele. No entanto, o que mais nos interessa nessa problemática, é que não se trata apenas de uma imagem construída e reforçada por diversos dispositivos institucionais e segmentos da sociedade, mas principalmente, de uma identidade assumida e posta em ação por indivíduos que se deslocam para essa posição à margem de tudo o que a sociedade valoriza, tornando-se anti-heróis ou contra-referências sociais. Ou seja, “não se trata somente de estigmas e preconceitos, mas de biografias que se constroem à imagem e semelhança de tais estigmas (...)”.

A crueldade e o crescimento cada vez maior da violência também são resultantes, segundo o autor, da implantação de regras cada vez mais rígidas, quando no fim dos anos 80, os tráficos de armas e drogas celebraram a união e sentaram praça nas favelas, impondo seu poder sob a forma de domínio territorial. Assim, afirma que no Rio, em razão da geografia social da cidade, as favelas situam-se no centro de bairros de classe média, vizinhança que tornou possível uma configuração singular do tráfico, na medida em que viabilizou economicamente a organização da venda em pólos fixos - as bocas. Então, o varejo pôde se afirmar em um arranjo sedentário – sem que isso eliminasse a circulação dos ‘aviõezinhos’, que servem aos consumidores a domicílio ou em determinadas vias públicas da cidade. A proximidade física entre compradores e vendedores foi decisiva na determinação do formato que o tráfico adotou. O sedentarismo do comércio varejista implicou na valorização do território em que se realizam as operações de venda direta ao consumidor e passou a exigir investimento na segurança do ponto, convertendo o controle sobre eles em patrimônio valioso e recurso estratégico extraordinariamente significativo na lógica do mercado de drogas.

Quanto às regras do tráfico, que são muitas, Soares (Op.cit) torna claro que elas não existem para conter a violência na guerra entre as falanges, mas para organizar seu funcionamento, através de turnos de trabalho, hierarquias, processos decisórios, divisão de tarefas, distribuição complementar de responsabilidades, códigos de comportamento, visto que na luta contra o ‘alemão’ - o inimigo, não há limites. Envolve tortura, humilhação, execução degradante com sofrimento extremo, inteiramente desnecessário, e assim por diante. Acrescenta que em sua

organização, o tráfico possui hierarquias definidas, estando cada 'setor' sob o gerenciamento de determinados responsáveis.

Pensando na lei enquanto meio de regular a convivência minimamente saudável entre as pessoas, Pellegrino (1987, p. 313) destaca que a Lei não deve existir para aniquilar o desejo, mas deve atuar como gramática capaz de articulá-lo com o circuito de intercâmbio social, onde retomamos sua colocação da perspectiva político-transformadora diante da ruptura do pacto social para que não ocorra o rompimento com a lei da cultura.

Nesse sentido, de acordo com Costa (1988, p. 133), para que essa articulação seja então possível, o Ideal de Ego, que contrapõe ao ego-narcísico ilusoriamente infalível, torna-se preciso enquanto elemento norteador do sujeito na vida sócio-cultural. Se esses modelos representativos do Ideal de Ego são desinvestidos, a ponto de não mais exercerem força identificatória para os sujeitos sociais, acaba-se por nutrir a chamada "cultura narcísica da violência", quando a violência é tida como inevitável. Essa crença é estabelecida através do convencimento de que único caminho ao qual toda Lei direciona é a violência, pois a própria lei não se faz enquanto Ideal, mas nutre o apaixonamento narcísico ao conferir poder de exclusão, e não de trocas.

E se a transformação está intimamente ligada a uma questão ética, levando-se em conta a dimensão da solidariedade entre as pessoas, pela qual o nível do igualamento seja possível no reconhecimento de si e do outro enquanto condição humana, se esse nível primeiro de elaboração não for possível, então o mais não será, à medida que "uma Lei enquanto Ideal de Ego só é demandada se a dimensão de alteridade estiver implicada". (Lira, Op.cit)

No entanto, para pensar a necessidade da alteridade e da ética para a formação da perspectiva político-transformadora, o historiador Nicolau Sevcenko, em entrevista à Peres (2006, p. 07), traz apontamentos imprescindíveis para a compreensão dos processos identificatórios atuais. A primeira é de que o Brasil vive uma situação de corrupção que se tornou orgânica e estrutural, assim, o que ocorre no nível "baixo" da criminalidade é uma reprodução do que acontece no nível "superior" da corrupção política e financeira do país. Em segundo lugar, ocorre o que ele chama de "desinvestimento do poder em relação à população, que deveria assumir o gerenciamento da cidadania. Nesse vácuo, cria-se um ambiente propício a

todas as formas de incivilidade, das pequenas fraudes cotidianas até a alta criminalidade”.

Assim, toda essa tolerância pelo desrespeito às normas está, para Sevcenko, incorporada ao modo de viver, nos constituindo como uma “República celerada”, criminosa, perversa, que se dá devido ao ambiente de impunidade. Mantendo o foco de sua análise para o contexto do nosso país, ele descreve que a democracia no Brasil tem certos elementos viciosos que precisam ser aperfeiçoados, particularmente no modo como se articulam os partidos, que não apresentam coesão orgânica com as comunidades. “No Brasil, o que há são grupos organizados que não têm nenhum compromisso com a base social do país, que não têm nenhuma outra intenção, que não sua própria perpetuação, em uma situação de privilégio”. (PERES, Op. cit, p. 07).

4 A ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO E 'EM CONFLITO COM A LEI'

*Vida louca, vida, vida breve
Já que eu não posso te levar
Quero que você me leve...
Vida louca, vida, vida imensa
Ninguém vai nos perdoar
Nosso crime não compensa.
Se ninguém olha quando você passa
Você logo acha: eu tô carente!
Eu sou manchete popular.
Tô cansado de tanta babaquice, tanta caretice
Desta eterna falta do que falar
Se ninguém olha quando você passa
Você logo acha que a vida
Voltou ao normal
Aquela vida sem sentido volta
Sem perigo
É a mesma
Vida sempre igual
Se ninguém olha quando você passa
Você logo diz: palhaço
Você acha que não tá legal
Corre todos os perigos
Perde os sentidos
Você passa mal¹⁴*

Uma série de estudos acerca da adolescência e suas características destacam os conflitos pelos quais passam, em seus mais variados aspectos. No entanto, nos interessa as considerações dos adolescentes enquanto pessoas que são levadas a assimilar e adotar os ideais e os valores de sua comunidade, através da família, escola, mídia, de seu grupo social, enfim, enquanto seres que refletem um determinado ideal de eu condizente ao que é pregado como felicidade hoje.

Nesse sentido, recorreremos à Calligaris (2000), para quem nossa cultura prega as relações amorosas / sexuais e a potência financeiro-social como dois caminhos para o reconhecimento e o alcance da felicidade, resultando na valorização das qualidades subjetivas – ser desejável e ser invejável. Interessante a colocação do autor quando nos aponta que, apesar de sua maturação fisiológica, que capacita o adolescente a efetivar tarefas condizentes com os valores pregados pela cultura, a autorização para tal exercício que o caracterizaria como 'adulto', é

¹⁴ Lobão, Bernardo Vilhena. Faixa – Vida louca vida. Cd - Cazuza Série Millennium. BMG Music Publishing Brasil / Janeiro Songs (Sony Music). 1988.

postergada, evidenciando a contradição existente entre o ideal promovido pelos valores da modernidade – ideal de autonomia e independência e a suspensão da autorização do exercício desses valores, justificada por sua imaturidade.

Diante dos valores e ideais impostos a ele e a não autorização para efetivar esses valores, o adolescente se vê diante da necessidade de descobrir o que os adultos esperam dele para que possa ser reconhecido, além de vislumbrar a transgressão desta não-autorização como um meio de alcançar o ideal imposto pelas mesmas pessoas que não lhe deram tal autorização. Portanto, Calligaris (Op. cit, p.29) destaca que a cultura dos ideais de autonomia e independência é transmitida por um duplo vínculo, ensinando a capacidade de desobedecer, já que, para obedecer – ser independente – é preciso desobedecer. E se o adulto moderno transmite ao filho a ambição de não repetir a vida dos adultos que o engendraram, num movimento que chega a desrespeitar suas origens, ao mesmo tempo em que reproduz regras de conformidade social, “quanto mais o adulto tenta se constituir como autoridade moral, tanto mais se qualifica como hipócrita (...)”.

Desse modo, Calligaris (Op.cit, p. 42) aponta a transgressão como uma exigência para se atingir a autonomia, causando o afastamento dos adultos e adesão e fidelidade ao grupo que lhe reconheça. E quanto mais reconhecimento, mais vai se distanciar das normas já que, por não ser reconhecido dentro do pacto social, tentará ser reconhecido fora ou contra ele – ou, o que dá no mesmo - no pacto alternativo do grupo. Assim, burlar a lei não implica necessariamente na esperança de escapar das consequências de seus atos, mas excitá-la, testá-la, para que a repressão corra atrás deles e assim os reconheça como pares dos adultos.

Considerando a adolescência como derivação da infância e ambas enquanto invenções modernas vindas com o individualismo e com a nova experiência da morte, o autor ressalta que as crianças se tornaram depositários de uma espécie de promessa de imortalidade contida no desejo de continuidade dos pais; a adolescência se constituiu como um ideal cultural com foco estratégico do consumo exaltado pelo marketing e a família, uma das poucas instituições que se manteve, na modernidade, como porta voz do duplo vínculo. Nesse contexto, muito comum dentre as famílias dos adolescentes que cometeram atos infracionais é a dificuldade e a resistência em aprofundar o diálogo diante da percepção do envolvimento infracional dos filhos, mesmo depois de privados de liberdade:

É quando começa a chegar roupa nova, calça nova, tênis novo. A família não tem condição pra comprar. Cê tá meio, cê tá vendo todo mundo andar bem vestido, cê também vai querer andar. Chininho havaiana no meio da favela cê vai querer colocar um nike no pé. Aí a família começa a perceber, né... Moleque não trabalha, como tá arrumando esse dinheiro todo aí? Aí vem as perguntas. Com as perguntas, conseqüentemente a gente tenta se esquivar das perguntas e acaba não respondendo, acha que menti pra mãe é pecado, e a gente acaba não respondendo... Ah, insistiram pouco pra querer saber, só que o pai não saia da favela, meu pai trabalhava na favela e comecei a trabalhar de piloto, só dirigindo, aí foi quando meu pai descobriu que eu tava pilotando, porque eu pilotei pra um amigo dele, conhecido dele, que comentou com ele. Tanto que meu pai disse que o único erro que ele comentou comigo, que eu mesmo comentei com ele, foi ele ter me ensinado a dirigir, antes da hora, que não deu certo. (JOÃO)

Santos (2006), considerando a transgressão como comportamento normal do adolescente brasileiro aponta as bases do comportamento anti-social para as desigualdades sociais instituídas pelas formas políticas e jurídicas do Estado, que acabam por garantir e legitimar uma ordem social injusta. Segundo o autor, o problema reside na aplicação da lei já que “o processo seletivo de criminalização da minoria constitui injustiça institucionalizada que infringe outro direito fundamental do ser humano: o direito constitucional da igualdade” – principalmente no que tange à aplicação das leis. Assim, se a produção social da criminalização depende mais da posição social do infrator do que do fato punível, o crime seria uma resposta normal de jovens em uma situação anormal, não somente por desigualdades sociais, mas de efetivação jurídica.

Neste sentido, entendemos que seja de fundamental importância o papel da família, da educação e do Estado diante da situação normal de conflito e de atitudes anti-sociais que perpassam o desenvolvimento da criança – adolescente, para que essas condições sejam canalizadas para a resistência e luta ética e responsável, pois os jovens se tornaram os melhores alvos a serem recrutados pelas idéias, valores e leis do crime organizado, como relata João sobre o início de sua trajetória infracional:

Assim, participava de um grupo na comunidade, o projeto amar, eu era pequenininho, aí a polícia pegou nossa reunião, entrou no barraco que a gente tava, quebrou tudo e eu tinha meu primo Diego, ele tinha me ensinado a fazer coquetel molotov, aí foi a primeira vez que eu entrei em conflito com alguém na minha vida; foi quando eu joguei coquetel molotov na viatura. Depois disso é o seguinte, deslança no crime. Quem tem disposição pra ficar, fica, quem não tem. Assalto, tentativa de homicídio contra policiais, contra pessoas que queriam tentar me pegar, guerra de favela, invasão de comunidade. Na favela, senhora, a gente pensa assim, quem pode manda, quem tem juízo obedece. Eu como não podia ainda,

mas tinha juízo, obedecia quem podia. Como todo serviço tem seu patrão. Eu tava na favela. Trabalhando pra favela. Na favela senhora, tem soldado, nem sempre é do tráfico, que é olheiro, tem o segurança do patrão, tem o segurança da biqueira onde vende droga. Então, eu trabalhava, me deram uma arma na mão, molecote ainda, jogava em cima do telhado e falava pra eu ficar lá em cima. Dizia que ia pra escola mas ia pra favela. Mas às vezes, senhora, o que eu aprendi na rua escola nenhuma até hoje não ensina. Porque eu posso aprender matemática, história, sei lá quem era Pedro Álvares Cabral lá, mas a realidade da rua escola não ensina senhora, é isso que eu preciso, que eu, e quem mais se encontra aí em conflito com a lei necessita né, senhora. (JOÃO)

Para Pedro, o modo como a lei social lhe é apresentada é decisivo em sua história para seu comprometimento infracional, em diversas circunstâncias, seja no interior das relações familiares, em especial com o pai, de quem esperava a instauração da lei, ou pelas primeiras relações externas que presenciou dos pais diante da polícia enquanto representante da lei:

Aí é o seguinte. Tem uma história, que eu nem gosto de falar pá ninguém, mas eu vou falar pá senhora. A polícia invadia em casa direto. Tinha o Leandro, o Correia e o Bexiga. Invadia em casa direto, direto, direto e sempre testava a gente no acordo. Era vinte mil por semana, pá cada polícia. E é o seguinte. Meu pai tava querendo parar por causa de mim, que era o mais novo. E eu via ele fumando cigarro, bebendo uísque... Lá em casa tem um barzinho, cheio de bebida, tem umas taça... E eu queria ser igual ele. Aí ele pegava, me dava cigarro... Tinha uns cinco anos. Aí ele acendia o cigarro e me dava: "só esse então". Minha mãe falava: "Não dá isso pro menino... Aí o seguinte, nisso aí fui ficando, ficando, até que surgiu esse comentário que eu vou falar pra senhora. Parece que minha mãe, deu trinta mil dólar pra polícia prendê meu pai e tal. Só que é o seguinte né senhora, eu não acredito. Isso aí é conversa do meu pai e da mulher dele. Conversa alheia isso aí. E o seguinte: tinha a governanta, que era a Eliene, chamava ela de vó, que era uma senhora já. Que na realidade, eu não tinha tanto a atenção da minha mãe nem do meu pai, eu chamava a Elza de mãe e minha mãe de tia. Essa Elza, ela é viva até hoje tamém. E tinha um povo de São Paulo – Zé do chapéu, a Dalva, era gente, traficante forte, Zeca, Zerino, que era assim com Marcola e tal... Amigo íntimo da minha mãe. Tinha gente que trazia droga lá de Corumbá pra minha mãe. Minha mãe tinha laboratório e tudo. E nisso é o seguinte: foi construindo casa, comprando casa na praia, foi investindo em casa, essas coisas. Mas isso até o dia que meu pai foi preso. Aí ele ficou, quer ver, uns dois mês preso. E nisso aí minha mãe já foi presa tamém senhora. No que minha mãe foi presa, nós ficou sozinho. (PEDRO)

Das lembranças de Pedro fazem parte até os nomes dos policiais com os quais os pais faziam acordos. Desde pequeno já presenciava o modo como os pais se relacionavam com a "lei", que já lhe fora apresentada corrompida e corrompível, além das contravenções e crimes que presenciava dentro de casa, por seus pais e irmãos.

Com suas correlações com a necessidade de reconhecimento, a identidade, é entendida então, enquanto um processo de ação contínua, que se constitui e se diferencia por uma série de identificações. De acordo com Laplanche e Pontalis (2001, p. 226), é um “processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro”.

Complementando a definição, Polity (2001, p. 26-29) destaca a identidade como o resultado consciente de processos inconscientes de identificação, que ocorrem continuamente, a todo instante, sendo que para se falar em identidade, é preciso considerar o conceito de identificação, que por sua vez, é dependente dos processos identificatórios. A partir disso, podemos falar também, de identidade social como uma forma de representação coletiva, como um fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e sociedade, já que o conceito de identidade para Polity é atravessado por outros conceitos, como o grupo social e a cultura onde o sujeito está inserido, que sustentam o modo como cada um se vê, a partir do questionamento do que têm em comum e de diferente com o grupo e o que deve ter ou ser para fazer parte de tal sistema social.

A partir da teoria freudiana, que aborda o sujeito adolescente a partir dos processos de luto dos pais, da infância, do corpo infantil e do encontro com o sexo, enquanto passagem que reafirma ou põe a constituição subjetiva à prova, Rosa (2002) aponta que para a psicanálise, a vida sexual infantil pré determina as transformações inerentes à puberdade. Descreve a adolescência como período de impacto frente ao incremento libidinal, quando sobrevém a reatualização de fantasias que, no confronto com a Lei, exige o desligamento dos pais, elaboração do luto e a ‘transferência do investimento libidinal para outros objetos’, impondo modificações ao sujeito. Nessas transformações, vale destacar que, de acordo com Costa (1994, p. 144), ao dizer que o sujeito é sexual, Freud quis afirmar, com sexual, que somos uma contingência dos destinos dos desejos, descrevendo que o sujeito sexual nada mais é que um lugar onde se entrecruzam imagens e enunciados libidinalmente investidos que dão contornos psíquicos únicos a corpos biológicos.

Voltando à Rosa (Op.cit, p. 02), se nos grupos, o amor narcisista a si mesmo está sujeito a limitações que não atuam fora deles, o que prova que a essência da formação grupal consiste em novos tipos de laços libidinais entre os membros do grupo, o narcisismo é rearticulado na construção de laços que possibilitem a entrada

nos grupos sociais. Assim, a modificação maior é apontada pela autora na dimensão dos ideais, descrevendo o ideal do ego como a possibilidade de produzir e buscar objetos fálicos e lugares que tomam a forma de ideais que orientam os laços com o Outro:

Os laços sociais sustentados pelo desejo e pelas identificações. Identificações, desejos e ideais articulam o sujeito ao grupo social, inserindo-o na cena social através da formação de grupos de amigos, de nova família (...). (ROSA, Op.cit, p. 03)

Conforme o pensamento de Rosa (Op.cit, p. 03-04), na adolescência “novas operações se processam para fazer valer outro discurso, além do discurso do pai”, sendo essas operações que irão possibilitar o pertencimento e o reconhecimento do jovem como membro de um grupo social, que por sua vez, dependem das formas, condições e estratégias oferecidas pelo grupo social. Portanto, o adolescente depara-se com uma organização social regida pela lei do mercado, que propaga uma presumida liberdade e igualdade de direitos e oportunidades, defendendo a plena realização para todos a partir de formas massificadas de consumo, mas encontra-se sozinho e sem ter meios que o capacitem a perceber eticamente o significado de ‘plena realização’.

E se renegar heranças históricas e culturais tem forte impacto na transmissão de valores, por meio do atual afrouxamento do sentido de autoridade, a família, de acordo com Lasch, citado por Costa (1994, p. 153) é um dos últimos guardiões do passado, lembrando que na socialização tradicional a educação da infância centrava-se no respeito à autoridade paterna e aos ideais do bem comum, onde as crianças aprendiam desde cedo a desejar o que deveria cultivar como virtude.

Complementando esse pensamento, Rosa (Op.cit. p.06-07) afirma que renegar o passado, a cultura e a história, ainda promove a ilusória igualdade, abolindo diferenças que, sendo recalçadas, retornam, mas não como simbólicas, mas “como identidades imaginárias, caricaturas das referências culturais convenientes à vida”. E na priorização de identidades imaginárias, a solução freqüente é “produzir atos para provar a existência”, dar provas de que a identidade não é ilusória.

Portanto, compreendendo os processos internos, questionamos como podem se sentir os adolescentes em conflito com a lei, com a sociedade os desqualificando, com a negatividade que os acompanham, quando a própria família e a sociedade já não lhe depositam esperança? Como ter representações positivas de si, como se constrói a subjetividade quando longe da escola e com trabalho desqualificado socialmente, assim como já vêm seus pais, na maioria das vezes, portadores de perspectivas futuras condenadas?

Quanto à família, atentamos para o cuidado em não recair na associação entre família com pobreza como grupo incapaz de transmitir afeto, proteção e ética, gerando o total esvaziamento de seus significados positivos. Nesse sentido, a família, enquanto estrutura básica na formação da identidade, muitas vezes acaba não exercendo suas funções de modo suficiente, não necessariamente por conta de escassos recursos financeiros, como traz Pedro:

Aí com o tempo eu vi que, é o seguinte, eles não tava me dando atenção. Eu tinha tudo, coleção de carrinho, tudo, tudo, tudo, tudo que eu queria eu tinha. Mais não tinha atenção. Aí meu pai queria parar por causa de mim e tal. Quem fazia meu leite, essas coisa era meu pai, né. Minha mãe e meu pai, sempre no quarto deles, com um prato de cocaína, fazendo, embalando e usando, embalando e usando. Eu presenciava tudo, assistindo televisão, com a mamadeira do lado, tinha um travesseiro, não desgrudava do travesseiro, tinha uma bolinha que eu ficava apertando e ficava... Não falo de carrinho, essas coisa, falo de... Que custa fazê um desenho, recortá alguma coisa? Que custa se sujá de grama, jogá bola, assistí meu filho fazê um gol, comemorá junto com ele? Não custa nada senhora. E foi umas coisas que meu pai e minha mãe... Não tive oportunidade de tê. (PEDRO)

Já a escola pública, muitas vezes em condições precárias, sem estrutura para manter o comprometimento de seus alunos, faz com que o indivíduo não consiga sustentar posições claras e firmes sobre seu futuro, necessitando de posicionamento e orientação segura dos pais. Esse contexto é descrito por Zaluar e Leal (2001), que a partir de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, examinam as relações entre violência e educação, destacando que, a despeito dos índices do IBGE, de 1996, revelarem melhoria do quadro educacional, a violência contemporânea evidencia a educação em sua incapacidade de investimento nas crianças e adolescentes, quanto ao

enfrentamento dos riscos globais advindos da modernidade e do desenvolvimento tecnológico, até porque as escolas também foram dominadas pelo crime organizado.

E se o dinheiro fácil traz satisfações financeiras e pessoais de modo rápido, a arma e a violência trazem respeito à força e um reconhecimento fundamentado em valores distorcidos e superficiais, a promiscuidade, o uso de drogas e os riscos de vida, representam a destruição do próprio corpo e da própria identidade. Tentam apagar o nome de origem com apelidos, vestindo uma personagem que aniquile a própria história. Há ainda, o roubo e o furto como reflexo do desejo de ter o que é do outro, como se fosse de direito querer coisas das quais é privado e como se fosse possível assimilar características, incorporar qualidades vistas no outro ou construídas pela mídia, através de um objeto.

Perceptível no contexto individual e grupal, a noção de existir pelo que se têm, decorre do fato de se sentirem, não mais excluídos, mas participantes da sociedade, através dos frutos de seus roubos, furtos ou pelo poder de aquisição com o dinheiro fácil:

(...) a gente vê moleque de comunidade pobre chegando de mitsubishi na favela. É o sonho de qualquer favelado ter um carro daquele. (JOÃO)

A ilusão de onipotência perante os riscos que correm é alimentada pelo fato de terem um grupo, com o qual geram um pacto, pela sensação de estarem controlando a vida como querem, praticando um aparente hedonismo que rompe com valores sociais e com o sentimento de preservação – próprio e alheio.

Nunca tive medo. Os polícia vinha enquadrá eu, eu xingava. Não tava nem vendo nada. Aí é o seguinte, a primeira vez que eu roubei, foi num posto de gasolina, sem revórve, sem nada, tava só com a carteira na cintura. O moleque fez uma aposta comigo e tal. Aí ele falou “aí Antonio, vamô fazê um assalto e tal”. Aí eu falei “nunca roubei não, não gosto de roubá não, sô mais traficá e tal, mexê com droga”. Aí ele pegou e falou “não, o bagulho é o seguinte, vamo catá esse posto de gasolina e tal”. Aí eu “não, mais não tem revórve e tal”. Aí ele falou “eu desço lá embaixo buscá”. Aí eu falei “não, vamo enquadrá sem revórve memo”. Aí ele “eu desacredito que cê enquadra sem revórve”. Aí eu peguei e enquadrei ele sem revórve, só com a carteira na cintura. Como diz na linguagem da malandragem, só no sapo, só no 171, só robei falando só. Aí robei, tal, e gostei senhora. (ANTONIO)

No entanto, atentando à crueldade envolvida atualmente nas infrações dos jovens, o que nos faz retornar aos dados que deram origem às reflexões dessa

pesquisa, Spagnol (2005) destaca suas ligações com gangues de rua e o envolvimento cada vez maior de adolescentes de classe média, ainda que esse dado seja omitido pela mídia, mostrando em suas pesquisas, que a pobreza por si só não explica a violência, de onde partimos para as necessidades e desejos travestidos por objetos materiais – o reconhecimento.

De acordo com Soares (ATHAYDE et. al, 2005, p. 167), quando não se é visto e se vê, o mundo oferece o horizonte mas furta a presença - aquela presença da qual depende a interação, a troca, o reconhecimento e a relação humana. E excluídos, tornamo-nos voyers - aquele que olha de fora, que parece estar roubando o que não lhe pertence. Para o autor, “não ser visto significa não participar, não fazer parte, estar fora, tornar-se estranho”.

Ao questionar se aquilo que vemos é mesmo aquilo que olhamos ou, se vemos não o que olhamos, mas a relação com aquilo que olhamos, Soares (Op. cit, p.172-173) destaca que quando olhamos alguém ou alguma coisa, olhamos também para nosso estado psicológico, nossos conhecimentos, compromissos profissionais, responsabilidades sociais, posição na estrutura familiar etc, concluindo, portanto, que ver é relacionar-se – metáfora perfeita para designar a suposta objetividade do vínculo entre o sujeito da ciência e seu objeto. Não há pureza nem objetividade no olhar, pois nossa visão é carregada de expectativas e sentimentos, valores e crenças, compromissos e culpas, desejos e frustrações.

E assim, segmentos públicos, privados e a sociedade em geral defendem-se contra o enfrentamento das angústias inerentes às responsabilidades que também lhes cabem, fazendo com que um problema social seja reduzido a um problema individual, como já descreveu Dejours (2000) ao falar da banalização da injustiça social e Costa (2004), com seu conceito de razão cínica.

Ao apontar a possibilidade da invisibilidade começar em casa, quando às vicissitudes da adolescência somam-se problemas como desemprego, alcoolismo, violência doméstica, de onde a arma e o sentimento de medo que produzem, se tornam passaportes para a visibilidade, o sujeito que não era visto se impõe, exige que seja tratado como um sujeito, se reafirma e se reconstrói, colocando em marcha um movimento de formação de si que nada têm a ver com a perspectiva político-transformadora via ruptura crítica e ética das formas de existência que nos são impostas. Portanto:

(...) não parece lógico que esses jovens invisíveis, carentes de tudo o que a participação em um grupo pode oferecer e exigir procurem aderir a grupos cuja identidade se forja na e para a guerra? Entende-se o sucesso das facções do tráfico no recrutamento da gurizada. (...) o julgamento que importa aos meninos em armas é o veredicto das meninas. Nada mais importa. (...) tudo está contido na bandeira do desejo e da admiração. Ainda que por motivos ilusórios e passageiros, a violência dá prazer, fortalece a auto-estima, proporciona a fruição do respeito e da admiração – que advém do pertencimento a um grupo, permite o acesso ao desejo das gurias, garante o ingresso na festa hedonista do consumo. Então, cabe-nos criar condições para que pelo menos as mesmas vantagens possam ser experimentadas no lado de cá. (...) os focos das disputas são o afeto e o imaginário das crianças e dos adolescentes. (ATHAYDE et. al., Op. cit, p. 229-230 / 241)

Retornando ao objetivo central deste trabalho – relacionado ao desejo de transgressão vindo de um discurso do crime – a fim de pensarmos posteriormente suas relações com o discurso da família, Kehl (2006), nos traz uma importante contribuição ao analisar que o discurso único e totalitário do tráfico, do crime, se instala, enquanto um motor de fantasias onipotentes que impedem a imaginação das crianças que crescem nesse meio. Isto porque destaca:

Do ponto de vista da constituição psíquica, a fantasia é o suporte do desejo. Fundamenta a experiência da interioridade, de um “si mesmo” que mede sua diferença em relação ao mundo real. Uma subjetividade sem fantasia é uma terra devastada, sujeita a servir ao gozo do outro. (...) Na falta de espaço para outras fantasias, não há um ponto de fuga onde ancorar outro desejo senão o desejo de morte projetado na droga, na licença para matar, no poder irresistível do terror sem lei. (...) Não há poder mais eficiente do que aquele que se sustenta sobre o desejo dos dominados (KEHL, Op.cit, p. 06)

Além disso, levando em conta a crueldade e rigidez das leis e códigos que regem a criminalidade, é extremamente pertinente o pensamento de Kehl (Op.cit) quando destaca que o respeito a essas leis - oriundas da consciência de que se houver ‘mancadas’ no crime, se ‘vacilar’, vai morrer, como uma condenação sumária - torna o sonho impossível, pois viver sem ‘vacilar’ alguma vez já é impossível, sonhando então, aumentam-se as chances de ‘vacilo’, pois quem sonha mais cedo ou mais tarde ‘vacila’ e isso faz parte da natureza humana.

5 A LEI DA FAMÍLIA E A FAMÍLIA DIANTE DA LEI

*As ondas de vaidade
Inundaram os vilarejos
E minha casa se foi
Como fome e banquete
Então sentei sobre as ruínas
E as dores como o ferro
E a brasa e a pele ardiam
Como o fogo dos novos tempos*

*E regaram as flores
No deserto
E regaram as flores
Com chuva de insetos*

*Mas se você ver
Em seu filho
Uma face sua
E retinas de sorte
E um punhal reinar
Como o brilho do sol
O que farias tú?
Se espatifaria
Ou viveria
O espírito santo*

*Aos jornais
Eu deixo meu sangue
Como capital
E às famílias
Um sinal¹⁵*

Considerando a família enquanto grupo inseparável da sociedade e não simplesmente como um fenômeno natural, recorremos à Araújo (1993) que cita diversos autores e suas respectivas definições de família, concluindo a existência, não de uma família, mas de tipos de família, cujas transformações respondem às necessidades sociais impostas pela dinâmica da sociedade.

Segundo a autora, a família moderna que se estabeleceu na Europa, com a ascensão da burguesia a partir do século XVIII, assumiu funções afetivas e socializadoras, num espaço privado separado do público, se modificando com a evolução do capitalismo, perdendo muitas de suas funções e renovando constantemente seus valores, para atender às novas necessidades.

¹⁵ Carlos Pombo / Marcelo Lobato / Marcelo Falcão / Lauro Farias / Xandão. Faixa – O Salto. CD - O silêncio que precede o esporro - O RAPPÁ. Warner Music Brasil Ltda. WEA. 2003.

Uma mudança fundamental citada pela autora, é a perda da função produtiva da família com o desenvolvimento do capitalismo industrial, que, com o trabalho assalariado e a divisão social do trabalho, passou a ter função de preservação da propriedade, nas famílias burguesas e reprodução da força de trabalho na família proletária, cujos laços familiares eram desfeitos à força, pela necessidade de trabalho por parte de todos os seus membros a fim de garantir a sobrevivência.

No entanto, junto à crise da família que o capitalismo criou, surgiram mecanismos para sua sustentação, através das políticas sociais do Estado, políticas de atendimento e assistência à família, com objetivos implícitos de policiamento, já que também é um lugar onde se produz e reproduz o indivíduo como cidadão e com função de socialização. O trabalho, apontado pela autora enquanto uma “condição fundante do ser social”, transformado em um objetivo alienado onde o trabalhador não se reconhece, propicia o estabelecimento da família enquanto ‘refúgio’ contra o impessoalismo do mundo externo. Daí que o estímulo ao consumo passa a ser o “sentido” para o trabalho, transformando a família em unidade de consumo, o que a torna alvo da propaganda que “invade a privacidade da família modificando hábitos, valores, induzindo comportamentos, criando desejos e novas necessidades.” (ARAÚJO, Op. cit, p.17)

O Renascimento, enquanto primeira etapa do processo de transição do feudalismo para o capitalismo, junto à ascensão da burguesia e suas teorias como o liberalismo – regido pelos princípios de igualdade e liberdade, resultam no desenvolvimento do conceito de ‘homem dinâmico’, o qual pode mudar seu lugar na hierarquia social e seu destino a partir de seus próprios esforços. Assim, o individualismo que esses novos valores geram, se apresenta na esfera familiar, através da família nuclear e sua preocupação com a privacidade, isolamento e supervalorização da individualidade.

Sob uma outra ótica, Roudinesco (2003) aponta um olhar complementar sobre as transformações familiares, decorrentes das mudanças do papel da 'mulher' na sociedade. Descreve a família conjugal que conhecemos hoje como 'nuclear' - como resultado de uma longa evolução, do século XVI ao XVIII, onde numa primeira fase, a família dita 'tradicional' servia para assegurar a transmissão de um patrimônio, visto que os casamentos eram arranjados entre os pais sem que a vida

sexual e afetiva dos futuros esposos, em geral unidos em idade precoce, fosse levada em conta.

Num segundo momento, a família dita 'moderna' assimilou uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do século XX, fundada no amor romântico, que passa a sancionar a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnavais por intermédio do casamento, apesar de ainda valorizar a divisão do trabalho entre os esposos. Finalmente, a partir dos anos 1960, impõe-se a família dita 'contemporânea' ou 'pós-moderna', que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. A transmissão da autoridade vai se tornando então, cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam. (ROUDINESCO, 2003, Op. cit, p. 18 -19)

Descrevendo as formas de exercício do poder patriarcal no qual a família se centrou por muito tempo, a autora aponta que, enquanto herói ou guerreiro, o pai dos tempos arcaicos atuava como se fosse a encarnação de um deus. Com o Cristianismo, a paternidade biológica foi elevada a uma condição simbolizada pela colocação do masculino ao lado da razão e o feminino ao lado do passional, o qual não poderia deixar de se submeter à ordem marital, numa analogia entre religião e família, em que ambas as instituições deveriam perpetuar a soberania do pai.

Segundo Roudinesco (Op.cit), a dominação da figura masculina permanece constante até o final do século XIX, apesar da ruptura ocorrida no século XVIII, quando sua soberania começa a ser relativizada com o novo lugar que passa a ocupar - como o pai "domesticado", agora herói da vida econômica burguesa, cuja ordem familiar vai repousar em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação da mulher e a dependência dos filhos:

Reinvestido em seu poder, o pai será então um pai justo, submetido à lei e respeitoso dos novos direitos adquiridos em virtude da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Nessa perspectiva, o casamento mudou de natureza. Longe de ser um pacto da família indissolúvel e garantido pela presença divina, ele se torna um contrato livremente consentido entre um homem e uma mulher (...) Se o pai enfraquecia, se cometia erros ou injustiças, devia receber uma punição. É assim que a substituição do poder de Deus pai pelo do pater famílias abre caminho para uma dialética da emancipação cujas primeiras beneficiárias serão as mulheres, e depois delas as crianças. (ROUDINESCO, Op. cit, P.38-40)

Quanto às transformações no papel da mulher na sociedade – Roudinesco (Op.cit) aponta os conceitos de Freud como um meio racional de enfrentar a 'irrupção do feminino', através da releitura do Édipo e do estabelecimento de diferenças sexuais necessárias à manutenção da família, que também provocou mudanças no sentido de separar o sexo das coerções corporais, incentivando a admissão e apropriação de uma sexualidade, mas agora com as culpas e punições internalizadas. No entanto, após a I Guerra Mundial, a autora refere que as mulheres tiveram que aprender a não precisar dos homens, quando obrigadas a trabalhar para sobreviver. A literatura de Simone de Beauvoir escandalizava, em meados do século XX, ao defender a construção da identidade feminina ao lado da cultura e não pela ordem da diferença biológica, atacando o movimento patriarcal, separando feminilidade de maternidade e ato sexual de procriação, conquistas graduais da mulher, que com sua inserção no mercado de trabalho, ampliou seu papel social para além de simples função materna.

Decorrentes dos avanços no terreno da sexualidade, os contraceptivos possibilitaram coloca-la num suposto controle de seus desejos, lhe oferecendo um lugar considerado simétrico, quanto aos papéis parentais dentro da família. Hoje mais que simétricos, já que com a tecnologia existente, no que se refere às fertilizações artificiais, a possibilidade da chamada 'produção independente', como no caso de 'mães solteiras', produziu novas configurações familiares, o que nos leva aos questionamentos sobre a imprescindibilidade da *função paterna*, enquanto autoridade.

O uso do termo *função* pretende deixar clara a independência do papel exercido do gênero sexual de quem o exerce, entendendo-a como a interdição, a lei, a autoridade possível de ser representada e transmitida não necessariamente pelo pai, já que, conforme Sennett (2001, p.13), o vínculo de autoridade constrói-se a partir de imagens de força e fraqueza, onde a emoção – produto dos sentimentos e do pensamento – em sua dimensão moral - gera o ato de dar sentido ao mundo. Assim, Sennett (Op.cit, p.27) também afirma que a necessidade de autoridade é fundamental na orientação de crianças, como expressão de interesse ou preocupação por outrem e quando há o medo dela, destacando que autoridade implica em algo produtivo.

Zaluar (1998), também defende que o aumento de famílias chefiadas por mulheres, cuja entrada maciça no mercado de trabalho não mudou as idéias dos

papéis complementares dentro da família, ainda mais com fácil dissolução dos casamentos, afrouxamento da responsabilidade paterna, maior importância da revolução sexual do que com a criação dos filhos e recorrência ao trabalho infantil, faz com se busque um pai no universo escolar, o que explica, em partes, a adesão ao crime, já que hoje, o crime organizado toma conta de muitas escolas.

A partir dos estudos de Norbert Elias (1994) e Haroche (1998), Spaziari (2003), aponta que vivemos os efeitos de transformações inerentes ao processo 'civilizatório', enquanto modelo que opera pela lógica de contenção das pulsões – o que não é controlado, inclusive, as paixões do homem, defendendo uma “interdependência entre uma “psicogênese” do indivíduo e uma “sociogênese” do Estado”, permeado pelo desenvolvimento do individualismo e de novas relações entre o emocional e o racional, onde a família também veio a constituir-se lentamente dentro dos novos projetos da modernidade.

E se constituindo juntamente com o distanciamento do indivíduo da cidade e da vida pública, um processo crescente de decomposição do espaço público, de privatização e de ausência de negociação política, novas relações passam a se dar no interior da família, agora com espaço de intimidade, junto de novos ideais de liberdade e autonomia, valores que tiveram força nas transformações subjetivas no papel da mulher como indivíduo. Tomando-a como um lugar privilegiado enquanto exercício de sociabilidade e de educação, responsável pelo processo de sujeição do individual ao coletivo, a autora aponta que:

(...) cabia à família a experiência de governar os indivíduos no sentido de, por sua vez, dota-los de governabilidade. Esgotado este modelo, pelo questionamento contemporâneo à toda e qualquer idéia de sujeição do indivíduo, a seja o quem for, o pater famílias é também questionado em seu poder e em seu lugar. Introduziu-se no interior da configuração familiar, a questão democrática sobre o exercício de relações que sejam igualitárias. (SPAZIARI, Op. cit, P. 03)

Considerando a maximização dos valores de liberdade e igualdade que também foram apropriados pelas mulheres na luta por seus direitos, intensas transformações no modo de funcionamento relacional e hierárquico entre os gêneros foram produzidas. Assim, a crise da família também se traduz nos relacionamentos, com a busca do apagamento das diferenças e na tentativa de estabelecer relações

igualitárias, cujos reflexos também se deram nas relações entre gerações, no sentido da filiação, o muito nos interessa:

(...) a família, enquanto espaço de exercício de sociabilidade, uma vez negada em sua dimensão de configuração hierárquica pela ideologia igualitária, faz com que a questão intergeracional esteja hoje colocada em termos radicalmente diferentes. Há, atualmente, uma ausência, um não reconhecimento e mesmo um estranhamento por parte dos mais jovens sobre um saber que uma geração poderia ter a oferecer ou transmitir como herança. (SPAZIRO, Op. cit, p. 04)

Isto porque, se as gerações se diferenciam pelos lugares que ocupam na transmissão, cabe aos mais velhos oferecer aos mais novos os elementos simbólicos que os irão inscrever na cultura. No entanto, visto que as relações estão cada vez mais igualitárias, a transmissão está cada vez mais rara, não somente na família, mas também na escola e em diversos outros setores da sociedade. Assim Spaziro (Op.cit) ressalta que, se diferenças entre gerações tendem a desaparecer, não havendo apoio simbólico para a transmissão, não há o que legitime o fato da geração anterior deter um determinado saber ou autoridade.

Portanto, a valorização do princípio de igualdade produziu novos processos identitários e transformações na sociabilidade familiar, que atualmente, não reproduz a importância das trocas, mas multiplica a aversão à diferença, a independência, a autonomia, a individualidade e a recusa a pensar o 'outro' - constituições subjetivas contrárias às referências constitutivas do sujeito dadas pela teoria psicanalítica: "a confrontação, o reconhecimento e a negociação com um outro são processos inerentes às constituições identitárias". (SPAZIRO, Op.cit, p. 05)

Como efeito imediato da aversão às diferenças, as tensões que elas causam tentam ser eliminadas a qualquer custo, na defesa de um perfeito entendimento que caracteriza a falsa paz que também marcam as relações familiares. E se os sentidos de filiação e transmissão – destacados por Spaziro (Op.cit) como ponto de sustentação para a reprodução dos laços sociais vêm se perdendo, resultado disso são os projetos cada vez mais individuais, particulares, distanciados do público, do coletivo e do bem comum; subjetividades marcadas pelo desamparo, pela perda da crítica, de referências éticas sólidas e de inscrição social.

Nesse sentido, a construção do laço social requer que as diferenças sejam geridas baseadas na idéia do bem comum e não negadas em defesa de interesses

particulares, o que requer renúncias recíprocas. Neste ponto, retornamos a uma reflexão anterior, sobre o sujeito contemporâneo não implicado com seu meio social, não comprometido com qualquer noção de bem comum, que não se vê responsabilizado por nada, a qual Spaziro (Op.cit, p.08) traz um apontamento de extrema relevância: “se do ponto de vista ético, ser responsável implica em responder, (...) a quem e sobre o que devemos responder? (...) Não estaria a exigência ética articulada ao reconhecimento de uma alteridade constitutiva do sujeito?”

Pensamos então, de acordo com a autora, o sujeito contemporâneo vivendo sob a ilusão de que tudo pode para alcançar a felicidade, com um sentimento de onipotência reforçado pela ciência, pelos valores difundidos pela mídia e pela moda, com elevado grau de apatia e conformismo diante dos problemas sociais, com os quais não se implica - tipo de relacionamento que também permeia os vínculos familiares - sendo produto e produtores da horizontalização das relações – igualdade que derruba a alteridade e a autoridade.

Entre os estudos sobre a autoridade citados por Sennett (2001, p.41) nos interessa quando destaca que as pessoas se disponibilizam a acreditar em algo, não simplesmente por questão de credibilidade ou legitimidade das idéias, regras e pessoas apresentadas, mas por conta do que elas querem de uma autoridade, o que é tão importante quanto o que a autoridade tem a oferecer. Assim, obedecer por vontade própria implica no reconhecimento do poder como dotado de autoridade.

O autor acrescenta ainda, que a sociedade moderna produziu a vergonha da fraqueza, entendendo-a como dependência, e assim, “subordinados se defendem do sentimento de vergonha declarando a ilegitimidade dos superiores”, apontando que vergonha tomou o lugar da violência como um controle implícito (SENNETT, 2001, p. 131)

No entanto, Souza (1999) contribui significativamente ao refletir sobre a apropriação dos valores modernos e liberais pela sociedade brasileira, a partir da relação entre as leis trazidas e as práticas sociais resultantes, situando o contexto em que germinam as condições que possibilitam a atual percepção da lei, muito presente na sociedade brasileira e que atravessam muitas famílias. Assim, a idéia do ‘jeitinho brasileiro’ é trazida por Souza (1999), que através de um percurso histórico, aponta o transplante forçado das práticas características da sociedade portuguesa

no Brasil (Império e República), criando uma realidade da 'lei', do 'regulamento' e do projeto liberal, cujo estabelecimento imediatista e forçado junto à sociedade brasileira, "desrespeitou qualquer peculiaridade, qualquer costume, lei, jurisdição ou situação aqui constituídas, jurídica ou culturalmente falando". (SOUZA, Op. cit, p. 36)

Desse modo, destaca que o estabelecimento do projeto liberal e seu princípio de igualdade foram adaptados ao Brasil, de modo a manter as tradições hierárquicas aqui existentes. O transplante forçado de um sistema jurídico orientado por um modelo europeu, contrastando com a realidade, costumes e tradições brasileiras, produziu uma fissura entre o 'contrato social' e as práticas sociais, impedindo a junção das representações do Estado, suas instituições e seus sistemas jurídicos formais (Constituição, Código Civil e Criminal) com as experiências vivenciadas no dia-a-dia.

Essa fissura afetou o desenvolvimento de uma 'identidade nacional', ao induzir à busca de outros modelos identificatórios, gerando o reconhecimento de práticas sociais informais, originadas para dar conta da tão idealizada 'modernidade' e 'igualdade'. Assim, "o enorme aparato legalista que forjou a representação da nação como liberal não conseguiu e não consegue operacionalizar esse sistema, intervindo e modificando, de fato, a realidade brasileira", conforme a autora traz ao citar Calligaris (1992):

(...) a decepção sofrida pelo colono com relação à autoridade que legitimava seu sonho possibilita a construção de um significante nacional associado a uma 'espécie de impossibilidade' de encarar seriamente as instâncias simbólicas, pois estas sempre escondem uma violência que promete a escravatura dos corpos. A inscrição dessa decepção na memória nacional estrutura na subjetividade brasileira o cinismo frente à autoridade. (SOUZA, 1999, p. 72)

No entanto, essas condições não são vistas pela autora como anomias, mas como fatores que levam à constituição de códigos informais que possuem força e abrangência; normas e regras informais que orientam as relações, com caráter de lei e regulamentação social. Nesse contexto, surge o 'jeitinho brasileiro', como uma ideologia individualista, como estratégia de sobrevivência, como 'arma dos mais fracos', fundada em críticas às instituições, além de seu caráter de obsessão pelo estabelecimento do princípio liberal da igualdade.

5.1 A FAMÍLIA DIANTE DA LEI

Partindo dos aspectos relacionados ao reconhecimento da Lei, a Kehl (2002) descreve a crise ética contemporânea – ou ausência do que Pellegrino (1987) chama de perspectiva político-transformadora - na medida em que a lei não é reconhecida, mas não a lei criada – lei jurídica, mas a lei mítica que impõe a renúncia ao excesso de gozo e que a tradição, a educação e outras formações da cultura tentam garantir, através de uma credibilidade imaginária que fundamenta a transmissão da lei de geração a geração:

A transmissão, assim como a origem da lei, se inscrevem no inconsciente; sua inscrição subjetiva se dá por meio da linguagem, mas sua consistência imaginária é preservada pelas grandes formações da cultura. A incidência da lei sobre os sujeitos rouba-lhes uma parcela de gozo que é tributada à linguagem e à vida em sociedade (KEHL, Op, cit, p. 13)

No entanto, se nas sociedades modernas os valores de liberdade, autonomia, individualismo e narcisismo têm seus ideais direcionados para o gozo e o consumo e não para o bem comum, a obra coletiva, a negociação, a crítica e a perspectiva político-transformadora, cada pessoa se vê como ‘pai de si mesmo’, sem nenhum compromisso com os antepassados ou com os laços com seus semelhantes, o que significa, segundo a autora, que a crise quanto ao reconhecimento da lei, se refere, antes de tudo, ao “não reconhecimento da dívida simbólica para com a coletividade”. (KEHL, Op.cit, p. 14)

O imperativo de renúncia ao ‘gozo pleno’ - representada pela lei - perde sua sustentação na cultura justamente porque o apelo contemporâneo ao gozo pleno, e não ao gozo em suas facetas culturais, dificulta o reconhecimento da lei, resultando em mais angústia diante da exigência dessa satisfação plena. Assim, conforme Kehl (Op.cit, p. 18), quando um código passa a ser questionado é porque sua sustentação simbólica inconsciente não está se mantendo, já que colocada em cheque por outros pactos, outros códigos.

De acordo com Zaluar (1998, p.297), os códigos e leis da quadrilha - enquanto um dos centros de reprodução da criminalidade como meio de vida – via ensino de suas técnicas, transmissão de valores, história de seus personagens e internalização de regras de sua organização, não só opõem-se à família, mas com

ela compete, também em decorrência da fragmentação do que chama de organizações vicinais - escola, esporte e cultura – e da família mesmo, facilitando o domínio dos grupos de traficantes no poder local, que por sua vez “aprofundou a ruptura dos laços sociais no interior da família e entre as famílias”.

Zaluar (Op.cit) aponta outras explicações para o crime e a violência, como a alimentação dos empreendimentos econômicos criminosos enquanto saída contra o desemprego e dos crimes negócios, que hoje atravessam todas as classes sociais, inclusive as instituições que deveriam combatê-la, gerando a falta de credibilidade do governo e de confiança mútua, sem as quais não há relação social estável, pois denuncia o descompasso entre a lei e as práticas institucionais, o que nos remete ao ‘jeitinho brasileiro’ de Souza (1999), aspectos bastante evidentes na história e no discurso de João.

No entanto, ao trazer apontamentos referentes à perda do sentido civilizatório de muitas atividades e organizações, colocando nesse papel o samba e o carnaval, ressalta fraqueza de formações coletivas direcionadas a objetivos construídos a partir de uma determinada história destituindo de valores éticos e políticos os elementos que são transmitidos.

E se somado ao não reconhecimento da lei mítica de Kehl (2002) ou à fragilização do pacto edípico de Pellegrino (1987), o pacto social também se mostra rompido, não garantindo a possibilidade da transmissão da lei da cultura, leis outras se fazem valer para dar conta do imperativo do gozo – edípico ou social:

A lei serve pra mim... pra nada... pra mim a gente não precisa de nada ...
E - Se ela não existisse como que seria o mundo?
Se ela não existisse também não ia existir polícia nem ladrão... porque não ia precisar. Se ela não existisse não ia existir muro nem cerca. Porque foi o homem que inventou isso aí... a ambição do homem... criou as primeiras leis, conseqüentemente, eu sempre falei... leis e regras não foram feitas pra ser seguidas. Foram feitas pra ser quebradas. (JOÃO)

Bucher (1992, p. 477), considerando a lei, do ponto de vista social, como um instrumento de normatização de regras que se tornaram obrigatórias para a manutenção da ordem e do desenvolvimento da comunidade, nos remete à necessidade de levar em conta a cultura de tal família, enquanto o sistema de valores que ela constrói, já que é ela que irá produzir as regras de seu microsistema psicossocial, o que nos retorna à transmissão. Em suas pesquisas, a lei, de modo

geral, é vista como um instrumento de proteção pessoal contra o que é ameaçador e não é possível controlar. Em alguns casos essa idéia sofre deturpações e a lei é percebida como sendo para a proteção dos ricos e não para a proteção de todos, permanecendo à margem da realidade vivida pelos pobres, o que conseqüentemente, acarreta na criação de sistemas próprios de leis, regras e normas que muitas vezes são contraditórias com as leis vigentes na comunidade. Desse modo, o uso da força física como fator que determina a lei e se torna 'a lei dos mais fortes', passa a ser o padrão de muitas famílias que convivem diretamente com a desigualdade, não somente econômico-social, mas principalmente jurídica.

Zaluar (1998) aprofunda as reflexões ao afirmar que, dentre os motivos para aceitar fazer parte de um grupo armado hoje, não se trata de guerra civil entre classes sociais ou entre polícia e bandido, descrevendo a predominância de um 'etos guerreiro', carente de operadores simbólicos que sustentem a lei da cultura:

Vivem de fato, segundo as regras da vingança privada, graças à predominância de um etos guerreiro e à ausência de uma instância jurídica, estatal ou não, na resolução dos conflitos. Junto a outras crianças e adolescentes, morrem numa "guerra" pelo controle do ponto de venda, mas também por quaisquer motivos que ameacem o status ou o orgulho masculino dos jovens em busca de uma virilidade – de 'sujeito homem' – como afirmam – marcada como resposta violenta ao menor desafio, por conta de rixas infantis, por um simples olhar atravessado, por uma simples desconfiança de traição (...). Despojados dos hábitos da civilidade que já haviam penetrado o cotidiano das classes populares, um homem, nesse etos, não pode deixar provocações ou ofensas sem respostas; e deve defender sua área, pois a tentativa de invasão do inimigo também é interpretada como emasculação. Recebem ainda, o aval das mulheres que passam a valorizar o etos guerreiro como sinônimo de proteção. (ZALUAR, 1998, p. 296-297)

Neste ponto, a autora destaca que a fama de matador entre os jovens, sobretudo quando devidamente registrada no jornal, com nome e foto, é comemorada como a conquista da glória, a saída da obscuridade pessoal, não importando o teor da notícia ou a imoralidade do ato, pois não é o ato de praticar o crime que é visto, mas a foto ou o nome de seu autor no jornal, conteúdos presentes no ato infracional de Antonio – o homicídio de um estuprador – onde o desejo inconsciente da fama e do reconhecimento se dá por seu caráter de sedução, em especial das gurias, através da proteção e da 'justiça' que a atuação do 'etos guerreiro', da coragem do enfrentamento com a lei por outrem, trazem em sua fantasia. Para Antonio, predomina a defesa da lei do crime por seu poder de

oferecer e sustentar a proteção que o capacita a ser reconhecido como justo além de lhe dar subsídios para a sedução:

Ah, é uma lei que não tem futuro, não tem por quê senhora, é uma lei muito rígida que eles faiz. Mais numa parte senhora, tem coisas que acontece em favela memo, que nem estupro, esses negócio, muitas vezes a polícia não faiz nada. Igual esse estropador que eu matei, sabe o que a polícia falou pra mim? Eu fui, falei com ele e tudo, falei com ele na frente da minha, tava eu e minha ex-mu... a zica da Janaína lá e tal. Comecei a conversá com ela e tal, ela pegou, falou e tal, que o moleque tinha tentado estropá ela e tal. Ah, sabe o que ele falô? Ele pegô e falô: “não quero saber de nada. Antonio não é criminoso? Vai lá Antonio. Mata ele. Eu não vou me envolvê, deixa ele estropá, a mulher não é minha memo. Ah, aí eu fiquei muito loco. Aí eu já fui e matei. É uma coisa que, se for ladrão, ladrão não deixa, tá ligado? A senhora não queria ser estropada. Nenhuma mulher queria sê estropada. Coisa, é uma coisa deselegante pra caramba né senhora. Aí é o seguinte, numa parte, tem lei também senhora, que o Comando faiz, que é bom pá todo mundo. Até pá zé povinho memo aí ó.

E – Zé povinho é quem não está no crime?

É. Tipo, na malandragem, fala isso aí... zé povinho. Até pá população ali, entendeu senhora, numa parte é bom. Por isso que tem favela que a população, como eu posso falá pra senhora, passa pano, tipo, cuida dos ladrão e tal. Porque sabe que o quê eles tão fazendo, eles tão fazendo melhor que os polícia. Tipo ajudá memo a população. Tem ladrão que, memo da quebrada onde eu morava, dá cesta básica, dá não sei o quê lá, dá isso, dá aquilo, dá dinheiro. Eu memo já paguei um aluguel, uma cirurgia pá mãe da, pá mãe da Francine. Ela falô que eu paguei porque eu tava querendo ficá com a fia dela ainda (rindo), mai não tinha nada a ver, ela tava brincando e tal, mai acabei ficando com a fia dela. Aí firmeza e tal. É, por causa de uma besteira lá que aconteceu lá. Aí firmeza, ela tava precisando... Era três e pouco, pro coração era a cirurgia, era três mil e pouco e tal e faltava dois e oitocentos e tal. Aí eu falei: “vô dá um jeito e tal, vô tê que arrumá esse dinheiro”. Aí eu saí pá robá, pá pagá a operação pra ela... Nisso aí deu tudo certo, paguei a operação dela e tal. Aí passô uns dia e tal, o genro dela, era pé de pato – que não gosta de ladrão, mata, mata, igual ladrão, só que não gosta de ladrão, corre com polícia e tal... Aí eu tava na biqueira, já tinha juntado uma pá de dinheiro, pá uma pá de população, tipo, eu já dei cesta básica pá mãe da Isa, ajudei um pá de gente. Ajudei a Janaína se levantá na favela e tal. Aí firmeza, aí esse pé de pato falô que ia me matá. Aí, ele era o namorado da fia dessa mulher. Aí ela chegou ni mim e falô: “Antonio, tô sabendo que o Fufu é pé de pato e eu não quero que ele fique com a minha filha e tal”. Então o marido dela que falô pra mim: “toma ela dele e tal”. E eu: “como eu vô tomá sua fia do cara? Ela gosta dele”. Aí ela falo: “não, ela não gosta dele, ela gosta do cê, ela já falou pá nois que gosta do cê, que acha ocê bonitinho e tal.” Falei: “não, não vô ficá com ela não e tal, melhor não, só vô arruma pá cabeça”, que nós tinha conversado, que eu não ia me envolvê cos cara e os cara não ia cruzá meu caminho nem eu cruzá o caminho dos cara. Aí eu peguei e falei: “não, não vô fazê isso não, vô acabá passando como errado e tal”. Aí eu falei: “não, se ela tivesse terminado com ele eu podia até bolá uma idéia com ela e tal”. Aí firmeza e tal. Aí foi, eles terminaram, a Francine terminou com o Fufu e tal. Mas eles terminaram memo porque quis, tá ligado senhora. Aí eu peguei e comecei a fica com ela e tal, mai nem... Nem gostei dela. (ANTONIO)

Para João, seu envolvimento com o homicídio não releva o desejo de fama e reconhecimento já que predomina a importância do cumprimento da lealdade familiar - a proteção à família que lhe é imposta pela mãe e outorgada pelo pai - tendo por sua história, um adolescente que transita entre situações em que, ora o homicídio, ora a evitação dele podem representar a fidelidade ao sentimento de pertença familiar, desde que cumpram o fundamento básico do inconsciente familiar – a proteção de seus membros. Assim, a proteção à família, ‘encobrendo’ atos de seus pais e da irmã, pela manutenção do segredo familiar de que se for pela e para a família tudo é autorizado, impõe a João, a renúncia ao desejo da fama.

Para Pedro, o desejo do reconhecimento coloca em jogo outros elementos – não a proteção à família ou outros – mas a proteção a si mesmo – como quem deseja mostrar que é capaz de destruir e punir quem lhe causa humilhação, frustração, desamparo, lhe engana ou interdita seu desejo – efetivando a identificação com o pai que assim lhe garante compartilhar do sentimento de pertença familiar, pois assim passam a percebê-lo:

Começou a percebê quando eu saí de casa, da casa dele, e voltei lá po meu bairro. Aí é o seguinte: até então, minha mãe não sabia. Até que eu matei um cara. Eu matei um cara, eu tinha doze ano. Foi meu primeiro homicídio. Foi mais ou menos nessa época memo aí. Eu matei ele porque é o seguinte. Eu tava com a minha bicicleta, tava vendendo minha droga. Aí eu ia roubá um cara que fazia entrega tal e, depois de duas semanas ele vinha colher o dinheiro. Aí esse cara veio enchê o saco... Aurélio era o nome dele. Veio enchê o saco: “Nossa, olha essa bicicleta aí... “ Aí eu falei: “eu vô roubá o cara aí”. E ele: “não, e essa bicicleta aí, vamo vê, essa bicicleta é nervosa, aí ...”. Mas falando normal, tipo, seguindo no tráfego. Aí é o seguinte, né. Até então, era uma bicicleta... Aí o cara veio... Quê que eu ía fazê: eu ía jogá a bicicleta na frente do cara (do carro), pro cara pára o carro, tipo, como se ele fosse me atropelá, aí ele ia parando. Nisso aí eu fui catá o revólver, ele catô a bicicleta e... Aí eu perdi o cara, de roubá o cara. Aí é o seguinte, senhora. Eu fui falar pra ele, ele veio, me deu um tapa na laje, na oreia. Ah, foi... Chorei, chorei, chorei, chorei de soluçá mano. Falei, eu tava decidido: “eu vou matá esse cara. Vou acabá com a vida dele”. Nisso, ele conhecia minha mãe e meu pai. Só que ele tava muito loco de goró. Minha mãe presa; meu pai morava no Clube. Aí é o seguinte. Certo dia ele tava à vinte por hora, vindo, quase pá parar na padaria. Aí o seguinte. Passei de bicicleta, com a mema bicicleta. Passei, voltei, e o seguinte: parei na porta do carro dele senhora. “E aí Aurélio, o seguinte: por que cê me deu um tapa na oreia?”. Ele: “não, esquece isso aí, tava bem loco”. Falei: “bem loco? Então tó”. Chamei logo nos seis. Dei seis tiro na cara dele. Onde ele tava no carro, ali memo ficou, jogado. Nisso aí é o seguinte: nisso aí, saiu mó comentário: “nossa, não sei que têm...”. Ah, fica famoso né, por uns tempo. “Ah, moleque é ruim, né, não sei o quê”. Nisso aí meu pai ficou sabendo. Até então a policia nem tchum. (PEDRO)

Dentre outros homicídios que Pedro conta, o que lhe trouxe para a Fundação é classificado por ele como o sexto, pelo qual é privado de liberdade e o único ato que diz repensar, avaliando hoje o motivo pelo qual matou – por ter sido ‘tirado’ – passado para trás. No entanto, seu relato sobre esse homicídio, o modo como o planeja, como age, o que faz, com riqueza de detalhes e com a entonação de voz e emoção como quem revive o ato:

Eu cometi vários homicídio e hoje eu não... Tem uns que eu páro e penso. O último cara que eu matei, eu matei ele dia primeiro de agosto. Vai fazê dois ano. E eu pensei, esses tempo agora, falei: “pô, eu matei o cara, porque o cara mexeu no que é meu”. E eu falei pra ele: “é o seguinte, isso aqui é migalha, isso aqui é migalha”. Sabe o que a molecada que trabaiava pra mim tava fazeno? Vamo supor, dou um quilo de cocaína na mão do gerente, falo assim: “cê tem que me dá tanto”. “Faz 2400 papel” e tava fazendo 2800, sendo que o papel é de 20 - vende horrores, e é o seguinte: tava fazendo 2800, 400 a mais. De 20, vê quanto já não dá. Então é o seguinte, ele pegava o dinheiro pra ele fingindo que tava me enganando. Então tá bom. Tá bom, isso memo. “Ninguém vino reclamar já tá bom, mais num pode hein”. Sempre falava, sempre falava: “Aí, não pode fazê isso, e tal”. Os moleque que trabaiava, eu falava, era dois policia por dia, que vinha, cada um é tantos papel que cês tem que dá, que os policia usa. Tá bom. Às vezes policia nem vinha, já desmarcava. Era tantos que eu contava. Tá bom. Não tô ligando. Aí é o seguinte: pá usá, pega uma gotinha d’água, usa o que eles tem que usá e faz assim no papel. Aí, manda po patrão diz que tá emplastrado. Fala assim: “tava emplastrado isso aqui”. Como se a farinha minha tá ruim. E os outro comprando, de monte. Tá bom. Só que esse cara aí ele não pediu. Ele foi e robô. Falei: “é migalha mano”. Aí, certo dia, num domingo, por isso que eu acho que foi dia primeiro, foi num domingo. Foi em agosto. Eu tava em casa e tal, aí o seguinte: tava conversando com a minha mãe e tudo, tinha mai alguém lá em casa, não lembro quem era. Sei que a minha irmã tava lá em casa, meu cunhado. Aí esse cara aí foi me chamá. Eu já tinha colocado ele no meio do caminho, falei pra ele exprementá uma droga. Aí o moleque falo: “não, vou dormir”. Falei: “é, cê é um preguiçoso tamém”. Tirei até uma mula com ele. Aí falei: “um dia cê vai lá em casa que cê vai exprementá uma droga, uma droga boa e tal”. Aí num domingo, quatro hora da tarde ele foi. Foi lá em casa e eu saí. A hora que eu vi que era ele, eu fui lá, tava sem camiseta, coloquei um revólver pequeno na cueca, aí saí e é o seguinte. Eu subi com ele, ele falou que ia no bar trocá um dinheiro. Falei: “vai lá”. Catei a bicicleta, descí lá na casa da Rosana. Catei duas faca. Duas faca ruim por sinal ainda. Aí o seguinte, enquadrei ele. Falei: “é o seguinte, se cê corrê eu estoro sua cabeça aqui memo”. Ele falou: “mais ce qué mi matá”. “Te matá por quê?”, eu falei. Ele: “Porque eu te robei”. Foi só o deixa... Ele falou que me roubou (rindo). Aí conversa vai, pra baixo de casa é um mato, coloquei ele sentado em cima de um cupim, conversa vem, ele falou: “eu catei, tal, mai eu vô te pagá”. Falei: “meu, se você fosse me pagá, cê não ia catá, cê ia pedí. Eu te dou. Isso aqui eu te dô, isso aqui é migalha. Cê não mexe no que é meu. Eu só quero o que é meu. Não quero o que é de ninguém não”. E ele já se complicando, se complicando, dei logo um ‘pipa’. Dei logo um pipa, cortado, era época de pipa eu lembro... Dei uma facada aqui nele. Aí ele começou a lutá, falei: “vou matá o cê na bala, se cê num pará de gritá e tal”. Aí nisso aí eu comecei a dá um monte de facada. E o moleque que tava comigo correu, foi pá cima do barranco. Eu: “vem qui, vem qui”. Aí tinha um moleque – Wendel – moleque é crente, tava no meio da mato. Falei, “aí, cê num viu nada, some daqui, some daqui cê num viu

nada”. Aí ele pegou saiu na hora. Ficou em choque. Aí eu peguei, dando facada e nada, dando facada e nada. Só entrava um pouco. E eu tava ficano bravo já senhora. E o cheiro de sangue subiu e eu com vontade vomitá. E eu dando facada, facada, facada nele. Até que eu enfezei, dei na cabeça. Na cabeça entrô e não queria mais saí. Aí eu tirei. Coloquei o pé na cabeça dele e tirei. Nossa, foi violento. Ódio senhora. Eu lembro que... Vou falá uma coisa pá senhora que eu acho que é sobrenatural. Tinha um grilo cantando e eu dando facada nele. Aí eu gritei: “Ahhhhhhhh”, fiz assim, aí o grilo parou. O grilo parou de cantar senhora. Aí eu peguei, comecei a dá facada aqui nele, aí eu dei uma nervosa, severa, pegou bem aqui assim... bem no baço dele. Aí a faca entrô linda. Aí eu já vi que saiu uma gordura branca. Catei, sabe... sabe essas madeira que marca ponto de ônibus, amarelo e preto? Catei aquela lá e dei três na faca. Só ficou um tamanho do cabo assim, pra fora. Eu peguei, enfiei a mão e tirei. Aí espirrou um monte de sangue ni mim. Ah, e pá puxá o menino? Pesado. Dezenove ano ele tinha. Aí o seguinte, fui, puxei ele, aí no que eu puxei ele, o moleque ajudou eu puxá ele. Aí o seguinte: eu meti fogo nele senhora. A hora que eu meti fogo nele, já tava morto a hora que eu meti fogo nele. Mas tava tudo feio. Aí eu catei o chinelo dele dei pu moleque. “Tó po cê”. Ele tava com um chinelo novo, né. “Tó po ce”. Aí eu peguei a camiseta dele, taquei dentro de um buraco assim... (PEDRO)

Assim, para Pedro, a destruição de quem lhe engana ou lhe rouba é ato sancionado no inconsciente familiar, cuja autorização sabe existir desde pequeno, quando também presenciou o posicionamento que seu pai tomou diante do fato de ter sido ‘sacaneado’:

E uma vez eu vi meu pai torturando uma mulher na cama. E eu tinha medo, eu achava que essa mulher ía vim me pegá senhora. Porque a mulher sumiu com droga dele, alguma coisa assim. Aí no outro dia meu pai catô ela, amarrou, começou a torturar ela, só que, sabe, antena de carro? Ele começava a bater nela com aquilo, e ela gritava e ele amarrava a boca dela. Ela tinha roubado acho que dinheiro; ela fez uma sacanagem lá e tal. Aí o seguinte, minha mãe: “Não, ás vezes não foi ela”. Em casa tem um jardim de inverno. O jardim de inverno é aqui, aqui tem aquelas porta que abre assim, sabe, de madeira e uma de vidro, e era o quarto da minha irmã, e eu ficava ali espiando. Teto tipo solar assim, por causa das planta, e eu ficava espiando. Nisso aí que eu ficava espiando minha mãe amarrava uma fita preta e uma vermelha na lixeira e falava: “Não, o Téio que catô o dinheiro, e tal. O Téio escondeu o dinheiro. Filho, cê cato o dinheiro da mãe? Eu não catei mãe, eu não catei”. E meu pai pegando a muié. Aí passou o outro dia, achou o dinheiro embaixo do tapete do sobrado de uma outra casa. E eu, eu tava rabiscando a parede com uma canetinha verde ainda, eu lembro, tava rabiscando, vivia rabiscando, a parede. Minha mãe falava: “Rabisca, rabisca que depois a Elza limpa”. Elza era empregada e governanta ao mesmo tempo. Aí rabiscava, não tava nem vendo. Aí minha mãe falou: “filho, achei o dinheiro”. Falou pro meu irmão Téio. “Acho e tal, cadê?” E tinha um monte de dinheiro memo. Aí o seguinte, essa muié já tava tudo destruída e tal. Meu pai colocou ela no carro e sumiu com ela. Nunca mais vi ela. Depois fiquei sabendo que meu pai tinha matado ela senhora. (PEDRO)

Bucher (1992, p. 478) ao trazer o contexto de inversão de valores gerada por situações onde o bandido, para muitas famílias, passa a ser uma pessoa de respeito e simpatia, principalmente para os mais jovens, já que com nome e retrato nos jornais e televisão, tornam-se símbolos de poder, podendo até se transformar em 'justiceiros' ou em pessoas reconhecidas pela capacidade de oferecer proteção, indica a confusão dos códigos de valores, já que "o mais fraco têm que camuflar, enganar, burlar as leis que são feitas contra eles". Além dessa inversão de valores, João e Antonio passam pela inversão de papéis, onde a relação com o pai demanda a inversão de papéis e respectivas funções.

Bucher (Op. cit, P. 478) acrescenta ainda que nas famílias de adolescentes que praticaram algum crime, há uma total alienação face às leis vigentes, independentemente da classe social, onde a lei maior não é respeitada, sendo por vezes desprezada, conclusão que descreve a partir de sua pesquisa, onde as leis para uns é descrita como pertencente aos livros e para outros à classe social ligada ao poder, como diz João:

Pra minha família, assim, eu errei, eu tô pagando. Minha família acha assim. Mas eu penso diferente. Eu acho que a lei do homem é uma lei falha. Porque eu, que sou pobre, com um assalto, vou preso. O homem com uma caneta rouba duzentos mil, trezentos mil e tá aí na rua. Eu acho assim, se eu vou preso por roubar cinqüenta mil ou sete reais, o cara lá tem que ser preso também por roubar lá, trezentos mil, matar tanta gente só por uma assinatura. Essa é a minha visão da lei. "Burocracia do mundo" - minha mãe fala - "é, mas é o mundo..." Mas eu não aceito esse mundo. Eu não quero que ele seja assim... E eu não gosto de quem é o mundo.
(JOÃO)

Para Antonio, a lei da sociedade não existe. O que existe em seu universo é a lei da periferia, feita pela população e pelo crime, não apontando somente o crime organizado como autor das leis informais:

Ah, pra mim a sociedade, não existe lei da sociedade não senhora. Na periferia é a lei da favela senhora. Ali a lei quem faz é a população memo.
E - A população ou o crime?
O crime né senhora. O crime organizado mas com a população, Porque tem coisa que o ladrão faz, que nem o prefeito do bairro ali faz. Antigamente na quebrada não tinha nem Postinho. O patrão da quebrada, que era o finado Roberto, antes de eu começá a andá com ele e tal, ele foi lá, conversô com o prefeito, disse que se o prefeito não arrumasse o postinho, ele ía ta dando um jeito de prejudicá com o prefeito e com... ah com o pessoal lá, da alta, tá ligado, ele tinha condições, que ele tinha advogado bom, tinha dinheiro tamém né senhora. Porque o crime, por mais podre que ele seja, ele não admite falha. O crime é podre senhora, é podre,

pior coisa que existe é o crime. Aí é o seguinte, aí ele pegou, arrumou o Postinho de saúde e tal, farmácia, uma pá de bagulho ele conseguiu pá quebrada, tá ligado. Mandô asfaltá a quebrada e tal. Pagou, porque tem que pagá o asfalto, não sei se a senhora sabe, senhora sabe? Tem que pagá o asfalto e tal, não sei quanto lá, ele pagô, pá metade da favela ele pagô e tal. Aí passou uns dia um pé de pato matô ele e tal. Por isso que eu falo que tem coisas na lei do ladrão que é mais valorizado que na lei dos... ah, desse pessoal aí. Presidente, esse pessoal aí. (ANTONIO)

Neste ponto residem os argumentos que muitas vezes são utilizados para justificar a transgressão praticada por seus filhos e para a própria maneira de encarar as leis - os crimes políticos, de colarinho branco, as corrupções e as vantagens dos mais 'poderosos', gerando questionamentos como o levantado por Teixeira (2006, p.59): “será que essa lassidão moral nas camadas superiores da hierarquia política do país se espalha pelo tecido social ou será que os deslizos do cotidiano, por sua vez, impedem que se enxerguem em sua plenitude os desmandos dos governantes?”.

É certo que as atitudes éticas, ou não, dos governantes, interferem de alguma forma nos comportamentos dos cidadãos, o que nos mostra a necessidade de pensar acerca do papel das lideranças no momento de direcionar as ações, não só no plano individual, mas também coletivo. Assim, “se são maus exemplos, mais as pessoas vão se sentir liberadas para recorrer a ‘jeitinhos’ e ‘tirar vantagens’”. (TEIXEIRA, Op.cit, p.60)

O resultado de uma pesquisa do Ibope apresentada pelo autor – “Corrupção na política: eleitor vítima ou cúmplice?”, onde duas mil pessoas foram entrevistadas, revela que “a população repudia firmemente a corrupção, mas comete e tolera desonestidades” (TEIXEIRA, Op.cit, p.60), se referindo ainda, ao clássico ‘Raízes do Brasil’, em que Sérgio Buarque de Holanda fala da tendência do brasileiro a se guiar por princípios familiares ou afetivos, mesmo em questões públicas e coletivas. Cita ainda, Roberto Da Matta, o qual teoriza sobre a colocação de interesses privados a frente de tudo, reconhecendo direitos de quem é parente ou amigo e tratando o Estado como extensão da casa – questões inerentes ao nepotismo, além de denunciar o relativismo dos critérios éticos, que torna o desejo individual a medida de justiça das coisas.

As referências para o entendimento do contexto no qual se dá a dinâmica de introjeção da ‘lei’ e do sentido de autoridade pela criança, assim como os eixos de

sua sustentação, a partir dos fatores que impulsionam a criação de 'uma lei informal' como o 'jeitinho brasileiro' - ainda que enquanto prática de sobrevivência ou forma de 'defesa' contra o processo de desvalorização e desqualificação social - mostram que a constituição psíquica e histórico-social desta família possui implicações diretas na ruptura de seus filhos com o sentido de autoridade e de lei, quando o discurso do crime encontra solo fértil.

E se para a psicanálise a constituição subjetiva não se forma fora do laço social, o discurso do crime que pode emergir no espaço deixado pela ausência de discurso ético de uma autoridade parental, também divide o espaço com o discurso da pobreza e do perigoso, grande fonte de audiência nos noticiários. Na história de Pedro e Antonio, a representação do 'perigoso' se mostra presente dentro da própria família, quando ambos descrevem o medo que causavam para a mãe:

Eu lembro que minha mãe era meio assim... Minha mãe acho que tinha medo de mim. Uma vez eu cheguei em casa cheio de sangue. Guardava a arma... Achava que em casa era fazenda, tinha uma doze, guardava na copa. Ela tinha um receio sim, senhora. Acho que ela achou que eu tava ficando louco, pelas atitude que eu tava tomando. (PEDRO)

Não, minha mãe sabia e tal. Sempre soube mais não falava nada, porque ela tinha um pouco de medo senhora. De mim não, do jeito que eu tava agindo naquela época. (ANTONIO)

Rosa (1999) discute como superar o discurso determinante da prática delituosa, sem colocá-lo como mera vítima da exclusão, mas mostrando como tal discurso potencializa o 'ideal de poder gozar fora da lei'. Retomando Freud, aborda sua preocupação frente ao avanço da modernidade e à constituição de uma subjetividade onde a liderança do pai desaparece, já que a subjetividade para a psicanálise se constitui a partir do discurso constituído pelos significantes sociais que operam no nível da dialética - superego versus ideal de ego. E se as normas, os ideais e a identificação se apóiam em insígnias paternas, derivadas da função paterna, a queda do significante pai resultou numa fragmentação no nível familiar. Assim, em seu fundamental papel na transmissão dos sistemas simbólicos e enquanto expressão do modo de organização de seu funcionamento, a partir da classe social, grupo étnico e religioso em que está inserida, "a adolescência expõe a cena social presente na base familiar" (ROSA, 2002, p. 03).

5.2 A LEI DA FAMÍLIA

*De geração em geração todos no bairro já conhecem essa lição*¹⁶

Considerando que a realidade psíquica inclui o social, sobretudo pela estrutura da relação de desejo do indivíduo com o outro e a imagem de si mesmo, imprescindível falar da família em seu papel na constituição do sujeito, em seu desenvolvimento emocional, estando a 'lei paterna' - que direciona a estrutura psíquica a partir do pacto edípico - diretamente implicada por características peculiares, resultantes de modificações, transformações e adaptações para dar conta das mudanças da própria sociedade e do modo de lidar com a 'lei social' – o pacto social. Assim, de acordo com Winnicott (1993, p. 59), “o modo pelo qual organizamos nossas famílias demonstra na prática o que é nossa cultura”.

Enquanto grupo social diretamente implicado na construção da subjetividade e da identidade de um novo membro, tanto em seus aspectos psíquicos quanto sociais, Lane (1991), destaca a importância da atuação do grupo familiar no processo de 'socialização primária', quando a criança constrói sua representação de mundo, a qual será confrontada no processo de 'socialização secundária', principalmente na adolescência, quando entra em jogo sua estruturação psíquica peculiar, que irá direcioná-la na maneira de enfrentar tudo que é desconhecido, novo, diferente, divergente, estranho, ou seja, momento de busca e construção de novos significados, relações e experiências que irão participar da constituição de sua identidade.

Para Winnicott (Op.cit, p. 60), a família tem seu próprio crescimento, onde a criança experimenta mudanças conseqüentes da gradual expansão familiar e suas tribulações. Sendo assim, a família protege a criança do mundo, o qual vai sendo introduzido aos poucos, via tias e tios, vizinhos, primeiros grupinhos de crianças e por fim, através da escola. Importante a colocação do autor de que essa introdução gradual do ambiente externo é a melhor maneira de levar uma criança a entrar em

¹⁶ Marcelo Yuka. Faixa – Tribunal de Rua. Música – O Rappa e Negralha. CD Lado B Lado A. Warner Music Brasil Ltda. WEA. 1999/2000.

bons termos com o mundo mais vasto, e segue de modo exato o padrão pelo qual a realidade externa é apresentada à criança.

Nos relatos de João, sua infância é atravessada pelo alcoolismo do pai e seus conseqüentes episódios de agressão, deixando implícito que, quando mais velho, para proteger a si e a família da violência, também recorre ao tamanho e potência física para lidar com os conflitos:

Ah, quando eu era pequeno, tinha uns quatro, cinco anos, foi a primeira vez, primeira lembrança que eu tenho de uma agressão dentro da minha casa. Alcool. Alcoolismo. Ah, depois que eu fui crescendo, né senhora, a gente pega um certo tamanho que a gente também põe respeito dentro de casa. Aí, meu pai deu na loucura dele de bêbado de mandá eu embora de casa. E eu também tenho sangue meio quente, fui. Me deparei com a vida na rua que era totalmente diferente da vida que eu conhecia. Por pouco tempo foi. Fiquei pouco tempo só, na rua, voltei pá minha casa. Meu pai já chegou a mandar eu embora com dez anos de idade de casa. Mas eu fui, mas vortei, né. Dez anos na rua, acho que tem que ser muito forte pra conseguir sobreviver. Não tinha toda essa força não.

Assim, minha mãe sempre foi muito calada. Só se expõe pra defender os filhos, defender minha irmã. Única vez que ela se expôs pra defender... Mas ele chegava bêbado em casa, querendo brigar com ela, ela se trancava dentro do quarto. Chegou a quebrar a porta do quarto dela, pegar ela de lá. Assim, quando era novo, via ele como um monstro, não via ele como um pai. Aí eu fui crescendo, aí ele viu que minha realidade não era aquilo que ele queria, a realidade que todo pai quer prum filho, acho que é estudar bem, gostar de escola, ter o boletim em dia. Isso é uma coisa que nunca fiz bem - estudar, nunca gostei de estudar não. Minha vida, sempre preferi ficar, ir buscar na rua, correndo, me mantendo, talvez um pouco de dinheiro pra mim, de um jeito ou de outro e assim é essa vida que é de infância.

E - Você saía da tua casa todos os dias pra ir pra essa favela. E a tua mãe tinha consciência disso, seu pai?

Não, dizia que ía pra escola. Mas ás vezes, senhora, o que eu aprendi na rua escola nenhuma até hoje não ensina. A vida, senhora. Porque eu posso aprender matemática, história. Sei lá quem era Pedro Álvares Cabral lá, mas a realidade da rua escola não ensina, senhora, é isso que eu preciso, que eu, e quem mais se encontra aí em conflito com a lei necessita né, senhora. (JOÃO)

Porém, a vida na periferia, que se torna o contexto de seus primeiros laços sociais, quando o pai lhe manda embora de casa, é onde verbaliza encontrar cuidado e proteção a família não dava, lhe apresentando também, a malandragem, o que avalia como ítem necessário para seu fortalecimento diante das adversidades, para o enfrentamento do sofrimento, o que a escola também não lhe ofereceu:

Fiquei na casa de uma senhora que me trombou na rua, me encontrou na rua, no frio. Tava até chovendo naquele dia, ela me pôs pá dentro da casa dela, uma comunidade pobre, na periferia, me alimentou, cuidou de mim, até o dia que eu fiquei com saudade da minha mãe. Minha mãe tava me procurando nas ruas já. Aí eu voltei pá casa.

A gente sempre pensa né, senhora: malandragem pra gente nunca é demais. Malandragem que a gente tem é como poder tirar a vida normal sem passar por cima de ninguém, sem ter que derrubar ninguém no meio do caminho, mas se precisar tem que derrubar, a gente não pode deixar a gente passá pra trás, por causa que, assim, a minha malandragem não deixa quebrar não, não me deixa, não pode me deixar vacilar. Porque em vez de outro cair, quem vai cair sou eu, se vacilar. Essa é a vida da periferia, senhora, quem trabalha pela, na periferia. Porque nem todo mundo na periferia é ladrão. Noventa por cento é trabalhador. Dez por cento é a gente. (JOÃO)

Na segunda entrevista, Pedro conta com riqueza de detalhes e carregado de emoções o modo como apreendeu o uso da liberdade, como se prendeu na liberdade, num estado de guerra, de comércio ilegal, de entorpecimento e violência. O contexto familiar em que cresceu - vendo o uso e o comércio de drogas, carente da atenção, do limite e do reconhecimento do pai, de quem esperou e para quem pediu de diferentes formas, durante o decorrer de sua vida, uma lei que nunca vinha.

Eu lembro que a gente morava num apartamento, mas aí era lá no Limoeiro, daí eu não tenho muita lembrança. Meu pai tava com a minha mãe. Aí depois nós mudamo pá esse bairro que eu moro hoje, lá nos prédio, nos condomínio. No condomínio, construiu minha casa, que ele traficava droga nesse condomínio já, e minha mãe junto com ele. Aí eles construíram essa casa que eu moro hoje. O Téo e a Joana morava com a madrinha deles. Madrinha só deles. E ela era bem de vida, eles estudavam em escola particular, tudo isso e não deixava se envolver, por causa do meu pai. A Ariane já morava com o filho dela. Era raro vê a Joana e o Téo em casa. Aí começou a vendê mais droga. Ganhava 30, 40 mil, na noite, no dia. Assim... Isso foi quando era pequeno. Meu irmão tinha o quê? Uns oito anos. Minha irmã devia ter uns oito e meu irmão devia tê uns dez... Eu, pedia alguma coisa pro meu pai... Ele não negava nada. E eu via as pessoa falando: "Cê não vai não". Tinha um vizinho meu que a mãe dele falava "cê não vai não". E eu achava bonito aquilo ali - não podê ir. E eu falava pro meu pai, o meu pai deixava e eu ficava bravo. Aí eu voltava e falava: "Meu pai não deixô". Meu pai falava: "não, eu deixei, pode ir". E eu ficava bravo, senhora. Aí com o tempo eu vi que, é o seguinte, eles não tava me dando atenção. Eu tinha tudo, coleção de carrinho, tudo, tudo, tudo que eu queria eu tinha. Mais não tinha atenção. Aí meu pai queria parar por causa de mim e tal. Quem fazia meu leite, essas coisa era meu pai, né. Minha mãe e meu pai, sempre no quarto deles, com um prato de cocaína, fazendo, embalando e usando, embalando e usando. Eu presenciava tudo, assistindo televisão, com a mamadeira do lado, tinha um travesseiro, não desgrudava do travesseiro, tinha uma bolinha que eu ficava apertando e ficava... Nisso aí, o seguinte, veio a Joana e o Téo, pra passá as férias em casa. Nisso aí ele nunca mais voltou, o Téo. Começô a vendê droga. Meu... No que ele começô a vende, ele começou a usá crack também. E como era muita droga, muita droga; era sacolas e sacolas de dinheiro; minha mãe queria contratá um padre pá morá em casa. Porque polícia não invade casa de padre. Deixava o dinheiro tudo lá. E esse padre

tinha uma mulher e tal, um filho que chamava Said e tudo. Aí o seguinte: Téo começou a vendê. A Joana também começou vendê. E tinha um cara que trabalhava pra minha mãe – o Esquilo – e minha irmã começou a ficá com ele, a Joana. Nisso ela tinha uns dezesseis anos, já. Um certo dia eles brigô e ela deu uma facada nele, tudo. Essa daí tem passagem pela Febem, tudo, até o dia que meu pai foi preso. Aí ele ficou, quer ver, uns dois mês preso. E nisso aí minha mãe já foi presa também senhora. No que minha mãe foi presa, nós ficou sozinho. Ficou eu, meu irmão Arthur, minha irmã Renata, a Joana que tava desandada, virou trombadinha, o Téo usando crack, vendendo tudo de casa. Tudo, tudo, vendeu tudo, até minha bicicleta ele vendeu senhora. Taça... Em casa tinha um quadro assim, ó, de um leão, que meu pai mandô fazer; meu pai tinha uns anel pesado, umas corrente de ouro; minha mãe... Vendeu tudo pra usar crack. Toda droga que tinha amoitada, escondida, pegou tudo e começou a usar. Ficava eu, meu irmão e minha irmã. E nisso, essa minha irmã Renata, ela é meio louquinha senhora, ela começou a sair pás noite e tal. Novinha. E nisso aí eu sempre estudava, ia pro pré. Ficava bravo porque não tinha ninguém pra me buscar no pré. Ficava meio assim... tipo, acabava meio dia, lá pas duas horas da tarde aparecia alguém pá ir me buscar. Todo mundo vinha assim, abraçava os filho e levava embora e eu ficava ali. Eu sempre ficava ali. (PEDRO)

Tendo no irmão Arthur a única referência de proteção e cuidado, Pedro traz o desamparo e do medo de ficar sozinho diante de tanta liberdade já que cresceu assistindo o que todos os pais e os irmãos fizeram com a liberdade, um pequeno universo onde nada lhe era negado, a não ser a atenção do pai.

Quem ficava comigo era meu outro irmão. Eu lembro que passava a novela quatro por quatro ainda. Eu tinha medo de dormí, de invadí em casa, porque nós tava sozinho. Aí o seguinte, ele dormia comigo. Aí minha mãe, de dentro da cadeia, mandava as pessoa, que tipo, vamo supor assim, eu falo pra você se tem alguém lá na rua pá cuidá dos meu filho lá fora, tal. Aí arrumava mas elas não ficava ali, porque memo meu pai e minha mãe tando preso, a polícia invadia. Só que eles não levava pro Juizado de Menor não. E nisso aí fui tipo me criando, ouvindo uma coisa aqui, outra ali. Meu irmão, tava, tava sossegado. Parou de usar droga, parou com tudo pá ficá comigo. Bem dizê ele é o meu pai entendeu senhora. Aí é o seguinte, minha irmã, a Joana, à noite, ela levava uma renca de gente lá em casa, trombadinha, e tal. Às vezes levava eu pro centro da cidade à noite e eu tinha que dormir na rua com ela. E assim foi indo. Já dormi na boca de lixo. Téo sempre fumando pedra com a mulher dele lá, com a Vanina, que mora com ele até hoje. E é o seguinte. Fumava uma pedra, vendia uma coisa. Fumava, vendia outra coisa. A Tata ia pro zero hora - a Renata - tipo de um bar veio... E o seguinte: eu tinha medo de dormir. Se eu fosse dormí, vamo supor assim, se eu fosse dormí nessa sala aqui, pra mim tava bom, porque eu tinha medo de dormí, eu era pequeno mais eu lembro disso aí. Eu tinha medo de dormí em casa. Porque em casa é de costa pro mato, então, o vento bate e... (PEDRO)

O pai permite tudo a Pedro, e assim, lhe abandona, também por conta dos períodos ausentes quando preso ou quando constitui outra família. A mãe, embora seja a pessoa com a qual afirma ter aprendido a ser bom, também lhe abandona

quando presa e também lhe autoriza a fazer tudo. Pedro pedia limites para o próprio pai e para si, mas que viesse do pai. Mesmo sendo uma representação do mal, queria ser amado por esse pai. E por isso com ele aprende a ser ruim. Apesar de demonstrar que não queria se identificar com essa representação do pai, só assim seria possível ser amado e reconhecido por ele. Diante dessas circunstâncias, para Pedro, a escolha da trajetória infracional parece ter sido o passaporte para sua entrada efetiva na família e compartilhar do sentimento de pertença familiar, pois ao crescer vendo o uso e o comércio de drogas, pedindo limite e atenção, o que faria sozinho com toda a liberdade, além do que via todo dia? Assistiu o que os irmãos fizeram com a liberdade. Foi o modo como apreendeu o uso da liberdade e como se prendeu na liberdade, num estado de guerra, de comércio ilegal, de entorpecimento e violência.

No entanto, o abandono do pai em troca do crime, embora lhe cause muito desamparo, não traz o ressentimento e ódio que sentiu quando o pai o troca por outra mulher e constitui outra família, quando ele traz as circunstâncias da primeira vez que sentiu vontade matar alguém, como se assim pudesse matar seu desamparo e se livrar do ódio:

Tava assistindo street fighter, lá no quarto, meu pai lá no quarto com esse cara que eu matei, tomando. Aí um dia eu ouço a porta achando que era meu pai. Não era. Era minha mãe que tinha saído. Tinha fugido. Aí o seguinte, ela veio, me deu um walk man amarelo e azul e vermelho, falou que tinha sido a Luisa que tinha me dado. “Nossa, senhora saiu e tal”. “Eu sai, cadê seu pai?”. Nisso, meu pai já tinha arrumado uma outra mulher. Trocou nós pela mulher dele que ele tá hoje. Tipo, antes dele vir com a mulher dele, quê que ele fez. Ele tirô a mulher de casa, alugou uma casa pra mulher e morava com a mulher. E nisso aí nós ficamo sozinho de novo, mais uma vez. Pela segunda vez nós ficamo sozinho, só que eu já tava maior né. Aí é o seguinte, peguei e falei né: “tá com a mulher dele e tal”. “Vai chamar ele lá”. Eu sabia onde que ele tava. Chamei. Chegou lá, ela catô ele, maiô ele, ranhava ele por tudo quanto é lado: “que cê fez co meus fio, olha o jeito que ele tá, não sei que tem, meu fio tá triste, olha pra cara dele”, ela falando pra ele e ele bêbado. Ele tem medo dela, tem medo. “Pega sua muiézinha”, e ela tava morando até então, em casa, só que do lado, aí ela falou: “Cê que é mulher do Arthur, pega suas coisa, seus trapo de bunda e vai embora”. Só que o seguinte, a mulher vivia falando que ia enfrentar ela. E a mulher falo: “tá bom, e tal”. E nisso aí foi onde meu pai alugou uma casa pra ela. Só que demorou dezessete dias, minha mãe foi presa de novo. Em vez de meu pai catá nós e tal, pra cuida, ele preferiu ficá com a mulher dele. Preferiu ficar com a mulher dele. Aí uma vez ela levou um bolo lá em casa, de chocolate, lá. Eu vi que ela tava agradando muito, logo taquei o bolo na cara dela. “Tá achando que cê vai me comprá com um bolo, não preciso disso aqui não”. Aí o seguinte, ela foi lá, e chorou lá. E meu pai veio conversá comigo: “O quê que cê fez pra ela?”. Fui logo pegando... Tinha uma faca de escoteiro, tinha uma faca assim, tramontina, tirei da capinha e furei tudo em volta dele. Roupa, tênis, sapato, furei logo

tudo. Me tranquei no banheiro, botei a televisão no banheiro, fiquei lá, deitado na banheira, assistindo televisão. E ele falou: “sai daí pá gente conversá”. Eu falei: “Não vô sai. Vô ficá preso um dia memo, então tenho que acostumá”. “O que cê tá falando?” e tal. Falei: “É, vou matá sua muié”. Tinha vontade de matá ela. Tinha vontade de matá ela senhora. Foi a primeira vez que tive vontade de matá. (PEDRO)

Há ainda que se considerar os diversos momentos em que Pedro tenta ser reconhecido e amado pelo pai a partir de outras ações e escolhas, mas sempre em vão, havendo depois, a ‘conspiração’ da nova esposa de seu pai:

Eles não tavam nem aí, na realidade, pra mim senhora. Vou logo ser sincero com a senhora. Quem tava aí comigo, que se preocupava, era minha mãe, que tava presa. Aí fui morar com ele (com o pai) pra vê. No começo é as mil maravilha, né. “Não, porque você é de casa, não sei o que tem, que isso e aquilo”. Deu uns dia logo briguei com a muié. Sabe aqueles negócio de chapéu, de ferro, de colocar chapéu, casaco? Dei logo uma no pote dela senhora. Veio com graça, me chamou de filho da puta. Fiquei muito loco senhora. Desculpa a palavra, mas o seguinte: fiquei bravo com ela. Aí o seguinte: maiei aquilo lá na cabeça dela. Aí, nós não se dava bem. Ela ficava encanando comigo, senhora. Eu não gosto que ninguém mexe nas minhas coisa. Até no quarto aqui eu sou assim. Não gosto, vai pegá meu dicionário vai ter que deixá do jeito que tá. Eu não gosto senhora. Ela ficava especulando minhas coisa. E nisso aí, eu estudava, mas não era ela que me acordava pá ir pá escola. Eu estudava e entrava às sete, tinha que acordar cinco e meia pá pegá o ônibus das seis, pá chegá lá às seis e quarenta pra esperar abrir o portão. Só que ela não me acordava não. Nisso aí, eu acordava sozinho. Aí apareceu uma irmã dela, de Ubatuba. E a irmã dela falava: “nossa, cê acorda sozinho”. E ela é polícia, rodoviária. “Admiro você e tal... Nossa, tem uma caligrafia bonita, sabe fazê tudo que é conta”. Aí falei que ela fazia isso e isso pra mim, comecei a chorá... “Me xinga disso e disso, fala que vai me batê, joga meu pai contra eu”. Eu falei: “não sou santo não, eu gosto de saí...”. Eu jogava tênis de mesa, senhora. Disputei brasileiro, fiquei em vice no tênis de mesa. Aí o seguinte: com esse dinheiro, comprava raquete boa – butterfly, jogava, ia pos torneio, não tava nem vendo. E jogava mais bola. Teve um cara que uma vez chamou eu pra ir pro Paraná, Curitiba. Eu ia jogar no Curitiba, de pequeno, mas ia ter um dinheiro e tal. Nisso aí teve um teste pra ir pro Corinthians, o Neto foi e tal, que jogou no Guarani, foi pá seleção tudo, e ele chamou e tal. Aí eu ia senhora. Eu ia, ficá alojado lá, aí, vinha, ficava quinze dia em casa. Mas aí jogava bem mais bola que eu jogo hoje. Aí ela não deixou eu ir não. Ela falô pro meu pai que se eu fosse ela ia largar do meu pai. Ela falou que o filho que tinha que dá orgulho po meu pai era o fio dela. Cambei. E sempre falando meus problema pá professora. Eu abria a boca. Não tava nem vendo. Porque ela via que eu era meio quieto, entendeu, senhora? E ela morava perto de casa, e ela conhecia minha história senhora. Contava pra ela: “é Dona Eloisa, e tal, meu pai não liga pra mim, ninguém me dá atenção”. Até que eu resolvi fazê sabe o quê? Começá dá trabalho na escola. Aí não estudava mais. Fui po ginásio, aí fiquei um ano, dois ano no ginásio, comecei dá trabaio, lá, senhora. Problema na escola. Começou com problema banal. “Ah vou no banheiro...” e voltava. Aí já comecei entrá nas outra sala. Nisso aí já me envolvi com uns moleque que dava trabaio. Colocava umas bomba... Comecei a ir pá diretoria, pra diretoria, né, a mulher conversava comigo, eu falava: “tá bom”. No outro dia dava trabaio. E o burro do meu pai, em vez

dele vim me corrigir, ele falava po diretor que eu não era isso. “Não, meu filho não é disso não”. E eu de suspensão, ele falava que eu ia pá escola. Como se ele mandasse na escola! Ele sempre teve esse jeito de mandão dele. Aí é o seguinte, comecei a dá trabalho, estourava rojão, entrava na sala dos professores, catava danone e fui indo, fui indo... Tinha uns moleque que fumava maconha na escola e oferecia pra mim, eu nunca pegava. Aí é o seguinte né, senhora. No decorrer desse tempo aí, minha mente foi mudando. Fui vendo que era isso memo que eu queria pá minha vida, que eu não tinha nada a perdê. Já não tinha mãe, certo? Já não tinha minha mãe. Minha mãe, não faltava nada pra ela lá dentro por causa do Zerino, aí o seguinte, meu pai, já não ligava mais pra mim. Só que eu era meio criança, né senhora. Pra mim é o seguinte: eu era confuso. Eu pensava assim: “não, se eu fazê isso, que recompensa eu vou tê?”. Eu estudei, fiz isso, fiz aquilo, joguei bola, não me deixaram ir. Quê que eu ganhei? O que eu ganhei foi dor no coração de ouvi tantas palavra. Então é o seguinte: assim, ninguém tem que vim me enchê o saco de nada não. Foi quando eu já não queria mais atenção do meu pai, senhora. Falei “o quê? Agora é que ele num pode mai fala nada memo”. E nisso aí, só ganhando dinheiro, e resolvendo meus problema. E isso foi indo, foi indo... (PEDRO)

A mãe de Pedro, apesar de investida emocionalmente, confirma o modo de vida do pai com sua história e atitude diante da lei e do crime. Somado aos seus crimes – tráfico, roubo e uso de drogas - seu relacionamento com um homem do tráfico traz novas experiências para Pedro, que também lhe impulsionam para a criminalidade:

Minha mãe era envolvida desde pequeno né senhora. E meu pai ía preso e é o seguinte: ela gostava do meu pai; ela tacava pedra na viatura pra ir presa também, pra ficar no memo B. O. que o meu pai. Aí é o seguinte, nisso aí, o meu pai foi preso, minha mãe ainda não tinha sido presa, foi um tal de Robinson, era forte tamém, um negão, tal. Aí é o seguinte: ele, batia na minha mãe, sabe, senhora, batia na minha mãe. Traficante. Ele batia na minha mãe, catô o carro do meu pai, as roupa do meu pai, começava a andá com os negócio do meu pai e eu falava pra ela: “vou falá pro pai” e ela falava: “se falar pro seu pai eu te joga no vidro do carro, cê não vai falá nada”. Até que numa visita eu cheguei, eu peguei e falei. Aí é o seguinte, peguei e falei pro meu pai. Meu pai acreditô ni mim, tal. “É criança não mente”. Aí é o seguinte. Ele continuou lá. Só que minha mãe, da cocaína, ela começou a usá o crack, e do crack ela tinha alucinação e esse cara também tinha. Esse cara achava que tudo pra ele era polícia e isso, isso e aquilo. Aí certo dia levou eu, meu irmão e minha irmã Renata pro mato. Disse assim: “Agora cês vão aprender a dar tiro e tal”. Pra mim era uma diversão né senhora. Naquela hora ele era bonzinho... Na hora que ele batia na minha mãe, tipo, alguém me tirava de perto pra mim não vê. Quando ele me deixava dar tiro ele era bom. Aí eu ficava dando tiro no mato, segurava na minha mão. Nisso eu tinha uns seis ano. Segurava na minha mão e eu ‘pá’, dava um tiro. Aí no decorrer do tempo, eu fui vendo como que era, e tal, onde minha mãe escondia droga. Eu ia com a minha mãe. Minha mãe também era ladrona boa de mercado, de roubá uísque, essas coisa. E eu tinha vontade de ir no mercado com ela e ela nunca deixava. Eu lembro que eu ficava no portão de casa assim: “não, eu quero ir, eu quero ir”. Aí o Zé do Coco vinha e me tirava. Eram dois Zé. Zé do Chapéu e Zé do Coco. Trabalhava pra ela. “Eu quero ir, quero ir”. Ela me dava dez real pra mim jogá fliperama. E eu querendo ir, querendo ir, mas

num adiantava. Era uma vez ou outra que ela deixava eu ir só, com ela. Uma vez ou outra. Aí é o seguinte, nisso aí eu fui ficando mais sozinho. Sozinho, sozinho. (PEDRO)

Assim, Pedro sentia falta de ser cuidado como criança, pedia o reconhecimento por conquistas e atos bons, mas passou a fazer como os pais, quando apreendeu que assim seria visto, a despeito das diversas buscas por figuras substitutivas, que representaram uma ponte para um outro modo de ser. A história da mãe de Pedro também o conduz para o caminho que o direciona ao pertencimento à família, embora com ela, refira ter aprendido a ser bom:

Vô falá uma coisa pá senhora. Aprendi sê ruim. Aprendi sê ruim com meu pai. Bom com a minha mãe. Bom assim, de coração. Se eu vê alguém na rua assim, passando necessidade, eu não gosto. Não gosto memo. Aprendi a viver. Ruim de frieza. Em frieza. Não que... eu não sô psicopata, num sô nada, certo senhora. Mais é o seguinte, se eu tivê que fazê alguma coisa eu vô fazê na pura calma, entendeu senhora? Na pura calma. Aprendi vivê. Se me tacá na selva eu vivo. Certo, senhora? Sei o que falo, o que num falo. Isso aí meu pai e minha mãe sempre ensinou pra mim. Sei o que faço, o que deixo de fazê. No momento, até então, eu num sabia, porque, meio criança, querendo ou não a mente é meio... A senhora sabe como é... É difícil, a situação é complicada, cê age mais... às vezes nem é tanto aquilo ali mai cê fala: "eu vô fazê, num tô nem vendo e vamo vê no que vai dá. Num sei se eu vô tá vivo amanhã". (PEDRO)

Na história de Antonio, o pai é sua principal referência afetiva, ao contrário de João e Pedro; a traição da mãe, que levou à separação dos pais, é fato marcante em sua vida, trazendo na entrevista, o momento da sua separação da figura materna e não somente dos pais, o que o leva para a vida nas ruas com o pai e os irmãos:

O que mais marca memo, senhora, é quando eu fui pra Guarulhos, na época em que nós fomo de Sumaré, que minha mãe separou do meu pai. Foi uma data marcante. No dia do meu aniversário. Eu separei da minha mãe, meu pai separou da minha mãe tamém, aí nós fomo pra Guarulhos. Chegando em Guarulhos nós fomo dormi numa praça, eu tinha onze ano, no dia que eu fiz onze ano. Morava eu, a Patrícia, o Marcinho, o Tito e o Baré. E a Ercília. Nós seis. Aí nós seis foi morá com meu pai e minha mãe foi ficá com aquele outro marido dela lá. Aí fiquei quatro ano, começamo a dormi numa praça tal. Meu pai começou a trabalhar, arrumou um emprego, aí nossa família começou a se levantá, entendeu senhora, da situação que nós tava e tal. Aí eu fiquei quatro ano sem vê minha mãe e tal. Foi o seguinte, meu pai e minha mãe... Meu pai, ele bateu na minha mãe, porque ele pegou ela traindo ele. Aí meu pai bateu nela. Bateu não, deu um tapa na oreia dela e tal. Aí ele pegou e falô pra ela que ía embora e tal. Não, ela falô que ía embora com o cara lá, que ela tava gostando do cara e tal. Aí meu pai falô, "não, tudo bem, se você quiser ir cê vai". Aí falô, "chama as criança aqui e vê com quem eles qué fica, se eles qué fica comigo ou com você". Aí minha irmã escolheu ficá com a minha mãe. Foi

uma separação que teve muitas, muitas... ah, sei lá, senhora... Foi um bagulho que marcô memo senhora. Meu pai bateu na minha mãe, meus irmão, tipo, todo mundo chorando, meu pai se separando. (ANTONIO)

Depois de quatro anos sem ver sua mãe, Antonio volta a morar com ela e vai para o Paraná, época em que o pai volta a fazer uso ou intensifica o uso de droga do pai – crack e maconha – se colocando como culpado ao descrever sua ida para o Paraná com a mãe como abandono do pai:

Aí eu fui pá casa da minha mãe em Sumaré, depois de quatro ano. Aí eu fui pá casa da minha mãe não voltei mai. Não voltei mais. Aí fui pro Paraná com a minha mãe e fiquei uns dia sem vê meu pai. Mais até hoje eu me arrependo de tê ido senhora. Porque eu deixei meu pai e foi uma coisa que marcô. Não devia tê feito o que eu fiz, porque ele, tipo, desandou na droga memo, depois que eu saí de perto dele. Aí que ele começou a fuma droga memo, meu pai. Aí quando eu voltei a morá com ele, ele parô de vez. Aí nunca mais usou, graças a Deus. Até hoje, ele parô, nunca mais usa. (ANTONIO)

Pelos relatos de Antonio o pai é apresentado como a figura afetiva de referência em sua constituição subjetiva enquanto a mãe se tornou a figura descrita pelo pai – alvo da punição, inclusive física – em decorrência da traição conjugal, além da figura que recorreu a estratégias de sedução para ter o filho de volta:

Porque que eu fui? Porque eu sempre fui mais apegado a meu pai, só que nessa época que eu fui pá casa da minha mãe, eu fui, eu era meio criança, entendeu senhora. Minha mãe dava mais coisa de criança, essas coisa. Meu pai não, meu pai sempre foi mai rígido. Chegô a trabaia na escola já pá não deixá eu pará de estudar, chegou a virá inspetor de escola pá não saí de perto de nós e tal, que falaram que a gente tava matando aula e tal. Ele chegou a virá inspetor de escola pá vê todo dia nós na escola e tal. Aí firmeza senhora, e tal. Aí eu fui pá casa da minha mãe e fiquei lá. Minha mãe falou que ia me dá isso, que ia me dá aquilo, aí eu acreditei senhora. Aí eu fui mora com a minha mãe e tal. Aí eu sofri uns tempo que eu morei com ela, eu sofri né senhora, porque eu fui pro Paraná e tal. Lá eu tinha que colhê castanha, colhê algodão, fazê uma pá de trampo, pesado, na minha idade, era incapaz de fazê mais eu fazia, esforçado, né senhora. Aí eu voltei pá Sumaré com a minha mãe. Aí meu pai foi trazendo todo mundo pra cá e tal. Todo mundo foi querendo vir pra cá e tal. Aí meu pai não ía ficá sozinho, foi quando ele se envolveu mais ainda com droga e tal. Aí eu voltei pra Guarulhos, pra morá com ele, eu já tava envolvido e tal, senhora, já tava envolvido já. Mai não roubava nada, só tinha revórve, tinha droga e tal, esses negócio. Aí é o seguinte, senhora. Meu pai parô de usa droga, aí ele perguntou se eu queria ficá perto do meus irmão, que eu tava com saudade do meus irmão e tal. Aí ele falo: “mais cê não vai me abandoná não”. Primeira coisa que ele falou. “Cê não vai me abandoná se nós for mora em Sumaré não?” Aí eu falei, “lógico que não”, aí nós fomo morá com esse meu irmão Marco, que ele já tinha saído

do crime. Não, ele não tinha saído do crime, ele tava traficando ainda. Aí nós começamo a morá com ele e tal. (ANTONIO)

A inversão de papel com o pai aparece na vida de Antonio, assim como na história de João, quando descreve sua responsabilidade, desde pequeno, no cuidado com o pai – usuário de drogas durante um tempo considerável - e com a família, por meio de relacionamentos onde a troca e a solidariedade tiveram reflexos significativos para a manutenção, ainda que frágil, de um pacto social:

Não, ele já usava droga, ele já usava droga há sessenta ano, sessenta não, cinqüenta ano, meu pai usava droga, só que ele tinha parado né senhora. Aí ele ficou tipo na depressão. Ele recaiu, deu uma recaída nele e ele voltou a usá e tal quando ele ficô sozinho. Ele tava empregado mais aí não tava conseguindo mais trabalhar e se aposentou. Aí eu fui morá com ele, que ele só pedia eu perto dele. Porque desde de pequenininho que ele tava passando mal, eu ia no meu quarto, pegava meu colchão, porque ele gostava de dormí na sala, colocava o colchão do lado do sofá e ficava do lado dele. Aí ele passava mal e eu saía correndo, ia lá no postinho chamá a ambulância pra ele. A ambulância vinha, buscava ele. Meu pai. Meu pai sempre foi o autoritário da casa e eu sempre gostei que ele fosse. Aí ele chegava e me dava dinheiro: “mas não fala pá ninguém”. Só que meus irmão sabia e eles tamém acabava me protegendo, porque eu sempre fui uma pessoa, desde pequenininho senhora, eu sustentei a família inteira com oito ano de idade, nove ano de idade, sustentei minha família inteira. Vendendo bala, mais sustentei. Antes de eu vendê bala, nós tomava só café preto só senhora. Comecei a vendê bala, na direta eu chegava com dinheiro: “tó pai, compra isso, compra aquilo”. Já vendi bala no farol, já pedi dinheiro e tudo mais pra não deixá minha família passá fome. Eu que arrumei esse emprego que meu pai aposentou e tal. Eu que arrumei esse emprego pra ele e tal. Na firma de lava rápido, esses negócio e tal. Em Guarulhos eu pedia dinheiro no shopping. Mais não é que eu pedia, é que lá eu conheci um monte de gente. Arrumá emprego hoje em dia é fácil porque eu conheço bastante gente memo lá senhora. Até a muié do shopping lá, como que chama – da ‘toques inocentes’ – ela me dava roupa, me dava de tudo, queria colocá eu em escola particular, queria que eu fosse morá com ela e tal. Só que eu não conseguia abandoná meu pai senhora. Não tinha preconceito porque todas as pessoas que eu conheci falava que eu sô uma pessoa extrovertida, que eu sô alegre e tal, que de repente eu posso tá sofrendo mais tô dando risada e tal, gosto de conversá, sempre dei o respeito, sempre fui uma pessoa educada e tal. (ANTONIO)

Se à mãe é atribuída, ainda que inconscientemente, a culpa pela separação da família e não somente dos pais, o distanciamento afetivo de Antonio para com a mãe, também aparece associado à sua escolha por outro homem, ressentida como abandono da troca do pai e dos filhos por outros homens.

Aí firmeza. Eu sempre respeitei meu pai por causa disso, porque na casa que nós morô, que era nossa, que é dos filho dele, que ele fala, ele não

colocô nenhuma mulher. Minha mãe, já colocô outro home já, várias vezes. Dois hóme, tá ligado, que eu já não gostei disso. E meu pai não. Meu pai arrumou uma namorada de 22 ano e ele tinha 54 ano, a namorada dele tinha 22. Ela queria morá com ele e ele não quis deixá, porque a casa era nossa. Ele falava que a casa era dos fio dele, muié nenhuma ía entrá lá dentro e tal. Aí chamô nós e todo mundo escolheu fica com meu pai. (ANTONIO)

Antonio traz o posicionamento passivo da mãe diante de seu envolvimento infracional como medo da agressividade que era capaz de atuar - atribuída por ele ao uso de droga – que assim como para o pai – autoriza, no inconsciente familiar, a violência:

Não, minha mãe sabia e tal. Sempre soube mais não falava nada, porque ela tinha um pouco de medo senhora. De mim não, do jeito que eu tava agindo naquela época. Porque a droga mudou pra caramba eu senhora. Ficava agitado, qualquer coisinha eu já pensava em matá e tal. Fazia coisas assim. Ela falava: “pára com isso e tal”. A polícia já invadiu minha casa várias vezes. Batia ni mim na frente dela e tal. Ela ficava meia assim, né senhora. O meu padrasto ele não sabia nem escrevê. Ele é meio bobão, tá ligado, senhora. Ele não falava nada. Os polícia invadia a casa, ele começava a tremê, com medo das polícia. Que ele é paranaense, nunca se envolveu com nada, só bebia. Se ele não bebesse um gole antes de almoçá ele não almoçava. Aí firmeza, minha mãe ela não falava nada. Ela era meio assim de eu abandoná ela tamém. Porque eu sempre fui uma pessoa, por mais que eu tenha se envolvido com o crime tudo, eu sempre fui uma pessoa dedicada à minha família entendeu senhora. Nunca, graças a Deus. Aí firmeza senhora... Aí tipo, comecei a me envolver com o crime, comecei a ficá alterado e tal. Aí minha mãe tinha medo. (ANTONIO)

A relação entre homem e mulher é trazida por Antonio em quase toda a entrevista, onde sua trajetória infracional e vivência institucional aparecem constantemente atravessadas por elementos machistas que colocam a honra masculina à prova, desde seus primeiros envolvimento – no Paraná:

Aí firmeza. Aí eu comecei a me envolvê lá já, no Paraná, eu comecei a me envolvê. Aí chegou em Sumaré, eu comecei a me envolvê de vez. Foi no Paraná. Primeira vez que eu fumei, como diz os moleque, um baseado, senhora. Eu tava lá com os moleque, tava eu, o Godozinho e o Marcinho e tal, não meu irmão, um outro moleque e tal. Aí os moleque tava falando de maconha e tal, que eles queria fumá maconha e tal. Aí eu já sabia onde vendia, tá ligado. Porque eu passava lá e via os moleque vendendo. Só que eu nem me envolvia nada, porque os moleque não gostava de mim e tal. Falava que eu era muito bam bam bam e tal, por causa que eu comecei, nessa época, eu comecei a namorá com a ex-namorada do moleque que trabalhava na biqueira, senhora. Aí firmeza e tal. Aí eu peguei e falei “não, ali vende e tal”. Aí os moleque falaram “vamo lá então”. Aí eu falei “nem vô lá não”, que os moleque não gostava de mim. Eu falei “vô até a esquina, espero ocês na esquina, lá cês pede pos moleque, se tem maconha e tal”. Aí firmeza, chegô lá eles pediram e tal, aí eles perguntô se

eu queria fumá tamém. Aí eu peguei “ah, vamo fumá e tal”. Aí eu fumei o primeiro baseado e comecei a usá senhora. Aí eu comecei, todo dia eu queria usa e tal, todo dia, tipo, uma coisa que fazia bem, tá ligado, passava o tempo e tal. Eu ía pá escola e esquecia de tudo, comia meu cérebro a maconha, senhora. Até hoje... Comia meu cérebro. Tem coisa que eu nem lembro. Aí eu já voltei pá Sumaré. Aí eu comprei um revólve, 38 e tal. (ANTONIO)

As relações amorosas aparecem na história de Antonio com muita importância, onde a figura feminina detém uma suposta força de resgatar ou impulsionar o homem para a vida no crime, como também aparece na história do Marcio, irmão com o qual mantinha maior proximidade:

Aí ele ficô sabendo que a mulher dele tava grávida. No memo dia que ele ficô sabendo, ele saiu do crime. A primeira coisa que ele fez, foi dá as droga que ele tinha e o revólve, po meu cunhado. Aí meu cunhado, passou uns dia, ficô sabendo que minha irmã tava grávida tamém, ficô sabendo que minha irmã tava grávida e tal, foi parando com o crime tamém e tal. Aí nós começamo a morá com meu irmão, meu irmão alugou uma casa, com dois quarto, sala, cozinha, banheiro, uns negócio necessário e tal, pá nós, pá mora eu, ele, meu pai e minha cunhada. Então, e minha sobrinha que nasceu, a Talia. Aí firmeza, eu fiquei morando com ele um tempão. Ele que ajudô a educá eu, de não ficá me envolvendo muito e tal. Praticamente meu irmão foi meu pai e minha cunhada foi minha mãe. Só que meu pai é meu pai, né senhora. Meu pai nunca deixô eu falando. Eu apenas, abandonei ele.

O Marcinho nem sabia, porque desde que eu fui mora com ele, ele não queria que eu me envolvesse com ninguém, com o crime esses negócio. Levava eu na porta da escola e tudo. Quando eu comecei a traficá eu tava com a minha mãe, só que tipo, o Marcinho não gostava, o Marcinho, tipo, ele sabia, só que ele fingia que não sabia, porque ele não gostava. Ele falava que se ele ficasse sabendo, se ele tivesse certeza, ele ía quebrá minhas duas perna, porque ele não gostava, nunca gostou. (ANTONIO)

A representação da mulher na vida de Antonio demanda maior atenção para seus significados, já que na mesma medida em que pode ser o motivo para a saída da vida do crime, a traição e o abandono que são capazes de causar também são descritos por Antonio, como passíveis de punições que justificam a violência e o crime:

Só eu que tenho um segredo que eu odeio falá senhora. Ninguém sabe, só você. Que minha irmã trai o meu cunhado. Sô loco pá quebrá ela na pancada. Porque esse meu cunhado, ele era criminoso. Se a senhora vê como o cara tá agora... Come na mão dela, senhora. Dá de tudo pra ela. A roupa que ele usa, é tudo roupa veia. Ela não, ela anda toda playboyzinha, ele não, ele já nem liga... Ela tando bem e a filha dele tando bem tá bom. Antes não. Ele só queria robá, catá muié só pá zoá, ía pá zona e tal. Ele era um cara zoeiro pá caramba, agora ele é dedicado à minha irmã. Minha irmã foi e ficou com um cara, eu tava preso ainda, meu pai que falô. Só eu e meu pai que sabe. Eu falei po meu pai que eu vô saí daqui e dá um pau

nela e ía falá po meu cunhado, mais se eu falá po meu cunhado, meu cunhado mata ela sabe... Mata memo.– Vai por água abaixo. Ah, hoje eu conversei com ele por telefone, quem disse que eu conhecia o cara senhora. O cara dando vários conselhos: “Ó, você pode saí daí arrumá um emprego, nem que for num lava-rápido. Cê não qué tê sua moto? Seu pai vai te dá a moto, mais eu tô ligado que cê não prefere a moto ganhada, cê prefere compra e tal...”. Falei: “lógico, eu prefiro comprá com meu suor e tal”. Ele: “então, cê arruma um serviço e nós vai lá na honda e dá um jeito de tirá uma moto po cê e tal. Sai dessa vida, não compensa...”. Nossa, nem reconheci o cara senhora. Ele virô praticamente minininha. Eu brinco com ele: “Cê virô minininha, minha irmã dominô ocê”. Mais graças a Deus que ele mudô né senhora.

Se em termos psicanalíticos a constituição da identidade se forma a partir das relações no interior da família, atingindo seu período determinante na resolução do complexo edípico, onde a identificação atua como um processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro, constituindo-se e diferenciando-se por uma série de identificações (Laplanche & Pontalis, 2001, P.226-230), recorreremos à WINNICOTT (1993), para quem a existência da família e a preservação de uma atmosfera familiar resultam do relacionamento entre os pais no quadro do contexto social em que vivem. Isto porque, conforme o autor, “a contribuição que os pais podem dar à família que estão construindo depende em grande medida de seu relacionamento geral com o círculo mais amplo que a envolve, ou seja, seu contexto social imediato” (WINNICOTT, Op.cit, p. 61), onde as fantasias referentes ao bem e ao mal que as crianças irão lidar precisam ser reconhecidas pelos pais.

Um outro aspecto da dinâmica familiar é apresentado por Schutzenberger (1997), referindo-se aos conceitos de lealdade familiar, justiça familiar e parentificação, definidos por cada família de modo particular. A parentificação – inversão de papéis entre pai e filho está presente na história de João e Antonio – pela apropriação de funções de cuidado e proteção ao pai. Indo além do respeito às leis e tradições familiares, os conceitos de lealdade e justiça familiar apresentados pela autora são responsáveis por criar expectativas quanto à atuação e função de cada membro dentro da família.

Schutzenberger (Op.cit.) destaca ainda a transmissão psíquica, considerando que todo grupo, inclusive a família, possui seus ‘mitos’, ‘segredos’ e

'não-ditos' – componentes do que Eiguer (1985) descreve como inconsciente familiar – os quais podem se relacionar com a lealdade familiar de Schutzenberger (Op.cit) ou com o sentimento de pertença de Eiguer (Op.cit) - também presentes na cultura do crime - quando da vingança da morte de um familiar, 'parceiro' ou de sofrimentos infringidos à sua classe social, como revelado na história de João:

Eu acho que assim, a minha família pra mim é uma família normal, né. Família batalhadora, família guerreira, mas que, como todas as famílias têm os problema, só que, talvez a gente decidiu resolver isso de uma maneira diferente das outras família. Eu, vim pra onde vim. Meu pai precisou fazer o homicídio dele, foi preso por causa disso. Hoje, graças a Deus tá na rua, sossegou.

E – Por que precisou? Como que é isso?

Porque assim, o cara que meu pai assassinou disse que ia entrar dentro da minha casa, estrupar minha mãe, minha irmã e aleijar meu pai e fazê um filho na minha irmã pro meu pai cuidar. Meu pai deu as costa pra ele e falo que se ele fosse home o bastante pra fazê isso, pra entrar dentro da casa da minha família que entrasse. Aí ele tentou sacar a arma pro meu pai...

Esse rapaz foi o seguinte – Meu pai tinha um amigo, o nome dele era feijão. É do crime tamém. Aí conheceu esse cara numa mesa de bar. Até então, era conhecido do meu pai, amigo do meu pai, só que quis namorar com a minha irmã e minha irmã não quis. Aí foi e agrediu minha irmã. Aí eu fui, tomei as dores da minha irmã e acabei, né, fazendo um linchamento desse cara aí. Eu e uns amigos meus. Aí ele cato um dia, bêbado, foi em casa, deu uns tiro pro alto, aí meu pai não gosto e falo que se ele passasse em casa de novo a história ia ser diferente. Aí, um desceu do carro, falo que ia fazê, meu pai mando, aí tentou, aí foi lamentável... Aí meu pai só tinha passagem por agressão. Briga de bar, briga de baile. Meu pai dava aula de full contato, antes dele fraturar a coluna... Aí, como quem faz esse tipo de artes não pode nem pensar em brigar ... (JOÃO)

Nessa mesma lógica, Antonio também traz uma passagem de sua vida onde a lealdade familiar e o sentimento de pertença o impele à vida no crime justamente quando dele estava saindo, dando os indicativos dos componentes do funcionamento do inconsciente familiar partilhado por seus membros:

E quando meu irmão tomô tiro tamém, o Baré, quando ele tomô tiro. Marcô porque eu tava do lado dele ali, tal. Ele tomô tiro do meu lado e eu não pude fazê nada senhora. Tive que me envolvê e eu já tava quase saindo do crime nessa época já. Foi uns dias depois que eu matei o cara. Só que esse cara que deu tiro no Baré, foi outro cara. O Rogério tomô tiro tamém, eu e meu outro irmão, o Marcinho, pegamo o cara, pegamo o cara que deu tiro no Rogério. Do Baré foi só eu que peguei. Mai se for vê memo, meu irmão ele nem matô, porque ele tava bêbado, ele errava tudo os tiro. De pertinho senhora, errava tudo.

Lei da minha família... não tem senhora. Acho que não tem não. A única lei da minha família é o seguinte: desde quando nós era pequeno nós fala: mexeu com um mexeu com todos. Se bate em um vai tê que batê em todo mundo. Matô um vai tê que matá todo mundo. Ah, eu o Baré, o Tito, o Marcinho, o Rogério, é lamentável... (ANTONIO)

Sobre o uso da violência física para a resolução de conflitos e discussões, Zaluar (2001, p. 08) aponta que “o orgulho e o sentimento de adesão ao grupo diminui a pressão social para o controle das emoções e da violência física, resultando em baixos sentimentos de culpa no uso aberto da violência nos conflitos”. E para compreender a violência que marca as relações contemporâneas, a autora desafia as relações entre o processo civilizador, permeado pelo orgulho do autocontrole das emoções e da notoriedade, com o ‘etos’ guerreiro da Idade Média – enquanto “orgulho de não se submeter a nenhum compromisso exterior” (ZALUAR, 1998, p. 266-268), como traz Antonio:

Ah tipo, qualquer coisinha eu já queria brigá e tal. Eu achava bom aquilo ali. Naquele momento pra mim era bom, brigá e tal. Só que não era né senhora. Na verdade eu só tava me prejudicando.

Para Soifer (1982, p. 11-13) a compreensão das dificuldades relacionadas ao adolescente em conflito com a lei e suas respectivas famílias ressalta o papel da família em ‘ensinar’, considerando a elaboração e transformação das pulsões em sublimação, como o motor da aprendizagem, por atenuar o ódio e a rivalidade, condição básica para a convivência. Assim, a autora define a família como responsável por garantir o equilíbrio psíquico dos filhos, através da distinção entre fantasia e realidade; amor e ódio; sujeito e objeto; eu e não-eu; ou seja, delimitação entre a vida e a morte; sanidade e loucura; honestidade e delito, descrevendo que a criança em processo de maturação procura adquirir habilidades motoras que carecem de noções psíquicas correspondentes, o que representa, em termos de evolução psicológica, a passagem da relação narcísica para a objetal, que culmina com a instalação do superego e a identificação com os pais ou substitutos, evolução esta que vai do egoísmo e do egocentrismo para o amor e a solidariedade.

Durante o período em que esteve internado – um ano e três meses – João mostrou no dia-a-dia, e no acompanhamento psicossocial, tratar-se de um adolescente com funções psíquicas preservadas, que o capacitam a estabelecer relacionamentos sociais equilibrados, onde o amor e a solidariedade, referidos acima por Soifer (Op.cit) se fazem presentes. No entanto, sua história revela intensas contradições vindas dos pais:

Mesmo sendo minha mãezinha, querendo me entender de tudo quanto é jeito e querendo botar uma pedra em cima lá, acho que ela quer saber também, o que passa na minha cabeça, pra fazer um negócio desse.

Meu pai ele já não tem muito o que falar. Meu pai ele é discabeção também, mas chora. Nunca vi meu pai chorar do jeito que vi chorá quando vem aqui me visitar. Uma coisa que me emocionou bastante, também chorei junto com ele. Mas, ele só pede. Volta pra casa e não erra. Faz isso não. E meu pai é durão, tem cara de ruim, tudo, mas o coração dele parece uma geléia. Aí consegui segurar as pontas, minha mãe até falou que quando ele chegou em casa, meu pai era um cara que crucificava Cristo, que ele xingava Cristo, que ele não achava que Cristo era certo. Ajoelho, ajoelhou no pé da cama, pediu pra Deus, ele não tava conversando muito com a mãe quando eu vim preso.

A gente sempre tentou resolver do modo mais prático, acho que todo mundo pensa desse jeito. Mais o modo mais prático que eu usei pra resolver os problemas da minha família não foi tão conveniente como de outras famílias. Eu preferi ganhar dinheiro fácil, rápido, mesmo tendo que arriscar minha vida, minha liberdade, porque quem ta na rua não esquenta a cabeça com liberdade. Só depois que vêm parar num lugar desse aqui que lembra da palavrinha chave...

Uma família tão estranha que nem a minha, tão diferente. Ah, porque é estranho senhora. Minha mãe, ela falsifica, passava assinatura falsa, meu pai preso, irmão correndo pela favela... e uma moça crente na igreja na casa. (JOÃO)

Diante dos relatos de João, percebe-se o convívio com um pai agressivo e autoritário, mas que parece ter se tornado capaz de tomar suas próprias experiências para o estabelecimento de reflexões junto ao filho. Já a mãe, embora apresente uma certa passividade diante dos rompantes do marido e do filho, evidencia contradições entre o que defende e o que já fez. Ao ser apresentada por João, na defesa orgulhosa de uma família que nunca roubou nada de ninguém, não considera as falsificações de cheque como um forma de roubo, relatadas mais adiante, o que nos leva a analisar o não-dito e a ambivalência diante do modo de lidar com a lei enquanto modelos com maior potencial de distorção de valores ético-morais para a constituição subjetiva de uma criança do que o enfrentamento, a conversa e a reflexão sobre um crime cometido.

Com Pedro, a história de sua família evidencia que a cultura familiar é fortemente atravessada pela cultura do crime – aprendizado que a família lhe possibilitou e lhe transmitiu, negando-lhe o acesso a outros códigos sociais, a despeito de suas sucessivas tentativas. Assim, Pedro culpa o pai por seu envolvimento no crime, evidenciando que a revolta pelo sofrimento e privação afetiva parecem fazer parte do inconsciente familiar, justificando os crimes:

Falá a realidade pá senhora, pra mim ali, família, sabe, eu acho que eu num tinha aquela coisa dentro de mim assim... família... família.... eu num tinha, acho que pelo modo que eu fui criado, eu fui criado tipo... rígido... Família pra mim, acho que num tinha, entendeu senhora... Hoje eu acho importante, vejo, tal... Memo meu pai, eu sô meio assim com ele, sô sim, num vô mentí pá senhora não. Pô, eu paro e penso, meu olho enche de lágrima. Pô, o quê que ele fez comigo? Ele me trocou por uma mulher... tal. Por quê que ele me deixou passá fome? Por quê ele me deixou entrá nessa vida? É o seguinte: onde eu tô, como eu tô, o que eu passo? Mai ao memo tempo eu penso: “Pô, mai é o seguinte, ele sofreu tamém, sofreu mai que eu e tenho certeza que ele num queria isso pra mim”. (PEDRO)

A distinção entre bem e mal, vida e morte, sanidade e loucura – apontadas por Soifer (Op.cit) como funções dos pais, aparecem na história de Pedro de modo bastante precário, onde o que aprendera de bom – atribuído à mãe – não deixa de autorizar a atuação infracional:

Vô falá uma coisa pá senhora. Aprendi sê ruim. Aprendi sê ruim com meu pai. Bom com a minha mãe. Bom assim, de coração. Se eu vê alguém na rua assim, passando necessidade, eu não gosto. Não gosto memo. Aprendi a viver. Ruim de frieza. Em frieza. Não que... eu não sô psicopata, num sô nada, certo senhora. Mais é o seguinte, se eu tivê que fazê alguma coisa eu vô fazê na pura calma, entendeu senhora? Na pura calma. Aprendi vivê. Se me tacá na selva eu vivo. Certo, senhora? Sei o que falo, o que num falo. Isso aí meu pai e minha mãe sempre ensinou pra mim. Sei o que faço, o que deixo de fazê. No momento, até então, eu num sabia, porque, meio criança, querendo ou não a mente é meio... A senhora sabe como é... É difícil, a situação é complicada, cê age mais... às vezes nem é tanto aquilo ali mai cê fala: “eu vô fazê, num tô nem vendo e vamo vê no que vai dá. Num sei se eu vô tá vivo amanhã”. (PEDRO)

Portanto, com a função dos progenitores em ensinar, o conceito de ‘autoridade’ enquanto produção de saber que deve ser transmitido - eixo do poder parental onde se insere a colocação de ‘limites’ e onde a noção de realidade aparece com funções direcionadas à contenção de impulsos destrutivos, Soifer (Op.cit. p.29) destaca que “a obediência se origina espontaneamente, com a ambição e com o desejo de aprender”. Para tanto, se os instintos de vida e de morte se exprimem através da fantasia e dos atos de exploração da realidade, papel fundamental têm a família no sentido de mostrar ao novo membro do grupo o que leva à morte e o que mantém a vida.

A importância da função da família em ensinar nos interessa especialmente, quando a autora mostra que, sob a ótica da dinâmica da relação entre pais e filhos, a ansiedade da criança diante de uma experiência que demanda o ‘ensino’, pode

reativar as próprias vivências que os pais tiveram nesse mesmo momento evolutivo, promovendo as defesas então estabelecidas. E se os pais recorrem à própria experiência e emoções vividas quando precisaram adquirir tal aprendizagem, caso as defesas utilizadas na época se centraram na repressão, não completando a aprendizagem, não terão condições de oferecer apoio ao filho. Assim, a partir dos mecanismos de defesa predominantes em seus membros, se forma o que Soifer chama de 'cultura familiar', maneira que a família encontra de atuar sobre a realidade, a qual nutre-se das normas que recebe da sociedade, forjando sua própria ideologia, em consonância com as ideologias privilegiadas da sociedade, sendo a ideologia da família, "aspirações, anseios, consecução de vantagens sociais, aperfeiçoamento de caráter, etc."(SOIFER, Op. cit, P.35).

Segundo a autora, as condutas anti-sociais se expressam através de sintomas decorrentes da insuficiente contenção da família às ansiedades infantis. Os limites são postos de forma inadequada, com mensagens contraditórias, sendo o sintoma a forma pela qual a criança exprime sua solidão e a falta de um modelo de identificação para os aspectos em que se sente carente. De modo geral, esses sintomas se instalam nos filhos de famílias que mantêm pouco contato afetivo com os filhos e costumam evitar ou mascarar a explicação de determinadas situações vitais, como traz João:

E - E o que você acha que a tua família mais te ensinou. O que você aprendeu com a tua família?

Ter um coração bom. Porque se não, não ia tá num 157, ia tá por homicídio. Acho que o que mais minha mãe e meu pai me ensinou foi ser bom.

E - E como que te ensinaram isso?

Sendo. Meu pai nem pode saber, mas pra mim, o amor que ele passou pra mim ele não teve. Por isso que às vezes eu entendia ele. Minha família pra mim, ó, releva seu pai aí, pô, já ta grandão também, entende seu pai, seu pai não teve o amor que ce tem. Então passá alguma coisa que ele não teve é difícil. Com isso eu fui aprendendo... Nunca fui, quando eu era pequeno, apegado ao meu pai, porque, a pessoa que mais xingava os outro pra mim não era bom. Mas eu entendi que mesmo ele dando bronca ni mim, ele me amava e tá aí até hoje. (JOÃO)

Considerando que o modo de relacionamento entre os pais é fundamental para as características que serão impressas à família, a consequência de conflitos conjugais, dos mais 'normais' aos episódios recorrentes de violência doméstica - sejam em uniões legalmente constituídas ou com a presença de somente um dos

genitores ou as formadas pelas figuras de padrastos ou madrastas – percebemos que as atuais configurações familiares não se justificam apenas pelos fatores sócio-econômicos e culturais pelas quais passou, devendo ser analisadas as condições em que se sustenta. Nesse sentido, a história de Antonio revela as marcas deixadas pelo relacionamento de seus pais - a traição da mãe que gerou a separação e o abandono da troca por outro homem – as quais participam do inconsciente de sua família e são fortemente trazidas na relação transferencial que estabelece comigo, quando lhe pergunto sobre o que considera certo e errado na família:

Errado pra mim... O que é errado que eu mais penso é tipo você... como eu posso falá pra senhora... No amor. O que é mais errado pra mim é no amor senhora. Tipo, você despertá o amor numa pessoa, sem tê a intenção de amá ela. Isso é uma coisa muito errada pra mim. Fazê a pessoa sofrê. Igual eu, eu tô preso, tipo, uma pessoa desperta o amor ni mim, eu vô sofrê mais do que eu já tô sofrendo, com certeza. Isso pra mim é errado. E certo, ah, sei lá senhora, muitas coisa é certa, mas tamém tem muitas errada que eu não sei explicá no momento. Certo é você dar valor tamém na pessoa amada e tal. (ANTONIO)

Nessas condições é importante destacar que o amor romântico, hoje vinculado à exigência de complementaridade, de modo a ser considerada solução para os males, é estimulada como meio de alcance da felicidade, fato relevante para análise dos altos índices de famílias monoparentais, recompostas e de casamentos com violência conjugal, principalmente quando o casamento é estabelecido como estratégia de resolução de algum tipo de problema.

Muszkat (2003) destaca que nas classes pobres, pelo fato de não terem patrimônios a zelar através da transmissão via casamento, puderam se unir muito antes, através da atração e do amor. Ao estudar a conjugalidade nas classes de baixa renda, caracteriza o campo sócio-econômico e cultural das famílias que analisa, as quais se assemelham, em quase todos os aspectos, com a dinâmica das famílias de adolescentes em conflito com a lei.

Seus estudos apontam que essas famílias geralmente se encontram em conflito, são julgadas como 'desorganizadas' e 'incompetentes', carregando a representação de todo o mal social que as levam ao estado de marginalidade. Sobrecarregadas de frustrações, carentes de educação e informação e discriminadas e desrespeitadas pela sociedade, criam para si um repertório de soluções compatíveis com os seus poucos recursos. Acrescenta que essas famílias costumam gerar relações 'matrimoniais' pouco estáveis, muitas vezes com muitos

filhos de vários pais, mas sem a ajuda de nenhum deles, sendo a constituição de novas parcerias os motivos para 'entregá-los' a outras figuras, avós, tias, vizinha, ou, eventualmente, aos próprios pais, para serem 'criados'. O trabalho masculino para a maioria dessas famílias é informal, sem vínculo empregatício e descontínuo resultando em ganhos insatisfatórios. E embora a mulher ocupe o lugar de 'chefe da família', tanto no sentido da responsabilidade com o bem-estar quanto no suporte econômico, é comum o modelo tradicional de organização familiar baseado na divisão sexual do trabalho manter-se no nível idealizado, ou seja, a assimetria dos papéis sexuais, o respeito às obrigações e responsabilidades tradicionais de autoridade e hierarquia que privilegiam o modelo hegemônico masculino são mantidos. Buscam resgatar algum poder e dignidade apoiando-se numa espécie de 'ética do oprimido', onde o homem da casa é mantido no convívio familiar, ainda que numa pseudohierarquia, permitindo proporcionar-lhe um lugar de autoridade junto à mulher e aos filhos, já que é um lugar que não irá encontrar no espaço público. Entre essas famílias, há uma troca permanente de serviços essenciais, tais como cuidados dos filhos, acolhimento em situações de crise, pequenos empréstimos, constituindo uma parte da lógica moral sobre a qual se apóiam. O investimento na 'camaradagem', que no grupo masculino é traduzido pela vida social no bar (onde os contatos são feitos e os empregos sugeridos), pode, para muitos, ser interpretado como vadiagem. As crianças ficam, na maioria das vezes, sós ou com os irmãos mais velhos cuidando dos mais novos, ou ainda, na melhor das hipóteses, com outros membros da família ou vizinhos. As figuras masculinas ficam, geralmente, apartadas da relação com os filhos. São pessoas que, tendo baixa ou nenhuma escolaridade, não apresentam qualificação para exercer trabalhos mais elaborados. As dificuldades de trabalho e a insuficiente renda familiar produzem a expectativa frustrada de mobilidade social que será depositada nos estudos dos filhos. Quando uma mulher demonstra sinais de independência, as ameaças e a agressividade são armas de defesa comuns. E se as mulheres resolvem dar um fim a uma relação, insatisfatória ou agressiva, sem a anuência de seus parceiros, enfrentam o risco de serem violentamente perseguidas.

No entanto, a apropriação do homem, nestas famílias, de uma autoridade moral, é sustentada pelas próprias mulheres, que, se sentido expostas, inseguras e frágeis, de alguma forma, lhes confere, não exatamente uma autoridade masculina, mas um 'vantagem sancionada pela família'. Assim, ressalta a autora, que a

tendência atual do direito é privilegiar funções maternas e paternas afetuosas, ainda que compartilhadas por várias pessoas, mesmo que não sejam as figuras parentais biológicas.

Apesar de determinadas características levarem o senso comum e alguns estudiosos a definirem famílias com problemas como 'desorganizadas' ou 'incompetentes', muitas vezes porque diferente dos padrões ideais, o conceito winnicottiano de 'mãe suficientemente boa' também se faz para as famílias, pois se o investimento amoroso dos progenitores se faz 'suficiente', 'eficaz', tendo bons resultados, a despeito das vicissitudes que podem caracterizar a organização familiar, isso significa que apesar de quaisquer dificuldades que possam ocorrer, o equilíbrio emocional e disposição dos pais para o enfrentamento dos problemas torna-se essencial para um desenvolvimento saudável de seus filhos e uma dinâmica familiar satisfatória.

Retomando o objetivo da pesquisa, de acordo com as considerações metodológicas inicialmente apresentadas, o inconsciente familiar, fantasmado e compartilhado por seus membros e transmitido entre gerações, como propõe Eiguer (1985), oferece contornos peculiares para a constituição da subjetividade, que se dá, a princípio, pelos processos de identificação parental. Tomando como pressuposto de que o sentimento de pertença é constituído por essa representação inconsciente da história familiar, a partir dela analisamos as relações entre a representação da 'lei' para e na família dos entrevistados, bem como a maneira com a qual encaram a ruptura do pacto social, com os discursos de acerca de seus atos e vivências do contexto do crime.

Assim, na história de João, embora tenha dito que nada sabia sobre os primos, ao contar que sua primeira experiência que considera em conflito com a lei se deu quando a polícia invadiu a casa onde faziam a reunião do projeto do qual fazia parte na comunidade, ocasião em que jogou "coquetel molotov" na viatura, aparece o primo – filho de sua tia materna, que foi quem havia lhe ensinado a fazer a bomba. Sobre outros atos infracionais, fala já ter cometido tentativa de homicídio contra policiais, contra pessoas que queriam lhe pegar em guerra de favela, invasão de comunidade e assalto.

Conta que passou a freqüentar a favela, dizendo aos pais que ía pra escola, já que a família residia em outro bairro. Ao falar sobre a vida na comunidade e na

favela, lhe pergunto se estava no tráfico, quando responde que não, frisando que trabalhava para a favela, negando envolvimento com o tráfico muito embora sua função dentro da favela fizesse parte do esquema do tráfico, justificando, implicitamente seus atos como um trabalho dissociado de qualquer comprometimento com o tráfico:

Na favela, senhora, a gente pensa assim: quem pode manda quem tem juízo obedece. Eu, como não podia ainda, mas tinha juízo, obedecia quem podia. Como todo serviço tem seu patrão.

E - Então você já tava no tráfico?

Não. Eu tava na favela. Trabalhando pra favela. Na favela senhora, tem soldado, nem sempre é do tráfico, que é olheiro, tem o segurança do patrão, tem o segurança da biqueira onde vende droga. Então, eu trabalhava. Me deram uma arma na mão, molecote ainda, jogava em cima do telhado e falava pra eu ficar lá em cima. (JOÃO)

Mais adiante, ao voltar a falar que estava trabalhando como piloto na favela, refere que seu pai também trabalhava na favela:

(...) meu pai trabalhava na favela e comecei a trabalhar de piloto, só dirigindo, aí foi quando meu pai descobriu que eu tava pilotando, porque eu pilotei pra um amigo dele, conhecido dele, que comentou com ele. Tanto que meu pai disse que o único erro que ele cometeu comigo, que eu mesmo comentei com ele, foi ele ter me ensinado a dirigir, antes da hora, que não deu certo. (JOÃO)

Logo após a fala de que o único erro do pai fora ter lhe ensinado a dirigir antes da hora, João conta sobre a primeira vez que foi preso – por porte de arma, junto com o pai, que alcoolizado, “queria matar um cara em outro bairro” e a mãe lhe “manda” ir junto. A mãe o responsabiliza por acompanhar/cuidar do pai, que é mobilizado em defesa de um amigo, contra uma pessoa que já havia feito mal ao próprio filho e este não fizera nada na ocasião, ou seja, defende um pai que não lhe defende e se apropria de um papel de pai do próprio pai, que a mãe lhe outorga:

Primeira vez que eu fui preso foi num porte de arma. Junto com ele, que ele tava alcoolizado, queria matar um lá, no outro bairro, aí minha mãe mandou eu ir junto, falei pra ela que não ia. Falei pra minha mãe, não ia lá nem pra namorar, minha namorada morava nesse bairro, aí pra não deixá meu pai fazê coisa errada eu fui. Não deixei ele fazê não. Foi um espancamento que esse rapaz fez. Eu trabalhava vendendo chocolate na rua, aí eu tava voltando de madrugada no ônibus, depois da meia noite, aí eu acabei dormindo dentro do ônibus, aí esse cara me pegou, e meu pai

não fez nada. Fiquei até meio triste, por ele não fazê nada, porque pelos outros ele corre, por mim ele tinha que corre também. Aí esse moleque, esse memo cara que me espancou - o filho dele - foi, espancou um amigo do meu pai. Aí meu pai foi querer tirar as dores. Eu tive oportunidade de ter acertado o cara que meu pegou, mas assim, se por mim, meu pai não foi, pelos outros eu também não ia matar. (JOÃO)

Em outro trecho, o histórico de alcoolismo do pai, que gerou diversos episódios de briga dentro da família, relatados por João, parece ser o motivo para perdoá-lo e do qual o próprio pai se utiliza para não perder o amor do filho:

Ele falava pra mim assim que quando a gente fosse no bar, era pra mim ir junto com ele, a hora que eu visse que ele tava já ficando meio zozzo, ou que ele tava bebendo demais, era pra mim chegar pra ele, mandar ele parar de beber, pagar a conta pra nós ir embora. Fiz isso e deu certo. Fui no alcoaltras anônimos com ele, eu e minha mãe. Eu acho que, é um vício como a cocaína, vício do crack, que ele quer se libertar mas que é certo a gente ajudar. (JOÃO)

Em relação ao posicionamento do pai diante de seu ato infracional e da privação de liberdade, João, a princípio não lhe concede o direito de falar, embora demonstre consideração por sua preocupação:

O que meu pai fala pra mim? Meu pai ele já não tem muito o quê falar. Meu pai ele é discabeçadão também, mas chora. Nunca vi meu pai chorar do jeito que vi chorá quando vem aqui me visitar. Uma coisa que me emocionou bastante também, chorei junto com ele. Mas, ele só pede: "Volta pra casa e não erra. Faz isso não". (JOÃO)

Num outro momento, embora afirme que conversa com o pai de modo mais aberto, João se coloca novamente em posição de quem cuida dentro da relação pai e filho. Assim, a inversão de papéis parece ser a sustentação do relacionamento, já que assim, João faz o desejo da mãe enquanto a figura proteção da casa, e desse modo, o pai não perde o amor da mulher e do filho se o alcoolismo, no inconsciente familiar, 'autoriza' – justifica - os episódios de violência familiar:

Com meu pai já uma conversa mais aberta. Às vezes passa pela minha mente sair daqui, matar. Aqui dentro a mente é maliciosa mesmo. Aí ele vem, explica que o fundão (penitenciária) é diferente disso aqui que eu tô vivendo. Fala que não é certo, que hoje ele concorda comigo de não podê tirar a vida de alguém. (JOÃO)

Para João a vivência infracional parece ter se configurado para identificação com o pai. No entanto, o lugar de cuidador do pai que a mãe lhe atribui também lhe mostra as fraquezas do pai, com as quais não quer se identificar, sob o risco de perder o lugar do homem protetor da casa. No entanto, ainda que inconscientemente, parece saber que a mãe lhe autorizaria, sem perdas, a ser igualzinho ao pai. E assim, o ser ou não ser de João também vem do pai, que embora precise do papel de cuidador, o autoriza a ser igual a ele:

Hoje minha mãe mesmo fala que não entende como eu consegui tá bem até agora aqui, pelo meu jeito de ser. Só que eu explico pra ela, a gente muda perante as circunstâncias. Meu pai olha pra mim e fala: "você é igualzinho o pai, tem que mudar, seu gênio é igual do pai". Só que eu quero provar pra ele também que não é assim. Minha mãe acredita nisso. Mas ele não acredita. Ele acredita que eu sou igual ele. Porque quando meu pai tava preso era eu que era a estrutura da minha mãe. E meu pai é durão, tem cara de ruim, tudo, mas o coração dele parece uma geléia. (JOÃO)

A princípio, refere que somente o pai possui em sua história algum envolvimento com o crime, por agressão, em briga de bar e briga de baile, porte de arma e homicídio. Porém, no meio da entrevista, quando lhe perguntado sobre algum segredo de família, fala de um homicídio cometido pela irmã, onde João também aparece como figura protetora – ainda que encobrendo crimes de outros familiares - e a autorização para a transgressão também se faz para a irmã.

Coisa que ninguém fala, evita falar, coisa que nem a justiça descobriu foi o homicídio da minha irmã que hoje é pastora de igreja. Cara tentou estrupá ela, na saída da escola, aí eu tava saindo junto com ela, eu tava armado. Fui buscar ela na escola, minha irmã tava com uma faca no fichário, porque estudá à noite naquela cidade, à noite, não pode andar tranquilo, aí parei pra tomar um lanche e ela falou que ia continuar descendo pro terminal. Parei pra conversar com uma menina, aí quando eu vi, vi o cara querendo agarrar minha irmã, minha irmã deu uma facada nele, saiu correndo. E eu, pra não deixar minha irmã ser presa, fui e matei o morto, né. Homicídio foi dois, mas teve um morto só. Isso eu tinha doze anos de idade, ela dezoito. Ela é seis anos mais velha do que eu. Ficou todo mundo em pânico, porque ninguém imaginou que minha irmã, a docinho da família poderia fazer isso, nem que eu, já o pá virada da família, ia tentar fazer alguma coisa pá acorbentá minha irmã, ou arriscar minha própria liberdade pra isso... (JOÃO)

E mais adiante, contradizendo o endossamento que João faz da fala da mãe diante de seu ato infracional, a autorização para transgredir parece se confirmar no inconsciente familiar, quando por fim, surge a mãe como a infratora:

Que nem ela fala, minha família inteira nunca teve coragem de roubar, de ninguém. Eu fui o primeiro. Pra ela não é bom. Tá totalmente errado, totalmente fora dos parâmetros da minha família. “Mas não é por causa disso que eu vou te desamparar não”.

Ah, porque é estranho senhora. Minha mãe, ela falsifica, passava assinatura falsa; meu pai preso, irmão correndo pela favela... e uma moça crente na igreja na casa.

E - Falsificava assinatura de quê?

Cheques, pra poder fazer compra, pagar o aluguel. Folhas de cheque, ela tinha o talão de cheque dela também. Não sei o que ela fazia lá. Aquele tempo até então, até hoje não sei, nem a minha assinatura não consigo fazer... Sabia porque desde época de escola já vinha falsificando atestado médico... às vezes precisava faltar, viajar com meu pai, que meu pai precisava sair fora da cidade... aí falsificava atestado médico pra uns quinze dia, que eu ia ficar de cama, aí mandava pra escola, desde esse tempo já sabia que ela tinha um certo dom pra copiar assinatura dos outro. (JOÃO)

Desse modo, o pacto edípico na história familiar de João o estrutura para a manutenção do pacto social tanto quanto para com seu rompimento, pois no inconsciente familiar existe a autorização para transgredir ao mesmo tempo que o sentimento de pertença familiar é alimentado pela lealdade do cuidado e da proteção entre seus membros. Porém, se o inconsciente familiar que estrutura o sentimento de pertença é fortemente marcado pela preservação e proteção da família, a transgressão continua autorizada, pois ela pode ser em face da manutenção do sentimento de pertença: a proteção da família:

E - E o que você acha que a tua família mais te ensinou. O que você aprendeu com a tua família?

Ter um coração bom. Porque se não, não ia tá num 157, ia tá por homicídio. Acho que o que mais minha mãe e meu pai me ensinou foi ser bom.

E - E como que ela te ensinou isso?

Sendo. Meu pai nem pode saber, mas pra mim, o amor que ele passou pra mim ele não teve. Por isso que às vezes eu entendia ele. Minha mãe falava pra mim: “ó, releva seu pai aí, pô, já tá grandão também, entende seu pai, seu pai não teve o amor que cê tem”. Então, passá alguma coisa que ele não teve é difícil. Com isso eu fui aprendendo... Nunca fui, quando eu era pequeno, apegado ao meu pai, porque a pessoa que mais xingava os outro pra mim não era bom. Mas eu entendi que mesmo ele dando bronca ni mim, ele me amava e tá aí até hoje. (JOÃO)

Pela história de João, avalia-se que diante do rompimento do pacto social, o inconsciente familiar pode levá-lo à atuação infracional. No entanto, não apresenta adesão às leis do crime pelo crime, embora as tenha vivenciado na rua e na instituição, já que seu entendimento acerca do funcionamento do crime organizado detém, ainda que de modo incipiente, críticas em relação ao momento histórico-social que atravessamos. Assim, se o rompimento do pacto social o coloca na encruzilhada diante da lei da cultura, o investimento em sua capacidade de atuar em uma perspectiva político-transformadora a qual se refere Pellegrino (1987) pode significar sua opção pelo não rompimento com a lei da cultura:

E - Na época em que você tava lá na rua, que te chamaram pra participar dessa 'fita', como vocês falam, qual era o teu maior desejo, o que passava pela tua cabeça?

Meu maior desejo, e não mudou hoje não, mudou o método de terminar ele, mas, até um dia eles mudarem, é poder até o final da vida da minha mãe e do meu pai um lugar pra eles morá, deles, uma casinha, que seja uma casinha muito humilde, mas deles, no meio do mato, que é o que meu pai gosta; um carrinho, nem que seja um 'pois é zinho' lá, porque meu pai vem me visitá com meu carro, é chato isso pra ele...

E - E você consegue perceber alguma forma de protesto, sem ser dessa forma? Do mesmo jeito que você diz que o PCC é uma forma de protesto, existe uma outra forma de protestar e lutar sem ser dessa forma?

Existe. Tem muita gente que prefere fazer passeata, tem muita gente que prefere bater lata, muita gente que faz greve, muita gente que canta, muita gente que toca, então, basta você parar, abrir a mente pro horizonte e a imaginação vai fluir. Eu, aqui dentro, tô indo pra dez mês aqui nessa Unidade, dez meses sem escrever uma letra de rap. Coisa que eu só escrevo em carta, coisa que sai da mente na hora. Tanto que a gente fala, prenderam meus pensamentos, mas não calaram minha boca. E saindo daqui eu vou fazer meu protesto em forma de música.

E - Você acha que é melhor ou pior?

Menos eficaz. Porque assim, o povo escuta quem tem fama. Racionais, o cara tem cinquenta ano de caminhada aí. O que ele tem cantando rap eu tenho de vida ainda. Então pra mim não é muito fácil, mas, vamos tentá. Se eu tive disposição pra tentar no crime vou ter disposição pra tentar desse lado também. (JOÃO)

Na história de Pedro, a raiva do pai por tê-lo desamparado o torna culpado por sua vivência infracional. Porém, o crime como modo de ser como o pai, para agradá-lo, chamar sua atenção ou desafiá-lo se mostra como a atuação do desejo da lei – já que de outros modos, estudando, jogando bola, não foi reconhecido.

O crime e suas leis aparecem como leis da família, sem distinção entre o que é bem e mal reconhecida e endossada pelos pais. Isto em decorrência da fragilização de sua identificação com o pai – que lhe dá o reconhecimento da pertença familiar quando de seu ingresso na trajetória infracional com todos os

componentes que forem necessários para a satisfação da lei do desejo pleno. No entanto, embora o pai lhe autorize o gozo total, Pedro encontrará uma interdição quando da primeira vez que sente vontade matar alguém – a madrasta – que aparece quando da prisão da mãe, lhe trazendo de novo o desamparo do pai. E embora seu pai tenha matado a própria mãe, o ato é interdito por ele.

E embora a mãe apareça como a figura que lhe ensinou a ser bom, pois apesar de autorizar conscientemente o envolvimento com o crime, coloca como objetivo o dinheiro e não a violência física, a reação que demonstra quando do conhecimento dos homicídios do filho é descrita com elementos de admiração e coragem:

Eu nem falava pá minha mãe. Até hoje... Eu fui visitá minha mãe. Eu cheguei lá, fiz até remédio pra ela. Falei: “é mãe, negócio é esse, esse, esse...” Ela: “Filho! E tal, né”. Aí ela falou pás muié assim: “gente, meu fio tá matando os otro”. E nisso, esse meu irmão Arthur tinha um homicídio tamém. Aí é o seguinte: “meu fio tá matano os otro e tal, que não sei que têm...” Lá em Votorantin ela tava. Eu ia lá sozinho, eu tinha carteirinha. Aí ela falava e eu falava: “não mãe, mai não é assim, o moleque fez isso e isso e isso”. Ela falava: “não, mai num pode filho, tem que ganhá dinheiro. Se for po cê tá nessa vida tem que sê em dinheiro, cê num pode ficá matando os otro”. Ela não queria que eu matasse ninguém. Ela queria que eu ganhasse meu dinheiro. Se fosse pá mim tá nessa vida. Ela não queria que eu tivesse nessa vida. Ela falava. (PEDRO)

Assim, o ingresso de Pedro no crime se dá pelo tráfico de drogas, através de contatos diferentes dos contatos dos pais, alegando o desejo de independência financeira, mas que inconscientemente, iria lhe trazer o reconhecimento da pertença. Do uso da droga e seus rituais ao comércio da droga e sua organização, presenciadas desde pequeno, Pedro descreve a relação com os usuários, com a polícia, com o espaço público e com as meninas, que constituem o modo como se torna reconhecido:

Aí é o seguinte. Eu comecei a usá, usá, usá, e eu ficava encanado, com duas quadrada e se alguém pisasse ali que eu não conhecesse, porque o cara quando fuma pedra ele vai na sua casa. Não adianta cê fala pra ele: “num vai em casa”, que ele vai na sua casa. E se não tem ninguém vendendo, ele vai na sua casa, num adianta. Ía gente lá e eu falava: “Vai, vai, vem, vem, quem é o cê, mano?”. Tipo uma paranóia louca, entendeu senhora? Até que o seguinte. Um dia, a viatura veio, eu tava na rua, era nove hora. A rua tava mil grau, eu acabei com a rua. Eu acabei, eu tenho dó daquela rua. É uma rua que tinha um pagode todo domingo. Todo dia esses horário aqui ó, pode ser de segunda-feira, tava movimentado, bar aberto, isso e aquilo. Eu acabei com a rua senhora. Matei gente na rua.

Começou o tráfico e não parava mais. Dei tiro na porta da casa dos outro, na rua. Outro dia uma menina, eu namorava com uma outra menina lá, que eu não merecia ela. Linda, linda. Mais ela era novinha, eu levei ela na idéia. Aí o seguinte, como ela era nova, eu dei um peão na mente dela, né. Aí uma menina que gostava de mim lá ligou na casa dela e falou que tava namorando comigo. Fui lá e vi no bina na casa dela. Falei “ah, sei de quem que é esse número”. Eu já tava meio chapado de cerveja, fui lá e acertei logo vinte e um tiro na casa, no portão da muié. Eu passei andano e soltei um monte. Uma saraivada monstro. Nisso aí ela mudou e a polícia queria me pegá. Tinha um outro moleque que chamava Pedro, que andava com uma bicicletinha, um moleque grande, andava com uma bicicletinha pequenininha. Os cara grudô ele e deu logo umas pá de pancada, achando que era eu (rindo). “Você que é o Pedro?”. Catô ele senhora. Catô ele de pancada achando que era eu. A polícia me batia, tomava soco na cara, mai eu era zica. Eu tava na rua né, senhora. Eu falava: “num tenho medo do sinhô não, sinhô. Sinhô vai me matá, então.” Chegou a colocar arma na minha boca. “Então me mata que é o seguinte sinhô. Num vô pára de trabaio memo não”. E falava isso aí e ele já conhecia eu. Invadiu minha casa de madrugada pá me pega, num arrumou nada. Outro dia passô lá de manhã, não arrumou nada. Achou que eu ía saí correndo pra fora, corri pelo fundo. (PEDRO)

Considerando que as primeiras relações com os representantes da lei social – a polícia – foram apresentadas de modo corrompido e corrompível, além de todo o histórico criminal da família, o sentido de lei e justiça são extremamente precários em Pedro, assim como já estão constituídos para a família, restritos ao seu caráter de punição:

Vou falar pra senhora: lei... na realidade minha mãe fala... Sabe que a lei é... se comete um ato infracional, tem um tipo de lei pra aquilo ali. Só que eles não gostam. Eles não gostam da lei, como é a lei, porque que a lei é assim. Hoje eu não sei qual a opinião deles. Mas é porque eles já foram do crime também né senhora. Então, tem que tê uma lei, tem, mas acho que, pra eles, não tão rígida como é. Deve ser por isso. E justiça existe quando você faz. (PEDRO)

Pedro se envolveu profunda e intensamente com o crime, como o caminho para sua pertença familiar, mas parece perceber, hoje, que esse envolvimento não garante a pertença a outros grupos e que não valida relações autênticas de troca emocional. Fala da importância que lhe tinha o dinheiro – transmitida pela mãe – e os meios sem limites para obtê-lo, autorizado pelo pai. Mas a despeito de tudo que o dinheiro podia lhe oferecer, não lhe garantiu a troca afetiva que sempre buscou. Assim, Pedro também é capaz de mostrar um desejo de uma lei, quando demonstra querer romper o ciclo das relações forçadas ou barganhadas, apesar do medo do que se considera capaz de fazer em liberdade:

O que mudou foi minha mente na realidade. Minha família sempre teve comigo. Porque a rua oferece um dia muito acelerado, senhora. Eu conversava com pessoa estruturada, estruturada, que falava: “cê é inteligente, cê é um moleque inteligente, continua assim”. Só que é o seguinte: eu só via o envolvimento do dinheiro. Só queria saber daquilo ali – dinheiro – pra mim o que importava era o dinheiro e mais nada. Antes uma pessoa falava assim pra mim: “E aí, cê prefere dinheiro ou mulher?” Eu falava: “o dinheiro, porque com o dinheiro eu consigo a mulher”. Hoje, eu falo que é a mulher. Mas uma mulher que é o seguinte: que me dê respeito, carinho. Entendeu senhora? Que é o seguinte, que seja do meu lado pro que der e vier. E não é qualquer mulher que se vende. Hoje eu sei disso. Antes não. Antes, com o dinheiro, eu consigo tudo e não é bem assim. Tem menina que é o seguinte, na rua, que é bonita, tudo, e vamo supor assim, cê passa com moto, tênis de 800 real po pé, blusa de 300, juliete de 1200 pá cara, e isso e aquilo e fala: “ah lá, acha que tá se sentindo”. Tem menina que pensa isso aí. Não é todas que fala... Hoje eu sei que tem menina que pensa: “ah, esse cara é mó arrogante, pensa que é tudo, mas na verdade não é nada e se depende de mim, nem que seja o último home do mundo”. Então o seguinte, acho que as coisa não é bem assim senhora. Não sei se tô preparado pra abrí uma geladeira. Amanhã eu posso embora, depois ou semana que vem, não sei. Não sei se eu vô podê abrir uma geladeira, tipo, no sentido assim, de ter uma liberdade né senhora. Acho que eu vou andá meio com medo na rua, medo de morrer. Eu tenho memo. Acho que qualquer ser humano tem. Tem gente que fala que não tem, mais na realidade eu sei o que se passa, e quer pagá de herói. (PEDRO)

Quando lhe perguntado sobre o que considera certo e errado Pedro passa a falar que os quase dois anos privado de liberdade lhe possibilitaram pensar nessas questões, descrevendo que ser ‘homem’ significa ter bom caráter, o que parece ser compreendido por ele pelo cumprimento da palavra dada. O caminho percorrido até dizer o que aponta de fato como certo e errado, que por sua vez justifica, para Pedro, seus crimes, é atravessado por um modo sedutor de convencimento de suas mudanças:

Deu aqui dentro. Porque é o seguinte: pra mim, sê home não é vendê droga pá criança, matá os otro. É o seguinte: qualquer um que for comprá droga nós vende, não vô mentí pra senhora, nós vende. Mas sê home pra mim agora é sê bom caráter. Hoje em dia eu acho que eu consegui tê um caráter, né senhora? Tenho uma palavra. Palavra eu sempre tive. O que eu falo, não saio no disbaratino. Falei: “vô respondê tudo pá senhora”, então vô respondê tudo. E assim por diante. Mais acho que sê home de família... Não tem home mais que isso: sustentá o filho e a mulher e não deixá faltá nada. E por mai que falte, tá ali, ó, não deixando faltá atenção e carinho pro seu filho, que foi o que aconteceu comigo viu senhora. Meu problema foi isso aí. O que é certo é carinho, amor, respeito, né senhora. Uma união. Errado é o desrespeito, a desunião, é quase ao contrário. É errado a falta de compreensão, a falta de diálogo é errado senhora. (PEDRO)

Os argumentos de Pedro para seu envolvimento infracional, fundamentados no desamparo afetivo que acompanha sua história, se mostram pouco elaborados por ele, tornando muito tênue a fronteira entre a compreensão e o amor ao pai - visto sua história também de abandono e desamparo – e a culpa e o ódio a ele destinado. Entendendo o pai, o problema é estendido por ele para a família, não excluindo a mãe de suas responsabilidades e funções de ensinar que não soube exercer:

E – Em algum momento você achou que o envolvimento do teu pai e da tua mãe, com o crime, foi errado?

É errado, com certeza. Sempre soube disso. É errado, lógico que é errado.

E – E o quê eles falam disso?

Falá um negócio pá senhora - eu nunca tive, tipo, um jogo aberto, nem com meu pai, nem com a minha mãe sobre isso aí. Tipo assim: “eu fiz isso aqui, isso é errado...” Nunca. Nunca parei pá conversa com ela, nunca parei e ela nunca me chamou: “ô filho, vem qui, isso e isso, não convém e tal”. Se ela conversasse comigo, senhora, com certeza eu ia conversá com ela, escutá ela.

E – E por que você acha que ela não conversa sobre isso?

Porque ela tem medo, eu acho, das respostas que eu vou dá pra ela, do que eu vô falá pra ela.

E – E o quê você iria falar?

Só na hora, senhora. Ah, acho eu que ia falá que eu sei o que é certo e o que é errado. Vamos supor que se eu tô nessa vida eu sei o que é errado, eu sei que eu tô preso pra pagar as conseqüência, e isso e aquilo. Ou poderia falar: “ah, vamo tentá de um jeito diferente, mãe”. Mas o seguinte, eu gosto de curtir, eu sou um cara assim. Mas é o seguinte, eu não ligo pro tempo, essas coisas. Minha praia é outra. Eu gosto de, sabe, de outro tipo de conversa. Eu gosto de umas pessoa sempre pra cima de mim, gosto de conversá com pessoa que tá sempre mais além, sempre mais... Eu num gosto de conversá muito com bandido. (PEDRO)

A angústia dos pais diante das reflexões sobre certo ou errado - presente nos pais - é transmitida a Pedro, que também se mostra incomodado quando levado a pensar no que poderia conversar com sua mãe. O pobre repertório de significados para os conceitos de certo e errado reflete a insuficiência dos pais em lhe ensinar e reconhecer os tão tentados meios a que Pedro recorreu para obter o reconhecimento e a confirmação de que o que estava fazendo era bom.

Por sua história, a lei do crime é apresentada por Pedro como a lei da sua família. Por referir não se submeter à lei do crime, ou a lei nenhuma, e pelas sucessivas tentativas em resistir a ter a lei da família como sua, já que implicava em ‘ser’ do crime, o meio familiar ainda é vislumbrado como um espaço limitado, onde a angústia diante da possibilidade do diálogo com a mãe traz uma figura materna que não oferece outra opção a não ser o crime, já que a ela é associado o seu desgosto

em conversar com bandido e a preferência por conversas com pessoas que vão além desse universo.

No entanto, quando Pedro aponta como seu maior desejo na época da entrevista, o desejo de 'ser normal', sua compreensão do que seja ser 'normal' não traz somente a representação do que seria a vida e a família que idealiza. Também traz uma perspectiva que o condena, pelo que ele 'é', pela sua dificuldade em 'segurar o pensamento', pela intimidação capaz de causar e pelo uso maquiavélico que pode fazer de seu 'dom da palavra'. Mas a despeito da sedução que utiliza para conseguir o que quer, sem limite ou lei que o interdite, a possibilidade de ser reconhecido por atos bons não pode deixar de ser investido, enquanto um imperativo ético.

Falando sério, falando sério é o seguinte: pra mim me sentir realizado memo, se eu tivesse, falá pra senhora, se saísse daqui e tivesse um bom emprego, ganhasse bem, desencanasse do crime, achasse uma mulher que gostasse de mim, daqui uns cinco ano eu ia fazê um filho. Ia cuidá do meu filho e vivê minha vida até meus oitenta ano senhora, noventa, que seja. Sempre com a minha mãe, visitando a casa da minha família, a dela. Eu quero ser normal senhora, eu num sô normal, eu sei disso aí. Ah, eu num sô normal pelo fato do que eu sô. Tipo, um cara que, tem gente que se intimida pra mim na rua. Senhora sabe, o pensamento, não tem como segurar o pensamento. Só que é o seguinte: tem gente que fala que eu tenho o dom da palavra, aqui dentro já me falaram. "Cê tem o dom da palavra. Cê entrô na minha mente". Já fiz funcionário trazê maconha pra mim. Não aqui nessa Unidade, em outra. Tem muita gente boa que gosta de mim tamém. Eu acho que eu tenho oportunidade de saí da vida, tenho tudo pra dar certo, mas eu já tô no caminho errado entendeu senhora? Eu acho que eu sô inteligente, leio, eu gosto de ler. Gosto de português. Matemática eu num gosto muito, mas sei fazê umas conta. Acabei os estudo, se eu for pá faculdade eu vô, nossa senhora, nem a professora vai se controla! Senhora vê eu assim, senhora acha que eu sô chato, mas eu faço todo mundo dá risada, entendeu senhora. Eu sô dá hora tamém. Isso porque é o seguinte: senhora tá vendo eu do meu lado aqui porque eu tô preso, mais lá na rua, vamo supor assim, faço dá risada, sei lá, eu sô uma pessoa boa tamém senhora. Sô uma pessoa boa, não sô ruim não. Acho que eu já aprendi muita coisa ruim, porém, acho que meu instinto é bom, desde quando eu nasci. (PEDRO)

Na história de Antonio a separação dos pais representou a separação não somente do casal, mas de toda a família, quando pai e filhos mudam de cidade, deixando a mãe com o novo companheiro. Separação esta que dá novos contornos para o sentimento de pertença, pelas novas condições em que a família passa a viver – nas ruas e sem a presença da figura materna, quando a inversão de papéis com o pai passa a ocorrer na vida de Antonio e quando o sentimento de pertença

familiar passa a ser estruturado através do pacto de proteção: mexeu com um mexeu com todos. No entanto, outros elementos constituem fortemente o inconsciente familiar, sendo um dos principais, a traição cometida pela mãe de Antonio, ressentida como troca dos filhos por outro homem e a reação do pai diante disso.

Assim, o amor a uma mulher é presente nas histórias dos homens da família, onde a mulher detém uma importante força para conduzir ou resgatá-los da vida do crime. Porém, a punição física da traição da mulher parece ser unânime dentre os homens da família, já que a honra masculina é o componente das leis do crime evidenciado por Antonio no decorrer de sua entrevista.

E assim também aparecem seus relacionamentos amorosos em sua história, com o crime como justiça, proteção e sedução das gurias e de suas famílias. As funções afetivas são preservadas na família, mas a potência sexual é envolta da honra masculina que o pai, os irmãos e cunhados com antecedentes criminais e a própria vivência infracional e institucional lhe passam.

Em meio a isso há uma mãe que já teve um relacionamento com um homem com envolvimento com o tráfico, com quem teve um filho que se encontrava preso por tráfico na época da entrevista. Assim, apesar do pai não ser descrito com antecedentes criminais e ser apontado como importante figura de referência na constituição de sua subjetividade, o não-dito e a passividade da mãe diante do envolvimento de Antonio com o tráfico, quando estava a morar com ela, é permeado pelo medo da violência física que possivelmente ela teria vivenciado diversas vezes, além da proibição inconsciente de se manifestar a respeito dos atos do filho, visto seu vínculo anterior com um traficante.

Nesse sentido, o envolvimento criminal de Antonio é sempre contextualizado quando estava a morar com a mãe, havendo no pai uma representação da lei que de algum modo o interditava. E assim descreve que sua primeira passagem pela Fundação acontece pelo pedido do pai para que se entregasse à polícia, quando matou um estuprador e quando o pai soube de suas práticas infracionais:

Não sabia. Foi sabê agora da primeira passagem. Uns dia antes da primeira passagem, que eu matei o estuprador lá, aí ele me levou no distrito, que ele pediu pra mim se entregá e tal. Comecei robá um dia depois que eu e meu pai viêmo pá Sumaré e eu fui morá com a minha mãe. Ah, pro meu pai foi um choque né senhora. Porque eu matei esse estuprador, e fecharam o bairro inteiro. Só que meu pai não tava morando

no mesmo bairro ainda. Fecharam o bairro inteiro e eu tava morando com a Janaína nessa época já, perto da minha mãe. Aí firmeza, eu matei esse moleque e tal, a polícia fechou a quebrada e tal. Invadiu umas dezesseis casa atrás de mim e tal. Aí eu fui po bairro do meu pai e tal. Cheguei assustado, nem ía falá nada po meu pai. Aí eu falei assim po meu irmão “matei o João Alex e tal” aí meu pai ouviu. Aí meu pai ouviu: “quê que cê falô?”. Eu falei: “não pai, nada não”. Ele falou: “cê matô o moleque?”. Aí chegou uma intimação pra mim. Eu tava sendo acusado de três homicídio. Aí meu pai pediu pra mim comparecê, meu pai pediu, perguntou pra mim se eu deixava ele me levá até lá e tal, que ele prometeu que não ía deixá nada de mal acontecê comigo e tal. Aí como eu sempre confiei no meu pai e sempre quis vê o bem dele senhora, eu falei “não, eu vô”. Ele falô: “eu te levo lá e não deixo ninguém encostá a mão no cê”. Aí firmeza senhora. Eu fui e me apresentei no distrito com meu pai. Meu pai levou eu lá. (ANTONIO)

Antonio descreve uma mãe impotente e passiva diante da privação de liberdade do filho, sendo o pai e o irmão Marcio as únicas figuras a acompanhar de fato sua trajetória na instituição:

Meu pai sempre ficava: “é, agora vê se aprende e não se envolve mais”. Sempre dando uns conselho pra mim né senhora. Conversando, mais meio rígido. Meu pai sempre foi meio rígido na conversa, sempre a voz dele meio alterada e tal, mas eu já tinha acostumado com aquilo ali. Agora minha mãe não, minha mãe sempre mais chorava do que falava comigo na visita. Porque a minha mãe, como eu vô falá pra senhora, ela tem muita depressão, qualquer coisinha pra ela é chorá. Meu pai em um ano que eu fiquei preso ele faltou uma vez. E o Marcinho. Porque é o seguinte, uma pessoa que pro quê eu preciso, ele sempre vai chegá comigo.

E – E os outros irmãos, como reagiram a isso tudo?

Ah, eles ficavam brincando e tal, nunca levava a sério. Brincava: “é, agora cê ta tirando uns dia e tal, vamo vê como cê vai sair, se vai sair com aquela mente de girico...”. Porque eu era maior galinha com as menina, tá ligado, aí eles falava: “é, arruma uma menina firmeza”. Ficava pesando essas fitinha boba aí.

Agora o Marcinho, foi o que mais... tipo, mexeu com ele. Ele sentia muito minha falta também. Ele falou que não era isso que ele queria pra mim. Teve uma primeira vez que ele foi na visita e ele foi o único irmão meu que chorou. Nem meu pai chorou, ele foi o único que chorou. Que ele falou que já tinha passado por aquilo, e o que ele sofreu, memo ele não indo preso, era um exemplo que eu tinha que seguí pra mim não sofrê o memo que ele sofreu e tal. (ANTONIO)

Na segunda passagem pelo distrito, que lhe rendeu a segunda internação na Fundação, depois de apenas alguns dias em liberdade, o irmão Marcio aparece como única figura a desaprovar sua reincidência, desaprovação esta associada à reciprocidade afetiva que mantinham, já que para Antonio, os outros irmãos já tinham se acostumado com sua privação de liberdade:

Ah, tinha acabado de saí, tipo, já tinham acostumado com eu preso né senhora. Passei Natal e Ano Novo. Eu só saí praticamente pra tirá umas férias só. Tipo saí de semi-liberdade. Aí cheguei no distrito, até brinquei com ele, vixe, já tinha apanhado e tal, tava tudo, com a camiseta branca que tava amarela, cheia de sangue, tinha apanhado pra caramba dos polícia e tal, aí eles brincaram e tal: “ce não tem juízo e tal”. Mais o Marcinho não. Marcinho já era mais cara fechada. Ele entrô no distrito, ficô sentado, só olhando pra minha cara, conversando com a vítima e tal, que eu já conhecia a vítima, só que eu não sabia que era a vítima. Lembrei dela só dentro do distrito e tal. Ele sempre foi mais rígido, não conversou comigo nenhum minuto. Até hoje, não manda uma carta. Com certeza mexeu com ele né senhora. Ele manda abraço e tudo, mas ele fala que não gostou da minha atitude, que achou que eu não ia mais me envolvê e me envolvi. (ANTONIO)

A atribuição de seu ingresso na trajetória infracional às drogas, ainda que pelo comércio, parece mobilizar no pai sua ansiedade por sua própria dependência química. Assim, ainda que inconscientemente, Antonio parece fazer uso da drogadição para justificar ao pai, seu envolvimento com o tráfico. Porém, como o pai lhe diz que lhe ajudaria se tivesse lhe contado, com a condição de ir para um clínica de recuperação, admite que o problema em questão não era exatamente no uso da droga:

Drogas senhora. Meu pai conversa, ele fala que seu eu tivesse contado pra ele, ele tinha me ajudado a pagá as droga só que eu ía ter que ir pra uma casa de recuperação. Só que eu tinha parado de usá droga. Era porque eu vendi uma droga fiado, pra um moleque, e eu tinha que pagá aquela droga pro cara. Eu tinha parado de usá. Nunca gostei de fica mal falado. Até hoje, graças a Deus, eu nunca fiquei mal falado. Sempre todo mundo ta falando bem de mim. Mas tamém nem precisava tá falando bem né senhora, porque se eu não tivesse me envolvido não precisava tá falando, porque quem não é visto não é lembrado. E eu procuro não ser lembrado por causa disso tamém. (ANTONIO)

A distância afetiva de sua mãe é trazida por Antonio pela precariedade da troca com ela, mostrando, logo em seguida, também pela relação transferencial que estabelece comigo, a idealização que possui da figura feminina:

A minha mãe, eu já não tenho muito contato com a minha mãe senhora. Eu... como que eu posso dizê pá senhora... Não sou muito apegado à minha mãe. Não converso muito com a minha mãe. O que eu falo com meu pai eu não falo com a minha mãe. O que eu falo com a minha mãe, tamém, eu nem dirijo o assunto com meu pai. Converso com ela no telefone, ela veio me visitá aqui, uma vez, mais veio e tal. Sabe por que eu não consigo conversa muito com a minha senhora? Porque eu não consigo desabafá. Com a senhora memo... Nem com meu pai eu consigo. Agora com a senhora, com a Dona Luci tamém, eu

desabafo, eu falo o que eu tenho pá falá, tipo, sou uma pessoa, como que fala? Extrovertida que fala né? Com a senhora, com a Dona Cíntia, memo, eu gosto de conversá. Senhoras entende né, senhoras entende o que nós tá sentino e tal. Agora eu já não... Eu sinto vergonha de conversá com meu pai: "ó pai, eu to sentindo isso e isso". "Ô mãe, eu tô sentindo isso e isso e tal". Eu nem falo. É mais com a senhora. A atenção que a senhora memo me dá, aqui dentro aqui, não é atenção que a minha mãe me dá. Que nem aquele dia que aconteceu lá, que eu tava meio nervoso e tal, que a senhora veio, eu não tinha essa atenção com a minha mãe. Meu pai não fica em casa, fica mai no hospital, que meu pai é doente. Eu não tinha essa atenção com ninguém. Então, a senhora não, a senhora tipo, foi um ombro amigo, né senhora, que eu posso tá contando com a senhora a hora que eu preciso. Se eu fala: "ó sinhô, não tô bem", senhora vai tá fazendo por onde tá conversando comigo. Aí eu venho aqui, eu desabafo, eu converso com a senhora, dá até um alívio e tal. Aí firmeza, fico mai sossegado. Agora co a minha mãe nunca tive esse contato. Nunca tive esse contato. Se for vê, aqui a senhora é minha mãe senhora. Tá aqui pra me ajudar. E eu pretendo ser ajudado e me ajudá tamém, né senhora, porque não adianta nada a senhora querê me ajudá e eu não me ajudá, né senhora. (ANTONIO)

A superficialidade de Antonio e de suas relações familiares, no que diz respeito aos conceitos de lei e justiça, apresentam uma família com características que predominam nas constituições subjetivas contemporâneas, onde a perspectiva narcísica se sobrepõe a qualquer perspectiva político-transformadora ou indício de crítica. Ao contrário, estar alheio ao que acontece ao redor representa a postura de grande parte da sociedade em geral, que se exime das implicações político-sociais para o bem comum:

Não comento com meu pai sobre isso não senhora. Com meu pai e com a minha mãe não. O assunto que eu mais comento com meu pai é sobre esporte. Falou de esporte é com ele memo. Agora lei da sociedade... Ele nem vota. Ele nem vota, ele justifica. Ele não vota pá ninguém. Com meus irmão não comento tamém. Com meus irmão nós comenta... O Baré memo, o Baré, eu e ele, nós só comenta de muié, o Tito tamém, casado, só comenta da muié... (ANTONIO)

Nesse sentido, ao apontar como errado dentro de uma família, as brigas entre seus membros, Antonio traz a violência física como meio que parece ter aprendido para a resolução de problemas, já que não consegue vislumbrar a função de crescimento da negociação e da argumentação na resolução dos conflitos:

Certo, o que é certo é sempre tê o respeito na família né senhora, que não pode faltá. E o amor né senhora. O que é errado, como eu posso falá pra senhora... É as briga em família, é uma coisa que não entra na minha mente senhora.
E – Não fazem parte as brigas?

Ah, eu falo pra senhora que se a família for bem colocada... Depende das briga né senhora, porque eu memo já briguei de dá tiro no meu irmão e tudo mais, só que não pegô. É umas coisa assim que eu falo... É a ferro e fogo. Tipo, se qué vê, então vamo vê então... tipo, os mais forte que sobreviverão. É assim, tá ligado?

E – Essa é uma lei...

Injusta. Olho por olho, dente por dente. (ANTONIO)

6 A LEI DO DESEJO OU O DESEJO DA LEI?

*Saia do ócio
Não caia no óbvio
Não quero ter um sócio
Eu quero um antídoto
Pra viver melhor
Em nome da fé
Acertar a si mesmo
Como em transe
Em busca de algo superior
Praticando a maldade
Sem sentir
Como se estivesse certo
Em busca
De um desafio
Poderoso por um instante
Cai o mito
De quem está falando
Ignorância
E a ganância
Se refugiam na dor
Natureza sofredora
Faca de dois gumes
Brasa espalhada
Que vira pó¹⁷*

A contextualização dos aspectos ético-contemporâneos que estão a pautar a constituição da subjetividade, da relação entre os homens e destes com o mundo, se faz fundamental para a compreensão das análises das entrevistas e para as considerações finais que a pesquisa aponta, já que tais valores e ideais de felicidade constituem o meio em que também os grupos familiares estão inseridos. Além do que, partimos do pressuposto de que o sentimento de pertença familiar que cada um desses adolescentes traz, expõe a cultura e o inconsciente familiar – no qual também é possível analisar a representação atribuída à lei social e à lei do crime.

Resgatando ainda os objetivos específicos, buscamos referências para pensar nas implicações da desigualdade social e jurídica no envolvimento infracional e no posicionamento diante da lei social e da lei do crime – para uma leitura contemporânea do efeito do rompimento do pacto social – bem como o papel do

¹⁷ Xandão / Marcelo Lobato / Marcelo Falcão / Lauro Farias. Faixa – Óbvio. CD - O Silêncio que precede o esporro - O RAPPÁ. Warner Music Brasil Ltda. WEA. 2003.

ideal de felicidade nesse processo. E representando a perspectiva político-transformadora desse trabalho, o objetivo de pensar nos modos de construção de sujeitos políticos que a pesquisa apenas aponta, destaca a importância da teleologia e da filosofia para pensar no tipo de sociedade que queremos - cuja concepção irá nortear a construção do paradigma e propostas dele decorrentes - considerando que as pessoas hoje se mostram desqualificadas para exercer seu poder de influência e ação sobre questões sociais e políticas.

Isto porque os descompassos entre legislação e prática, que historicamente constituíram as relações na sociedade brasileira se apresentam cada vez mais evidentes e com graves conseqüências para a cultura e a vida humana. Da contradição histórica que deu origem ao 'jeitinho brasileiro' à formação do 'crime organizado', impossível não passar pela ambigüidade que permeia as relações sociais e jurídicas em geral, presentes em toda a sociedade. Assim, a despeito da quase maioria do Estatuto da Criança e do Adolescente e da elaboração do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo, baseado no próprio ECA, na Constituição Federal e em diretrizes nacionais e internacionais, vivenciamos, nos últimos anos, um período em que os atentados civis atribuídos ao crime organizado explodiram por todo o país, além da crescente união do no tráfico de armas e drogas, demarcando territórios com toda força – física, social e cultural.

Assim, a análise dos valores ético-contemporâneos que permeiam a subjetividade e os relacionamentos da sociedade brasileira, de modo geral, pretende abrir caminhos de pensamento e ação diante do posicionamento das pessoas frente às implicações da desigualdade social e jurídica para a família, adolescência e para o crescimento desenfreado da violência, visto que, das contradições presentes na sociedade brasileira, predominaram, neste último ano, soluções simplistas que fizeram soar vozes clamando por penas mais austeras, como a selvageria da luta pela redução da maioria penal.

Desse modo, o resgate dos significados dos valores liberais da Ilustração e do Iluminismo para a compreensão do modo como foram sendo transformados é fundamental para as referências aos aspectos contemporâneos do desejo, da lei, da família e da ética. Para tanto, considerar o contexto histórico-social do problema em foco exige a compreensão da configuração atual dos ideais de felicidade, das funções da família e da escola, da forma de funcionamento e organização do crime,

do aparato jurídico e da instituição aos quais os adolescentes estão submetidos, para que seja possível compreender a violência que sofrem e produzem.

Conforme Zaluar (1998), atualmente não há uma explicação seqüencial de causa e efeito para a violência, comumente buscada nas determinações da estrutura de produção, que apontam a transformação das pessoas em meros “fantoques do econômico”. Segundo a autora, o estudo da violência deve considerar as agências de socialização e “reprodução cultural” como família, escola, quadrilhas de traficantes e as galeras de rua. (ZALUAR, 2001, p. 06).

De acordo com Rouanet (1988), os valores liberais vindos com o Iluminismo, se tratavam, a princípio, das características de auto-gestão e gestão dos homens - onde liberdade, igualdade e fraternidade se referiam à capacidade de livre arbítrio, capacidade de escolha que primasse por um pacto entre os homens no espaço público, passando pela ética da negociação e da crítica, da argumentação política e filosófica. No entanto, esses valores logo foram corrompidos, utilizados pelo capitalismo através das tecnologias, criando necessidades e um modo ideal de vida, levados ao privado, separando-o cada vez mais do espaço público, de onde o individualismo se exacerbou.

O autor aponta para a situação insustentável criada com o vazio existencial e com a 'anomia', gerando a tentação de "recolocar a moral sobre fundamentos religiosos", quando surge a tentativa de construir uma ética iluminista moderna, uma ética discursiva a partir do mundo vivido, onde estamos sempre asseverando que nossas afirmações são verdadeiras - validadas pelas pretensões de verdade, justiça e veracidade - consideradas verdadeiras se forem objetos de um consenso. Assim, "a ética discursiva recupera o direito de fundamentar a norma", onde residem também, as ciências. (ROUANET, Op.cit, p. 159)

Uma das marcas da subjetividade contemporânea é a individualização crescente, condição na qual a possibilidade de escolha torna o indivíduo mais responsável por sua própria biografia, o que prescinde da atitude crítica para a participação societária e política. Nessa medida, a fragilização dos controles morais convencionais que o individualismo traz, especialmente no plano da justiça, que até certo ponto precisam da lei, não trouxe uma nova ética, fundamentada na liberdade pessoal e no entendimento com os outros por meio do diálogo, da mutualidade e do respeito ao direito alheio. Em outras palavras, não facilitou a ligação do indivíduo

com sua pólis, com o espaço público, de onde nasce a negociação que caracteriza a política.

E para compreender a violência que marca as relações contemporâneas, Zaluar (1998) destaca o equilíbrio da tensão dos conflitos com a convenção de regras, levando o conflito para o plano do simbólico, sendo uma delas, a institucionalização de disputas. (ZALUAR, Op.cit. P. 266-268). Assim como o esporte, inventado pelos gregos como uma disputa bela, onde o homem lida com seus impulsos e com a violência, na superação em relação ao inimigo e aos próprios limites, o equilíbrio dos conflitos também foi estendido às artes e à filosofia, onde repousa a constante análise e atitude crítica diante das práticas de si – ideais de vida e felicidade – que nos são impostos, a fim de que o homem seja capaz de elaborar sua própria prática de si, tendo como única imposição a lei da cultura.

No entanto, argumentação, atitude crítica, política, filosofia, arte, ciência dentre tantos outros modos de conflito simbólico em que a violência vem codificada e objetivada por parâmetros ético-morais que prescindem da Lei, também exigem o investimento e a transmissão de seus fundamentos, da história e do passado, do exercício do pensamento acerca dos elementos que sustentam ou rompem a lei da cultura e da tradição, do valor da troca – da contribuição para com a cultura e com o coletivo que nos engendra. Porém, a configuração contemporânea traz, de um lado, a guerra da atuação da violência para a destruição do adversário e de tudo que cause sofrimento, seja o quê ou quem for e, de outro, a passividade da defesa de uma paz idealizada, que nega e foge de conflitos ou indícios de sofrimento - a paz dissimulada e cínica dos que não brigam, não se envolvem e também não se comprometem.

Zaluar (Op.cit, p. 272) também recorre a Roberto da Matta, para quem, no Brasil, o esporte atuou como meio de internalização do ideal de sociedade democrática, com a idéia de que as regras valem para todos e a mobilidade social é possível pelo próprio mérito, contrastando com o fato de que a Lei se aprende na prática cotidiana, não por meio da teoria. “É vendo e agindo o tempo todo. Só observando nossos companheiros da sociedade é que vamos introjetando as normas de conduta social” (Costa, 1994, P. 66)

A desapropriação do homem de sua própria cultura e tradição é trazida por Costa (2004) quando se refere a Lasch (1979), para quem o declínio da tradição é uma das fontes do desconforto cultural moderno e da “incapacidade que os

indivíduos tem de reter do passado o que merece ser lembrado no futuro”. O autor acrescenta ainda, que na esfera do privado, a renúncia à tradição leva os pais a se imaginarem incompetentes para lidar com os filhos, delegando aos técnicos a tarefa de educá-los moral e emocionalmente e dando relevo à expropriação da autoridade dos adultos leigos (Costa, Op.cit. p. 95).

Costa (1994), ao falar dos dilemas éticos no Brasil, destaca que os princípios morais da cultura perderam sua força quando os indivíduos passaram a não mais se orientar pelos ideais de conduta moralmente aceitos, mesmo não sabendo propor novos ideais, compatíveis com a tradição cultural. Nessa interpretação, o autor aponta a razão cínica:

(...) mecanismos de acomodação histórica que fazem com que o cidadão acredite que nunca a coisa é tão grave, que não é verdade que o país esteja tão mal, que isso é pânico antes do tempo, que ele vai conseguir escapar. Por força disso, germinou entre nós a idéia de que, neste país, em tudo se dá um jeitinho (COSTA, Op. cit, P.64)

Costa (1994, P.63), descreve o narcisismo – instinto de auto-preservação – enquanto instância primeira do homem, sendo a segunda instância os ideais – o que gostaria de ser, apontando que “o bom funcionamento de uma sociedade é ditado pela eficiência com que ela agencia esses ideais”. Para o autor, essa ausência de ideais, ao atingir a classe média, lhe tira a função de amortecimento entre elite e excluídos, fazendo com que o comportamento da elite aguace cada vez mais o comportamento marginal da classe pobre. E se nas crises as pessoas estão habituadas a delegar poderes à elite para decidir o que é melhor para o bem comum, prática comum no Brasil, “a perda da confiança na justiça e a apatia política, se acentuam, tomam direções inquietantes, podendo levar as pessoas, em maior ou menor grau, à perda do sentido da responsabilidade social” (COSTA, Op.cit, p. 64-65). Para Zaluar (1998), essa fraqueza institucional está presente no Brasil desde a República. Para Souza (1999), está ligada ao transplante forçado da legislação europeia para o Brasil, desrespeitando as práticas aqui instituídas, germinando as estratégias de obtenção de vantagens pessoais através do ‘jeitinho brasileiro’.

Com o aumento significativo de crimes de seqüestros, assaltos, homicídios e tráfico já na década de 80, Zaluar (Op.cit) se preocupa em deixar claro que não há uma explicação de causa e efeito, recorrendo a diversos fatores que se complementam para a compreensão da crise ética no Brasil e da explosão da

violência nas últimas décadas. Segundo a autora, entre as décadas de 50 e 70 a urbanização acelerada e os movimentos migratórios também para as cidades médias da Região Sudeste, vindos do Sul, exclui os nordestinos de levar a culpa da violência por conta de sua cultura do cangaço. Acrescenta que a História do Brasil não possui registros de guerras civis, entre católicos e protestantes; cristãos, mulçumanos e judeus, vendo as explosões de ódio racial, social ou religioso como 'localizados' e sem deixar marcas profundas como deixou a escravidão, que ainda assim, não impediu a miscigenação, o sincretismo religioso e a hibris cultural que caracteriza a cultura brasileira. A geração que viveu o período militar também não é apontada como causa do desenvolvimento do que chama de 'etos guerreiro' – orgulho de não se submeter a nenhum ideal ou valor, embora o militarismo explique a continuidade das práticas da polícia e o aparecimento do Esquadrão da Morte e seus congêneres. (Zaluar, 1998, p. 268 -271)

Há ainda que se considerar que a classe média - alta se mostra cada vez mais presente nos boletins de ocorrência de tráfico e assaltos, o que antes era mais comum em casos de crimes passionais ou brigas de trânsito. Para Caroni Filho¹⁸ (2005, P.77), "há um componente de exibicionismo e sensação de poder" que perpassa o universo do crime.

Os valores ético-contemporâneos com seus ideais prontos de felicidade, que permeiam a vida do adolescente em conflito com a lei e sua família, assim como o crime organizado, estão presentes em toda a sociedade, o que segundo Roudinesco (2000) leva à chamada 'depressão' como a atual forma de sofrimento que afeta a maior parte das pessoas, onde se misturam tristeza e apatia, busca de identidade e culto de si mesmo, fazendo-as entrar numa busca desesperada de preenchimento de um vazio existencial, através de inúmeras alternativas que pregam como alcançar a felicidade, e aí não há tempo para refletir sobre a origem da infelicidade:

Quanto mais a sociedade apregoa a emancipação, sublinhando a igualdade de todos perante a lei, mais ela acentua as diferenças. (...) cada um reivindica sua singularidade, recusando-se a se identificar com as imagens da universalidade, julgadas caducas. (...) desvinculado de suas raízes e de sua coletividade, ele se toma por senhor de um destino cuja significação reduz a uma reivindicação normativa. Por isso, liga-se a redes, a grupos, a coletivos e a comunidades, sem conseguir afirmar sua verdadeira diferença. (ROUDINESCO, 2000, p. 14)

¹⁸ Gilson Caroni Filho, sociólogo, Revista ÉPOCA, nº 384, 26/09/2005. Ed. Globo.

Na análise da autora, a sociedade moderna quer banir de seu horizonte a realidade do infortúnio, da morte e da violência, tentando abolir a idéia de conflito social, em nome da globalização e do sucesso econômico, assim, tende a criminalizar as revoluções e tirar o heroísmo da guerra, a fim de substituir a ética da política pela sanção judicial, passando da era do confronto para a era da evitação, de onde vêm a concepção da norma e da patologia está baseada no princípio de que todo indivíduo tem o direito e o dever de não manifestar seu sofrimento e de não se entusiasmar com o menor ideal. Assim, analisa a organização mental contemporânea enquanto incitada a retirar de si, afastar toda possibilidade de conflito, inclusive as relativas à luta entre o desejo e as imposições sociais:

(...) as sociedades democráticas do fim do século XX deixaram de privilegiar o conflito como núcleo normativo da formação subjetiva. Emancipado de proibições pela igualdade de direitos e pelo nivelamento de condições, o deprimido deste fim de século é herdeiro de uma dependência viciada do mundo. Condenado ao esgotamento pela falta de uma perspectiva revolucionária, ele busca na droga ou na religiosidade, no higienismo ou no culto ao corpo perfeito, o ideal de uma felicidade impossível. (ROUDINESCO, Op.cit. p. 19)

Segundo Costa (2004, p.166), fundamental para compreendermos a 'moral do espetáculo' da vida contemporânea é o papel da mídia no sentido de induzir a massa dos indivíduos, a "admirar e querer imitar o estilo de vida dos ricos, poderosos e famosos". No entanto, diante de tantos obstáculos para ascender a tais condições do estilo de vida ideal, o que resta como único ítem à disposição do indivíduo é o corpo físico, de onde começa a corrida pela posse do "corpo espetáculo", que desviou a atenção do sujeito da vida sentimental para a vida física, quando o sentido de cuidar de si deixou de significar preservar os costumes e ideais morais burgueses para "cuidar do corpo físico".

As transformações na autoridade, que junto da tradição, constituem a vida ética, ocorrem, de acordo com Costa (Op.cit, p.169), quando "o lugar da autoridade foi tomado pela celebridade" – chamada de "autoridade do provisório" - cujos representantes são os que sabem aliar moda e tecnologia a serviço da moral do entretenimento. E se o que é o 'bem', nos é transmitido por figuras de autoridade, que na moral dos sentimentos "tinham em comum a lealdade ao valor da família, do trabalho e do civismo, todas elas tiveram as suas vozes abafadas pelo estardalhaço

da moda e dos mitos científicos” - práticas sociais que se alimentam da irrelevância do que passou - contrastando com a autoridade, cuja sabedoria é fundada na história e no passado.

E embora as celebridades também falem de ideais morais, é preciso perceber que “a estatura dos atuais formadores de hábitos e opiniões está muito distante da ética da autoridade”. Quanto ao conceito de autoridade, recorreremos à Sennett (2001), para quem autoridade implica algo de produtivo, apesar da confusão entre autoridade e poder, por este último ser o sinônimo político de força. (SENNETT, Op.cit. P. 37)

Assim, Costa (Op.cit, p. 174-175) também destaca que o aumento da criminalidade urbana não se deve apenas ao apetite irracional dos mais pobres por superfluidades que não podem comprar. Defende os efeitos evidentes da miséria material degradante, mas ressalta que o atual estilo de vida tornou a sociabilidade adversária da moralidade, e que “os delinquentes fazem, na realidade, o que grande parte de nós faz na fantasia, ou seja, se apropriam violentamente dos bens materiais dos que julgam privilegiados”.

Nesta direção, se tudo é entretenimento, a atual descrença na força de projetos e ideais éticos também é resultante da tendência a justificar as condições da contemporaneidade com explicações economicistas, tendência esta da qual Costa (Op. cit, p. 179 - 180) nos alerta, afirmando que o consumismo se tornou um fator de dissolução da solidariedade e da coesão coletiva, mas não como “causa” do individualismo anômico, já que não é a renda grupal ou individual que nos sensibiliza em relação ao bem comum, mas as crenças sobre a felicidade. Desse modo, destaca que dinheiro e objetos não secretam ética ou sentido de vida, pois se todos pudessem comprar o que os mais ricos compram e viver como eles vivem, ainda assim não haveria alterações no ideal de felicidade dominante.

Portanto, o ideal de sujeito constituído a partir de valores mercantis passa a estruturar relações sociais e políticas, direcionando a sociedade à insuficiência de discussões públicas, imprescindíveis para a elaboração e desenvolvimento de regras para o bem comum, como defende Costa (1994). E na negação ou banalização das incongruências entre leis e práticas, o sentimento de injustiça e necessidade de sobrevivência é aliviado com a recorrência ao ‘jeitinho brasileiro’. Nesse contexto, o uso do esporte, no Brasil, como forma de pregar que as regras valem para todos, caminha junto da precariedade na formação da crítica fundamentada na cultura e na

reflexão, em seus objetivos públicos e coletivos e em seus aspectos éticos e filosóficos.

Quanto à negação e não-aceitação do sofrimento, trazida por Roudinesco (2000), a extensão da 'dor' contemporânea e das ações tomadas para evitá-la, se mostram diretamente condicionadas ao grau do desejo de alcance do ideal de felicidade que as condições contemporâneas preconizam. Por estas considerações, pensamos na força da necessidade ou desejo de pertencer a um grupo ou categoria que ofereça e reconheça um parâmetro subjetivo, o que nos conduziu à análise do sentimento pertença e do inconsciente familiar de adolescentes em meio à confusão ou indistinção entre certo ou errado, onde a incongruência entre leis e práticas leva à desvalorização do sentido de filiação e à precariedade da transmissão de tradição e valor cultural.

A importância da compreensão do homem a partir dessas novas referências valorativas - quase exigências para a existência - nos leva a vislumbrar na Psicologia, na Educação, no trabalho dos psicólogos de diferentes áreas, na pesquisa e numa atual psicanálise, o potencial de produzir em suas práticas – ainda que de 'si' - o resgate de um exercício ético - de fundamental importância para a revisão desses valores que nos constituem.

As características peculiares do modo de subjetivação atual – atravessadas pelo individualismo, narcisismo, relativização dos valores que se pautam na imagem e na capacidade de possuir e usufruir de bens e serviços, horizontalização das relações e não reconhecimento da função da autoridade – direcionam os relacionamentos entre os homens e entre os homens com o espaço urbano. Assim, abre-se cada vez mais espaço para a violência e para a adesão ao discurso do crime organizado, cujos argumentos de protesto, desprovidos do que entendemos por ética, acabam por seduzir crianças e adolescentes que, através dessa via, tornam possível a realização do desejo de reconhecimento.

É o desejo de uma lei que se faça valer com justiça e igualdade (fins sociais) e a submissão dos impulsos a uma lei interna, individual, que por suas representações em aspectos sócio-culturais - externos, está à mercê da satisfação narcísica. No entanto, fins pessoais e sociais carecem da crítica pertinente à ética para podermos questionar com responsabilidade as regras morais implícitas nas práticas sociais, jurídicas, políticas, econômicas, culturais, médicas, dentre outras

que nos são impostas. Isso não se observa na atuação do PCC, na lei do crime e mesmo nas constituições familiares, que como observa Teixeira (2004), se mostra passiva e impotente diante do movimento cultural de autonomização da juventude (ruptura com os valores das gerações mais velhas), delegando responsabilidades para outras instituições prestadoras de serviço quanto à educação, formação de crianças e adolescentes.

E a sociedade 'dentro da lei', por sua vez, aprendeu a conviver com as tragédias, injustiças, desigualdades e suas extensões, buscando evitar a dor e o comprometimento ético e social através de uma falsa paz representada pela ausência de formação coletiva de luta e solidariedade, ou seja, segmento que, embora não tenha registros e antecedentes criminais, não deixa de estar ausente de ética. Assim, não é necessariamente a prática criminosa que evidencia a falta de ética e o rompimento com o pacto social.

Há de se considerar ainda, que o Estado brasileiro não é democrático em suas práticas, mostrando-se incapaz de resolver adequadamente os problemas porque já foi constituído para agenciar interesses pessoais. Daí a necessidade de implantação e desenvolvimento de políticas públicas, que por sua vez, carecem da pressão da sociedade, cujas ações dependem de esclarecimentos, negociações, conversas, diálogos, atividades coletivas e políticas contínuas, constantes e aprofundadas, onde arte, cultura, escola e família têm papel fundamental para a reversão dos focos de violência.

Reafirmando Rosa (2002, p. 09), longe de ser portador de direitos e deveres simplesmente, ser cidadão implica em reconhecer e ser reconhecido nos âmbitos de participação em sua 'cidade'. Implicado, o cidadão responde por seus atos – em sua dimensão de castrado – o que não significa resignação ou indiferença, mas a experiência da falta de um significativo que lhe garanta o poder, o sucesso ou a felicidade. Mesmo constatando a insuficiência do Outro e da sociedade na proteção e apoio esperados, ainda assim, toma uma direção que supõe uma aposta sem vacilação e sem conformismo com a exclusão, produzindo atos que fundam e legitimam a subjetividade em nome de um desejo que esteja articulado à herança cultural – pois é a cultura “o enigma que sustenta o sujeito cidadão inserido em uma história, na história dos homens, falo aqui de uma posição ética e política”.

Porém, não se pode minimizar o tamanho dessa empreitada, já que os inimigos, de um lado, estão armados com metralhadoras e disposição para matar, e

de outro, com alta tecnologia e forte apelo ao individualismo e superficialidades contemporâneas. E diante do que fora apresentado neste trabalho, a guerra a ser travada carece de um sacrifício bastante difícil para o homem contemporâneo – renúncia à parte de desejos pessoais a favor do investimento crítico nas lutas coletivas em prol do bem comum.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como algumas conclusões deste trabalho, podemos perceber que o não reconhecimento dos crimes políticos e sociais por parte da sociedade - que vê esses crimes como naturais - tem um forte efeito de injustiça para os adolescentes e suas famílias. E mesmo que não apontem as desigualdades sociais e jurídicas, como justificativas para o ato infracional, os adolescentes e suas famílias são partes de uma sociedade constituída sob um estrato histórico-social que deu origem ao jeitinho brasileiro como forma de fazer valer alguma 'igualdade' na prática.

E se o discurso do crime encontra solo fértil numa subjetividade sem fantasia outra, já que o ideal de eu dominante não está acessível, é preciso que a família, segmentos públicos, o espaço urbano, poderes governamentais e órgãos não governamentais se articulem, com o objetivo comum de seduzir as crianças e adolescentes para outros meios de reconhecimento, onde cultura e tradição detêm funções imprescindíveis para a formação do coletivo em torno do bem comum. O trabalho com grupos estrategicamente formados, com objetivos direcionados a atividades para além do caráter utilitário, visando discussões em torno dos valores, crenças e ideais de felicidade, ao viabilizar o desenvolvimento do senso crítico e ético, possibilita a valorização das relações entre as pessoas e entre as pessoas com a comunidade e com a cidade.

Na história do nosso país, legislação e contrato social contrastam com as práticas, o sistema de justiça possui muitos pesos e muitas medidas, a associação entre pobreza e crime é cristalizada, a corrupção é constante e impune e as pequenas desonestidades do cotidiano são toleradas. Essa contradição entre leis e práticas é evidenciada na principal legislação que rege o trabalho com crianças e adolescentes – o Estatuto da Criança e do Adolescente – já que o excesso de demanda para as medidas sócio-educativas, denuncia a fraqueza dos trabalhos pertinentes às medidas protetivas que o mesmo Estatuto preconiza.

Há ainda um sem número de crimes que ficam impunes com a conivência dos que deveriam combatê-los, configurando com essas atitudes, outros crimes. Há a apatia em que a maior parte da sociedade mergulhou, recusando-se a se apropriar da parcela de responsabilidade que possui enquanto integrante de um coletivo, de uma polis - de uma comunidade e de uma cidade - que carecem da participação e

do investimento de cada um em torno do bem comum para a conquista da tão sonhada e defendida 'igualdade'.

Para tanto, o exercício do papel de cidadão implica em empenho ético – que ao depender da crítica do que está ao nosso redor e do que nos subjetiva, exige que os fins pessoais – a lei do desejo – encontrem seu limite, um fundamental ponto de equilíbrio com o desejo da lei – do que é interesse de todos. Essa tarefa deve se dar não somente e simplesmente pela segurança de não viver em meio à violência, mas pela defesa e promoção dos direitos constitucionais a todos. Em outras palavras, a renúncia aos desejos pessoais em prol dos interesses coletivos.

Nesse sentido, a perspectiva político-transformadora de Pellegrino (1989), encontra na família, uma fonte de extrema relevância via transmissão de valores, cultura, tradição, história, passado – respeito às gerações que os precederam, base da autoridade em sua função produtiva, em seu papel de estruturação de subjetividade pautada no discurso reconhecimento e valorização do outro e de si mesmo, a despeito das dificuldades impostas por condições sócio-econômicas degradantes, onde toda a sociedade possui a responsabilidade de fazer valer, na prática, o valor da troca.

No entanto, decerto que a maior dificuldade é trabalhar com crianças e adolescentes para os quais a socialização primária não se pautou nesses princípios, apresentando, desde a tenra idade, os meios alternativos, individualistas e vantajosos de crescimento e reconhecimento, sejam eles traduzidos nas práticas criminais de fato ou pelo dito 'jeitinho brasileiro' e pequenas contravenções diárias que se tornaram banais. Essas primeiras relações detêm intensa força identificatória enquanto exemplo de ação que prima pela lei do esperto, pela lei do mínimo esforço, da lei do olho por olho, dente por dente, da lei do mais forte, da lei da selva ou de uma terra sem lei.

Nessas condições o trabalho com as famílias, enquanto eixo fundamental das ações das medidas protetivas e sócio-educativas é imprescindível, cujas discussões sobre o modo de compreendê-las, atendê-las, orientá-las, responsabilizá-las e buscá-las como parceiras, são assuntos em pauta que vêm demandando a integração da rede e da sociedade ao seu redor.

Porém, a gratificação da contribuição para com o bem comum é um valor escasso nas atuais configurações. E embora a sociedade, a escola, os diversos grupos sociais, a cultura e o espaço urbano sejam responsáveis pela reprodução

desses valores em suas práticas, não somente na teoria, a família é a célula onde a primeira versão da transmissão desse valor se dará. Mas voltemos ao pacto edípico versus pacto social. De quem é a responsabilidade primeira? Eis o terreno arenoso onde nossa crença afunda, já que o descrédito do brasileiro diante de perspectivas positivas só aumenta com sua busca incessante de culpados e com a não apropriação do que lhe cabe enquanto cidadão.

Portanto, o trabalho em favor do bem comum e de condições minimamente saudáveis para o convívio social só se dará com a mobilização coletiva, que requer, a princípio, a junção de esforços individuais por objetivos e valores comuns, nos mais variados papéis que exercemos – sejam eles profissionais, enquanto cidadão, enquanto, filho, pai, mãe, vizinho, amigo, morador de um bairro, integrante de uma comunidade com uma dada história e passado, enquanto portador de uma cultura, enfim, enquanto ser crítico e capaz de exercer o pensamento e a reflexão e socializá-las, com as quais irá lutar através do diálogo, da crítica, da argumentação e da negociação política.

Por isso a psicologia é defendida aqui em seus propósitos filosóficos, em sua capacidade de desenvolver o pensamento, a crítica e a luta entre argumentos e conceitos. O passeio pela história da Psicologia, saber com pretensões científicas que se desligou da filosofia para concorrer ao mérito de saber que produz ‘verdades’ nos conduz à necessidade de uma Psicologia atualizada, capaz de rever em seu próprio saber e decorrentes práticas, onde estão suas finalidades éticas.

Enfim, resistindo à tentação de nomear culpados, nos cabe buscar meios de desconstruir os mecanismos que geram diferentes formas de violência e a perplexidade paralisante dos defensores da paz que temem se comprometer com o problema, atuando com os diferentes implicados e responsáveis pelo bem comum. Afinal, como diz João, respondendo a pergunta que faz a mim:

(...) a sociedade não tem culpa? O povo que tá aí na rua, tá trabalhando? Eu acho que tem. Porque são eles que põem os poderosos no governo lá. Até a gente também. Tanto que morre gente nossa também. Então, acho que assim, inocente – inocente, não morreu ninguém, porque todos fazem parte de um globo, opta, e se não tivessem cansados de ver tanta morte na periferia, polícia matando... Todo mundo que tá na rua, que quer saber, sabe. Se fechar os olhos pra sociedade, pra realidade não vai enxergar não, vai enxergar o lindo, o belo, o maravilhoso. (JOÃO)

Quando os governantes se conscientizarem das desigualdades sociais talvez não exista mais o tráfico. Mas os intelectuais continuam só pensando, os políticos roubando e a sociedade inteligente sempre em silêncio (Juliano VP – Em entrevista a jornalistas na época da visita de Michael Jackson ao Morro Dona Marta. BARCELLOS, 2004, p. 346)

- *Que papo é esse de revolução social, Juliano? Perguntou Brava.*
- *Você não entende a importância disso, mãezinha – respondeu Juliano.*
- *Que conversa... Aqui no Morro só se respeita a lei do Muricy: cada um por si e o resto que se foda! – retrucou Brava. (...)*
- *Isso é a filosofia do Terceiro Comando – respondeu Juliano.*
- *Não, é a do crime e do país todo de hoje em dia. Te engulo antes que tu me engula. Os repórteres te engoliram nessa... – disse Brava. (BARCELLOS, Op.cit, p. 353)*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. F. **Família Igualitária ou Democrática? As transformações atuais da família no Brasil.** Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1993.

ARAÚJO, R. A. S. Marcelos, Rogérios, Claudenilson. **Revista Insight. Psicoterapia e Psicanálise.** São Paulo. Ano XI, nº 120, p. 04 – 08. Ago 2001.

ARPINI, D. M. Identidade, Exclusão e Delinqüência em adolescentes de grupos populares. **Revista Insight. Psicoterapia e Psicanálise.** São Paulo. Ano X, nº 113, p. 08-12. Dez 2000.

ATHAYDE, C; BILL, MV; SOARES, L. E. **Cabeça de Porco.** Rio de Janeiro: Objetiva. 2005.

BARCELLOS, C. **Abusado: O Dono do Morro Dona Marta.** Rio de Janeiro: Record. 2004.

BELLO, L. M. Jovens infratores e a terapia. Uma questão para os 'observadores da multiplicidade humana'. **Revista Psicologia. Ciência e Profissão.** Brasília. Ano 21, nº 04. 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente. 2002.

_____. **Constituição Federal.** Brasília: Esplanada. 2002.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo – SINASE.** Brasília – DF. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2006

BUCHER, J.S.N.F. Lei, transgressões, família e instituições: elementos para uma reflexão sistêmica. Palestra ministrada no I Simpósio Brasileiro sobre família e Saúde Mental realizada na UNB – DF em 1989. Transcrita na **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Brasília. Volume 08, p. 475-483. 1992.

CALLIGARIS, C. **A adolescência.** São Paulo: Publifolha. 2000.

_____. **Hello Brasil!: Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil.** São Paulo: Escuta. 1992.

COLOMBO, S. Entrevista a Sergio Adorno. **Jornal Folha de São Paulo.** São Paulo. 21/05/2006. Caderno Mais!

COSTA, J. F. Narcisismo em Tempos Sombrios. In: BIRMAN, J. (Org). **Percursos na História da Psicanálise.** Rio de Janeiro: Taurus. 1988. P. 151-175.

_____. **Psicanálise e Contexto Cultural: Imaginário Psicanalítico, Grupos e Psicoterapias.** Rio de Janeiro: Campus. 1989.

_____. **A ética e o espelho da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco. 1994.

_____. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo.** Rio de Janeiro: Garamond. 2004.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro: FGV. 2000.

EIGUER, A. **Um divã para a família.** Porto Alegre: Artes Médicas. 1985.

ESPINDULA, D. H. P; SANTOS, M. F. S. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. **Psicol. estud.**, Maringá. V. 9, nº 3. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 13 Ago 2006.

FARIAS, P. S; NARCISO, L. **Cadeia de Chocolate. Os funcionários da Febem falam.** São Paulo: Arte & Ciência. 2005.

FERNANDES, N; AZEVEDO, S. Bandidos de classe média. **Revista Época.** São Paulo. Nº 384. 26/09/2005.

GOFFMAN, E. **Prisões, Manicômios e Conventos.** São Paulo: Perspectiva. 1961.

HAROCHE, C. **Da palavra ao gesto.** São Paulo: Papirus. 1998.

HERMANN, F; LOWENKRON, T. (Org). **Pesquisando com o método psicanalítico**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004

IUMATTI, A. B. T. A Identidade da Transgressão. **Revista Insight. Psicoterapia e Psicanálise**. São Paulo. Ano XI, nº 120, p. 14 -17. Ago 2001.

JOZINO, J. **Cobras e Lagartos. A vida íntima e perversa nas prisões brasileiras. Quem manda em quem obedece no Partido do Crime**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2005.

KEHL, M. R. **Sobre Ética e Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

_____. As asas quebradas. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo. 26/03/06. Caderno Mais! A Batalha do Rio.

LANE, S.T.M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense. 1991.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, M. **Vocabulário de Psicanálise**. Dir. Daniel Lagache. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

LIRA, P. O. & CARVALHO, G. M. N. A lógica do discurso penitenciário e sua repercussão na constituição do sujeito. **Revista Psicologia. Ciência e Profissão**. Brasília. Ano 22, nº 03. 2002.

MANCEBO, D. Modernidade e Produção de Subjetividades: Breve Percurso Histórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília. Ano 22, nº 01. 2002.

MELO, V. G; COUTO, I. A. P. **Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil**. In: BAZÍLIO, L. C.; EARP, M.L.S.; NORONHA, P. A. Ravi! Recursos Áudio Visuais. 1998.

MEZAN, R. **Interfaces da Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

MORGADO, M. A. **A lei contra a justiça: um mal estar na cultura brasileira**. Brasília: Plano. 2001.

MUSZKAT, M; MUSZKAT, S. Permanência na diversidade: um estudo sobre a conjugalidade nas classes de baixa renda. In: GOMES, B.P. **Vínculos amorosos**

contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares. São Paulo: Callis. 2003.

PELLEGRINO, H. Édipo e paixão. In: NOVAES, A. (org). **Os sentidos das paixões.** São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

_____. Pacto Edípico e Pacto Social. In: PY, LA et. Al. **Grupo sobre grupo.** Rio de Janeiro: Rocco. 1987.

PERES, M. F. Uma urbe tropical. Entrevista a Nicolau Sevcenko. **Jornal Folha de São Paulo.** São Paulo. 21/05/2006. Caderno Mais!

PINTO, M. C. O Espelho Tropical. **Revista Insight. Psicoterapia e Psicanálise.** São Paulo. Ano XI, nº 120, p. 09 – 13. Ago 2001.

POLITY, E. A construção da identidade parental na adoção. **Revista Insight. Psicoterapia e Psicanálise.** São Paulo. Ano XI, nº 120, p. 25-29. Ago 2001.

ROSA, M. D. O discurso e o laço social dos meninos de rua. **Psicol. USP,** São Paulo, v. 10, Nº 2, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 13 Ago 2006.

_____. Adolescência: da Cena Familiar à Cena Social. **Psicol. USP.** São Paulo, v. 13, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 13 Ago 2006.

ROSENFELD, D. L. Falcões ou Pombos-Correio? **Jornal Folha de São Paulo.** São Paulo. 26/03/06. Caderno Mais! – A Batalha do Rio.

ROUANET, S.P. O olhar iluminista. In: NOVAES, A. **O olhar.** São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Zahar. 2003.

_____. **Porque a Psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar. 2000

SAMARA, E. de M. O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade. **Psicol. USP.** São Paulo. V. 13, nº 2. 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 13 Ago 2006.

SANTOS, J. C. **O adolescente infrator e os direitos humanos**. Disponível em: <http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/adolescente_infrator.pdf>. Acesso em 13 ago 2006.

SCHUTZENBERGER, A. A. **Meus antepassados: vínculos transgeracionais, segredos de família, síndrome de aniversário e prática do genossociograma**. São Paulo: Paulus. 1997.

SENNETT, R. **O declínio do homem público. As tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

_____. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record. 1999

_____. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record. 2001

_____. **Respeito. A formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record. 2004

SOIFER, R. **Psicodinamismos da família com crianças: Terapia familiar com técnica de jogo**. Petrópolis: Vozes. 1982.

SOUZA, M. **A experiência da lei e a lei da experiência: ensaios sobre práticas sociais e subjetividades no Brasil**. São Paulo: Fapesp. 1999.

SPAGNOL, A. S. Jovens delinquentes paulistanos. **Tempo soc.** São Paulo. V. 17, nº 02, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 13 Ago 2006.

SPAZIRO, A. M. O indivíduo fora da cidade: questões à transmissão na sociedade contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Artigo 3. Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~revispsi/v3n1/artigos/artigo3v3n1.html>> Acesso em 10 ago 2006.

TEIXEIRA, J. 40 questões do dia-a-dia sobre o que é certo ou errado. **Revista Veja**. São Paulo. Ano 39, nº 12. 29/03/06.

TEIXEIRA, M. L. T. O futuro do Brasil não merece cadeia. **Jornal do Conselho Federal de Psicologia**. Brasília. Ano XVIII, nº 79. Ago de 2004.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

WINNICOTT, D. **Privação e Delinqüência**. São Paulo: Martins Fontes. 1987.

_____. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

ZALUAR, A; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 16, n. 45, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 13 Ago 2006.

ZALUAR, A; NORONHA, J. C. de; ALBUQUERQUE, C. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 10, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 13 Ago 2006.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: Dilemas teóricos e alternativas políticas. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 12, n. 35, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 13 Ago 2006.

_____. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência do Brasil. In: NOVAES, F. A. (org. da coleção); SCHWARCZ, L. M. (org. do volume) **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

_____. Ensaio sobre a cegueira. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo. 26/03/06. Caderno Mais! – A Batalha do Rio.

ANEXO A - Estatuto do Primeiro Comando da Capital (JOZINO, 2005, p. 36-38)

- 1 - Lealdade, respeito e solidariedade acima de tudo ao Partido.
- 2 - A luta pela liberdade, justiça e paz.
- 3 - A união na luta contra as injustiças e a opressão dentro da prisão.
- 4 - A contribuição daqueles que estão em liberdade com os irmãos dentro da prisão, por meio de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.
- 5 - O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos - porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade, será excluído e repudiado pelo Partido.
- 6 - Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima dos conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre leal e solidário a todos os seus integrantes para que não venham a sofrer nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos internos.
- 7 - Aquele que estiver em liberdade "bem estruturado", mas esquecer de contribuir com os irmãos na cadeia, será condenado à morte sem perdão.
- 8 - Os integrantes do Partido tem de dar bom exemplo, a serem seguidos. E, por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro e extorsão dentro do Sistema.
- 9 - O Partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo e interesse pessoal, mas sim a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade e o interesse comum de todos, porque somos um por todos e todos por um.
- 10 - Todo o integrante terá de respeitar a ordem, a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.
- 11 - O Primeiro Comando da Capital - PCC - fundado no ano de 1993, numa luta descomunal, incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de Concentração, "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como lema absoluto "a Liberdade, a Justiça e a Paz".
- 12 - O Partido não admite rivalidade interna, disputa de poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando saberá a função que lhe compete de "acordo" com sua capacidade para exercê-la.
- 13 - Temos de permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre esse que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudarem a política carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura e massacres nas prisões.

14 - A prioridade do Comando no momento é pressionar o governador do Estado a desativar aquele Campo de Concentração, "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do Comando no meio de tantas lutas inglórias e tantos sofrimentos atrozes.

15 - Partindo do Comando Central da Capital do QG do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteiras, até a vitória final.

16 - O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos a nível estadual e a médio e longo prazos nos consolidaremos a nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país de dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos", opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangu I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros. Conhecemos a nossa força e a força dos nossos inimigos. Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido.

Liberdade, Justiça e Paz !!!

O Quartel general do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com o Comando Vermelho - CV. "Unidos Venceremos".

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A - IDENTIFICAÇÃO E PROPOSTA

Viviane Fernanda dos Santos, aluna do Curso de Pós-Graduação -Mestrado - do Programa Psicologia e Sociedade da Unesp - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, sob a orientação da Professora Doutora Marlene Castro Waideman, está conduzindo um estudo sobre como os adolescentes em conflito com a lei e suas respectivas famílias percebem a lei, uma pesquisa com o título: "A lei do desejo ou o desejo da lei?".

B - CONVITE E RECUSA

Eu estou sendo convidado (a) a participar deste estudo, sabendo que a participação neste trabalho é absolutamente voluntária, com direito de me recusar a participar ou desistir em qualquer momento da pesquisa. Minha decisão em participar deste estudo é consciente de que não me causará prejuízo e não serão divulgados os motivos de minha recusa ou de minha participação.

C - PROCEDIMENTOS

Se eu concordar em participar deste estudo, o seguinte ocorrerá:

- Uma entrevistadora irá me fazer perguntas gerais das quais poderei discorrer, falar, responder da forma como quiser. Ela irá ouvir minhas respostas e anota-las, podendo gravar a entrevista caso haja meu consentimento.

- A entrevista será realizada em sala fechada, onde somente eu e a entrevistadora estaremos presentes. As perguntas serão sobre família, leis, crimes e o quê mais eu concordar em responder.

- A entrevista terá duração aproximada de uma hora e trinta minutos. Antes de iniciar a entrevista, posso discutir o objetivo da pesquisa, sendo esclarecidas todas as minhas dúvidas.

- Ao final, poderei discutir sobre a entrevista realizada, sendo que qualquer divulgação posterior do material será realizada apenas após minha autorização. Terei acesso ao material produzido durante minha entrevista.

D - RISCO E DESCONFORTO

Não há nenhum efeito prejudicial antecipado em participar da pesquisa. Algumas perguntas são pessoais e podem ser delicadas. Se alguma questão não me agradar, sou livre para me recusar a responder, em qualquer momento.

SIGILO: Meus dados pessoais, que possam me identificar, serão guardados e não será usado em relatos ou publicações, mantendo um sigilo total sobre a identificação pessoal. Serei convidado a escolher um nome fictício, se assim preferir. Somente a entrevistadora e sua orientadora terão acesso às identificações do material produzido.

E - BENEFÍCIOS

Eu poderei discutir os resultados e objetivos da pesquisa a qualquer momento com a pesquisadora, podendo repensar de que modo este estudo está relacionado com minha experiência pessoal.

F - DÚVIDAS

Se eu tiver alguma questão, dúvida, comentário ou queixa sobre a participação neste estudo, eu posso falar com a pesquisadora Viviane Fernanda dos Santos ou entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Marília, localizado na Avenida Monte Carmelo, nº 800 - Marília - SP, ou pelo telefone 14 34021827.

G - CONSENTIMENTO

Eu conversei com Viviane Fernanda dos Santos sobre o estudo que está conduzindo e foi entregue uma cópia deste consentimento para mim. Eu entendi o que li e tive minhas dúvidas esclarecidas. A participação nesta pesquisa é voluntária e sou livre para recusar ou desistir a qualquer momento. Minha decisão em participar é com garantia de não me prejudicar e de que não serei identificado.

Local / Data:

Nome e assinatura do Participante

Consentimento recebido

Nome e assinatura do responsável legal pelo participante